



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO TOCANTINS

dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS

**BELÉM-PARÁ
2010**

MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO TOCANTINS

dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH, da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Belém-Pará
Março - 2010

MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD

GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO TOCANTINS

dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH, da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Data de Aprovação: 09 de Março de 2010

CONCEITO: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Orientador, IFCH, PPGEO/UFPA

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Examinador interno, IFCH, PPGEO/UFPA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Examinador externo, NUMA, PPGEDAM/UFPA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Arnaud, Mário Júnior de Carvalho

Gestão ambiental no Baixo Tocantins: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS / Mário Júnior de Carvalho Arnaud; orientador, Gilberto de Miranda Rocha. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

1. Gestão ambiental - Cametá (PA). 2. Política ambiental - Cametá (PA) - Participação do cidadão. 3. Movimentos sociais. 4. Baixo-Tocantins, Região (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 367.70098115

Aos meus pais, os principais incentivadores de minha trajetória como estudante e minha esposa, uma grande mulher e alicerce em minha vida pessoal e profissional

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, que sempre esteve ao meu lado iluminando meu caminho.

Aos meus pais, José Mário e Dolores Arnaud, os grandes mestres em minha vida e à minha esposa Tayana de Oliveira que sofreu cada minuto comigo as vitórias e as grandes dificuldades enfrentadas no mestrado.

Aos tios e tias: Cacilda, Socorro, Jovino e principalmente Francisco Carvalho, um segundo pai em minha vida; todos por apoiarem incondicionalmente minha vida de estudante e que não mediram esforços para me colocar onde eu estou hoje.

À amiga Prof. Msc. Lilian Brito, uma pessoa inesquecível, incansável em sua luta para o término deste trabalho; ao colega de Graduação Prof. Msc. José Carlos da Silva pelo incentivo a realização do mestrado, e à contribuição da Prof. Msc Maria Júlia da Silva nos debates enriquecedores sobre a ciência geográfica.

Ao Prof. Msc Giovane Mota pelo incentivo para tudo em minha estadia em Belém e pela grande amizade.

Aos Profs. Drs. Carlos Bordalo, e Mário Sobrinho pelas valiosas contribuições na qualificação, na qual deram outro rumo para a pesquisa; e ao Prof. Dr. João Márcio Palheta, pelas contribuições iniciais e agora na finalização do trabalho.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Gilberto Rocha, pelo apoio, paciência, simplicidade em suas orientações e humildade em sua recepção que o fazem um grande pesquisador, mas acima de tudo um grande homem na ciência geográfica do Pará.

À secretaria do mestrado, Marlene Oliveira, pela sua gentileza e orientação prestada durante a realização do curso.

A todos os meus colegas professores e diretores das escolas de Cametá, Belém e Abaetetuba, especialmente Prof. Edson Coelho, Prof. Jesus do Socorro, diretor e coordenador, respectivamente da escola Santa Maria em Cametá, que sempre me compreenderam e me ajudaram nesta jornada.

Aos representantes das entidades e associações de Cametá por suas grandes contribuições para o trabalho, especialmente ao meu compadre José Jorge Gomes, um sub-pesquisador de dados para este trabalho.

A todos que de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de errar”. (Willian Shakespeare)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a atuação dos movimentos sociais e ambientais na Amazônia, e como esta contribuiu para a emergência do Socioambientalismo na Região. Analisa como o movimento socioambientalista tem contribuído para as políticas de gestão ambiental no município de Cametá, influenciando em sua origem, desenvolvimento e fortalecimento enquanto instância institucional. Essas políticas têm levado a uma nova concepção de gestão ambiental no município com implicações para o uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Junto à política de descentralização, a atuação dos diversos atores sociais tem fomentado uma gestão participativa no município. A dissertação busca entender a dinâmica desses movimentos e suas implicações no uso do território a partir dos acordos de pesca e mobilização para a preservação dos recursos aquáticos e florestais, verificando as transformações no uso do território a partir deste tipo de intervenção e também, os resultados dessa mobilização socioambiental no que se refere à formulação de planos regionais de desenvolvimento para o Baixo Tocantins, como o PPDEJUS – Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí.

Palavras-Chave: Movimento Social, Socioambientalismo, Gestão Ambiental, Cametá, Território.

ABSTRACT

The current work intends to reflect about the performance of social and environmental movements in Amazon, and how it contributed to the emergence of Social environmentalism in the region. It analyses how the Social environmentalism has contributed to the policies of environmental management in the city of Cametá, and how it influenced in its origin, development and strengthening as institutional instance. These policies have led to a new conception of environmental management in the city with implications to the use of natural resources and environment. Alongside to the decentralization policy, the performance of several social actors has promoted a participative management in the city. The dissertation searches to understand the dynamics of these movements and their implications in the use of territory since the fishing agreements and the mobilization to preserve the forest and aquatic resources, verifying the changes in the use of the territory as of this kind of intervention and, also, the results of this social environmental mobilization concerning to the formulation of regional plans and development to the Low Tocantins as the PPDEJUS – Popular Plan of Sustainable Development to the Ebb of UHE Tucuruí.

Key words: Social Movement, Social Environmentalism, Environmental Management, Cametá, Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURA, MAPAS E QUADRO

Mapa 1 – Mapa de localização do Município de Cametá	50
Figura 1 - Distritos do Município de Cametá.....	52
Mapa 2 – Mapa do Distrito de Janua Coeli	75
Quadro 1 - Associações no Distrito de Janua Coeli	85

LISTA DE FOTOS

Foto1 - Localidade de Parurú.....	60
Foto 2 – Área onde existia dono de beira em Jorocazinho	70
Foto 3 – Área onde existia dono de beira em Parurú	70
Foto 4 – Furo de Curupitomba	77
Foto 5 – Seca no Furo de Curupitomba	77
Foto 6 - Acordo de pesca em Parurú	82
Foto 7 - Acordo de pesca em Jorocazinho de baixo	82
Foto 8 - Área de conservação em Parurú M. Raimundo	83
Foto 9 – Área de conservação em Jorocazinho de baixo	83
Foto 10 - Reunião do CONJUS em Cametá	110

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO.....	12
1. OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E A GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	23
1.1 O surgimento do Ambientalismo no Brasil.....	23
1.2 Os Movimentos Socioambientais: do Ambientalismo ao Socioambientalismo.....	36
2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS E A GESTÃO AMBIENTAL LOCAL.....	49
2.1 Breve caracterização do Município de Cametá.....	49
2.2 A origem do Movimento Social em Cametá.....	54
2.3 O Movimento Ambiental em Cametá e a sociedade civil organizada.....	63
2.4. A institucionalização da gestão ambiental em Cametá.....	88
2.5. Gestão municipal descentralizada: instituições e sociedade civil na construção da gestão ambiental local.....	95
3. AS IMPLICAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NO USO DO TERRITÓRIO EM CAMETÁ.....	104
3.1 Planos regionais para o Baixo Tocantins: Movimento socioambiental em Cametá e a criação do Plano diretor e do PPDEJUS.....	104
3.1.2 O Plano Diretor de Cametá e o PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí)	106
3.2. Movimento socioambiental, Gestão Ambiental e o uso do território em Cametá.....	115
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICE.....	134

INTRODUÇÃO

A Política Ambiental no Brasil vem passando por inúmeras mudanças no âmbito de sua legislação e estrutura administrativa, caracterizando uma nova gestão do meio ambiente, principalmente após a formulação da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981 e a promulgação da Constituição de 1988. Observa-se que o agravamento dos problemas ambientais no país e na Amazônia tais como desmatamento, pesca predatória entre outros impõe ao poder público, em suas diferentes esferas, mudanças no processo de gerenciamento ambiental.

E repensando as políticas ambientais aplicadas até o momento é que se observa a perspectiva das gestões municipais proporem políticas públicas que representem um desenvolvimento econômico¹ alternativo, ou que se analisem ações de governo, apoiadas pela sociedade civil organizada para possíveis alternativas na conservação ambiental sem afetar a sustentabilidade das populações envolvidas.

No Município de Cametá, no estado do Pará assim como em todo o país, a sociedade vem demonstrando certa apreensão no alcance de resultados imediatos com relação à problemática ambiental, e por isso ela começou a se organizar, criando alternativas e discussões sobre diversos temas ambientais, bem como na busca de resultados concretos com relação ao combate aos impactos trazidos pela ação do homem. O Município de Cametá vem acumulando experiências que nos levam a vislumbrar certa intervenção do poder público e da sociedade como um todo na gestão dos recursos naturais do município.

¹ Apesar de ser uma das principais bandeiras dos movimentos ambientalistas desde a década de 1980, a questão a proposição de um desenvolvimento equilibrado (exploração dos recursos naturais e tornar sustentável seus recursos ao mesmo tempo em que isso ocorre), ou desenvolvimento sustentável, apresenta problemas em seu discurso quando da implementação de políticas ambientais, atuação de ONGs, etc, devido ao fato de se entender “quem” está interessado na preservação ou conservação de tais recursos, como os da Amazônia, por exemplo. Trabalhamos com esta noção, tomando as devidas precauções; por isso, consideramos que os principais interessados são as populações que vivem nessas áreas, no caso a Amazônia e são elas que interferem diretamente nas decisões referentes à gestão dos recursos naturais no espaço em que estão inseridas.

A escolha do município de Cametá-Pará foi objetivada inicialmente pelo nosso acompanhamento da forma de interação do homem (rural) com a natureza na localidade de Joroca Grande², Distrito de Janua Coeli e mais tarde pela experiência na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2004), verificando particularidades quanto à relação dos ribeirinhos com os recursos que tinham disponíveis a sua sobrevivência, onde demonstravam uma preocupação com o presente e com o futuro em relação a esses recursos, caso de várias localidades do município, mais particularmente no Distrito de Janua Coeli, por meio de seus diversos atores, como associações, cooperativas, as diversas pastorais da igreja católica, ribeirinhos, pescadores, etc.

A certeza de que as populações locais³ do setor rural de Cametá estavam atravessando problemas ambientais com relação ao pescado, extração madeireira, ocorreu desde a construção da UHE-Tucuruí (década de 1984). Mais ainda, traça um paralelo entre a conscientização dos problemas que estavam postos, através da organização de associações de cunho ambiental (e antes disso, outras associações já existiam) e um processo de fortalecimento e a institucionalização das comunidades sobre uma melhor forma de atuação sobre o território (sobre os recursos disponíveis) em que estão inseridos.

Assim, indentificou-se que havia uma grande diferença entre essas populações e a população da zona urbana do município de Cametá referente ao modo de se relacionar com o espaço em que vivem.

No Baixo Tocantins, as relações estabelecidas entre os movimentos sociais, inicialmente impulsionado pela igreja, e os entes federais, estaduais e municipais no pós-barragem de Tucuruí dão uma primeira impressão no sentido de uma mobilização regional para a busca de uma participação mais efetiva nas políticas para a gestão do meio ambiente a partir da ótica municipal. De fato, os municípios são os primeiros a sentir os impactos

² Nesta localidade atuei como professor do ensino fundamental de 2000 a 2001, mas vivenciava o contato com a natureza e o modo como as localidades adjacentes tratavam seus recursos naturais.

³ Ribeirinhos, pescadores e pequenos produtores rurais.

positivos e negativos das hidrelétricas, dos projetos minerais e suas obras de infraestrutura, e são prejudicados, além da devastação de seus recursos naturais, como na forma que a concentração da política ambiental nas esferas estadual e federal.

Outra consideração a respeito do município de Cametá como área de estudo, se deve à experiência acumulada no aspecto da organização da sociedade, desde o funcionamento da barragem de Tucuruí através da realização dos acordos de pesca e de caça⁴, institucionalização da gestão ambiental com a realização da Conferência Municipal de Meio Ambiente e na formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. As ações verificadas no âmbito da organização da sociedade, e nas políticas públicas governamentais demonstram uma incipiente, mas que caracterizam uma política ambiental com a divisão de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios e a sociedade. Em Cametá, no ano de 2004, a realização da I Conferência Municipal de Meio Ambiente, com a formação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, realização de manejo de açais com o apoio de cooperativas do município, fortalecimento dos acordos de pescas já existentes são demonstrações de um inicial atendimento à demanda da descentralização da gestão ambiental, evidentemente, também, resultado do processo de redemocratização brasileira na década de 1980.

Assim, no período compreendido entre o pós-barragem (1984) até o ano de 2004 é que este trabalho identificou no município de Cametá-Pará, o que se pode chamar de integração entre os movimentos sociais e os problemas ambientais emergidos à época, após a construção da UHE-Tucuruí. Primeiramente tem-se a percepção dos problemas relacionados ao pescado enquanto fonte de alimentação, principalmente pela falta imediata do mapará, peixe típico da região do Baixo Tocantins. Daí com o impulso do trabalho realizado pela

⁴ Os acordos de pesca e de caça surgiram da identificação da falta de alimentos para os ribeirinhos. As comunidades, com a ajuda da igreja Católica faziam acordos pela conservação do peixe e das caças no período da reprodução. Pouco a pouco foi se entendendo que a falta de alimentos era resultado do represamento do rio. Daí a junção do movimento comunitário ao ambiental, em Cametá, fortemente influenciado pela Igreja Católica.

igreja (combate à pobreza, por exemplo) é que se iniciam movimentos de cunho ambientalista, materializados em acordos de pesca e de caça.

Partindo do que aconteceu no município de Cametá, pode-se afirmar que as municipalidades passam a assumir importante papel na gestão do território (IRIGARAY, 2002) com relação ao gerenciamento das riquezas naturais e do espaço/território em que estão inseridas e também implementando políticas de fortalecimento das diversas instâncias ligada ou não às prefeituras. Melhor dizendo são os diversos atores munícipes que atuaram para mudanças viessem a acontecer na relação do homem com a natureza e seus recursos, ou nos recursos que os homens tinham até então disponíveis.

A descentralização da gestão ambiental das esferas federal/estadual para a municipal tem significado também um aprimoramento da legislação ambiental, suplementando e detalhando as leis federais e estaduais. Isto significa uma melhor ação sobre o controle territorial dos recursos naturais, com respaldo para a organização das ações de monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental, por exemplo. Apesar de um “controle”, representa uma gestão mais independente na criação de leis, com uma gestão mais independente das esferas estaduais e federais, e uma descentralização local da gestão, no sentido da existência e funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA) e Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), com a participação das diversas entidades existentes no município.

É dessa forma que a gestão municipal do meio ambiente obteve a capacidade de avaliar e prever e até impedir ações degradantes no território local com uma base legal bem consolidada e, buscando meios de alocação de verbas, pois, além disso, terá a capacidade captar recursos provenientes de multas, licenciamento e que poderão ser utilizados para a manutenção de alguns serviços básicos á população; e de outro lado, estabelecer convênios,

cooperação técnica com as diversas entidades públicas, privadas na busca do desenvolvimento local, de populações tradicionais, em área de manejo, incentivo ao extrativismo entre outros.

Portanto, este trabalho visa entender como a gestão ambiental vem se consolidando no Brasil, e compreendendo principalmente como ela se materializa no Município de Cametá estado do Pará, observando o conflito entre as populações locais e o poder público no que concerne a gestão ambiental e na aplicação das políticas públicas para tal, analisando toda a dinâmica territorial⁵ produzida pela inter-relação dos diversos atores presentes neste processo sejam os da sociedade, ou das instituições governamentais, observando mais especificamente a atuação das comunidades na gestão do território.

Desta forma, torna-se compreensível o modo como os diversos atores municipais concebem certas políticas e qual a sua atuação ou seu nível de participação nas mesmas como vem se organizando diante das atribuições municipais, partindo do pressuposto da ocupação territorial e da gestão ambiental então realizada pelo Estado.

De modo geral, identificou-se que as novas atribuições repassadas aos municípios com relação à Gestão Ambiental precisam de um melhor entendimento na concretização de ações ligadas à proteção, licenciamento, monitoramento ambiental e educação ambiental uma vez que estas ações poderão ser contempladas através de um planejamento estratégico, de organização do espaço concernente ao seu aspecto ambiental, em que os municípios possam consolidar seu Sistema Municipal de Meio Ambiente (SMMA), com políticas ambientais mais ou menos caracterizadas com a esfera municipal.

Contudo, para a realização dessas ações fez-se necessária uma descentralização administrativa com relação à questão ambiental dentro das municipalidades permitindo

⁵ Dinâmica territorial é aqui entendida como resultado da interação do homem com o espaço em que vive salientando a relação das comunidades com os recursos disponíveis. Portanto, devido os recursos existentes nessas comunidades ser de importância vital para elas, há uma constante dinâmica nas relações entre os ribeirinhos e o povo externo (pescadores de outras comunidades), no que refere a garantia de que os recursos não vão faltar e ao mesmo tempo, uma dinâmica com o poder municipal no sentido da cobrança por melhorias nas condições de vida.

exatamente a compreensão do modo de vida das populações tradicionais nos espaços municipais, priorizando sua participação na gestão descentralizada, a partir da revisão/criação de uma legislação ambiental municipal atualizada que busque entre outras coisas a inserção legal dessas populações na gestão e até mesmo alternativas quanto à carência de recursos financeiros destinados à gestão ambiental.

Por isso, para se ter uma melhor compreensão tanto da questão da institucionalidade da gestão ambiental no município de Cametá, quanto ao modo que a sociedade vem se organizando diante das questões ambientais, buscou-se entender as seguintes questões: qual o papel dos movimentos sociais no município de Cametá no surgimento, na institucionalização e no fortalecimento da gestão ambiental em Cametá? Quais as implicações da atuação dos movimentos socioambientais sobre o território, tomando como ponto de referência as PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí)?

A Gestão Ambiental do século XXI está voltada para políticas públicas que levem em consideração não só a proteção/conservação ambiental, mas também o desenvolvimento regional a partir da condição da existência humana em suas peculiaridades e com problemáticas ambientais, sociais, culturais e políticas buscando uma qualidade de vida sócio-ambiental para a população dos municípios. A idéia de sustentabilidade a qual hoje se torna necessária é a de que as riquezas naturais possam ser bem aproveitadas sem depredar tanto a natureza e possam trazer desenvolvimento para os municípios.

Assim, concebe-se como uma gestão pública participativa, aquela realizada com parcerias e participação dos diversos atores sociais na qual implementará nos espaços municipais ações, planos e projetos de ação integrada e descentralizada estimulando o desenvolvimento local.

Partindo desse pressuposto, as mudanças espaciais resultantes deste modelo de gestão implicarão em novas configurações sobre o território municipal e afetará todos os atores sociais: aqueles que direta ou indiretamente vivem dos recursos e os que lutam para a efetivação da sustentabilidade ambiental, bem como na aplicação de ações que agridam cada vez menos o meio ambiente.

Pode-se dizer então, que a política ambiental influenciará numa (re) ordenação territorial e também, das idéias na medida em que a política nacional e estadual será mais bem implementada através da gestão local e assim, as municipalidades poderão obter o controle do território. Assim, esta pesquisa procurou mostrar como essas políticas estão sendo aplicadas e se adequando às municipalidades, observando ainda a participação dos diversos atores sociais já apontados na construção desse processo.

A partir desses pressupostos, o objetivo geral da pesquisa se norteou a partir da análise de como os movimentos socioambientais através dos diversos atores contribuíram para o surgimento, institucionalização e o fortalecimento da gestão ambiental desde o período após a construção da UHE-Tucuruí (1984) até o ano de 2004 no Município de Cametá-Pará. E, especificamente se procurou verificar as implicações territoriais resultantes da atuação e da organização dos diversos atores sociais da zona rural do município de Cametá e na construção do PPDEJUS;

No período de 2001 a 2004, observou-se em Cametá a criação e a implementação de uma Política Ambiental, contemplada nas ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em conjunto com as diversas organizações da sociedade civil. Saliente-se que apesar do avanço institucional que estes fatos sugerem, a grande participação e contribuição dos movimentos sociais e ambientais para os acontecimentos desse período foram inegáveis. Assim levando isto em consideração levantaram-se as seguintes hipóteses.

1- O surgimento da gestão ambiental no município de Cametá foi resultado dos movimentos socioambientais na zona rural do mesmo, em particular a população ribeirinha com o apoio de entidades como a igreja, Colônia de Pescadores, ONGs, organizados após os impactos da construção da UHE-Tucuruí e seu fortalecimento ocorreu com a parceria da SEMA (a partir de 2001) com as referidas entidades e associações ambientais localizadas na zona rural. Teve-se como hipótese que tais movimentos foram os maiores responsáveis pelo surgimento da gestão ambiental em Cametá, portanto, não originada na institucionalização da Gestão Ambiental no município com a formação da SEMA;

2- A respeito da política ambiental municipal verifica-se um relativo avanço da Gestão Ambiental descentralizada (incentivo da Política Nacional de Meio Ambiente), sendo minimamente realizada a partir de parcerias com as diversas ONGs e associações ambientais do município que vem alcançando, de certa forma uma gestão democrática e participativa, com a formação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema);

3- A gestão ambiental realizada pelas organizações e entidades não governamentais, e que em sua maioria tem as comunidades locais como componentes, vem consolidando certa proteção territorial em suas áreas de atuação ou pelo menos vem alcançando um grau de autonomia e gestão diferenciados, e, que na maioria das vezes não dependente da gestão institucionalizada, praticando um ordenamento territorial.

Partindo-se destas considerações, estruturou-se a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **“Os Movimentos Ambientalistas e a Gestão Ambiental no Brasil”** fez-se uma breve discussão sobre a origem do movimento ambiental

no Brasil, procurando entender sua relação com os movimentos sociais existentes na região amazônica, principalmente os que estão ligados aos movimentos dos seringueiros no Acre. Procura-se explicitar o surgimento da gestão ambiental no Brasil, salientado seus principais eventos até a atualidade.

Através da análise do socioambientalismo brasileiro, faz-se uma crítica ao ambientalismo originado na Europa e que não deu subsídios suficientes à compreensão das questões ambientais brasileiras. Tal modelo perdura por muito tempo nas discussões acerca do meio ambiente, caracterizando um discurso preservacionista/conservacionista. Não se considera as contradições resultantes dos processos econômicos hegemônicos, e, portanto, não reconhece o movimento social e ambiental dos povos das florestas, extrativistas e ribeirinhos. Por isso, o socioambientalismo que trabalha na perspectiva do movimento social junto ao ambiental vem quebrar este paradigma de meio ambiente e recursos naturais intocáveis (pela sociedade).

No segundo capítulo, denominado **“Os movimentos sociais e ambientais e a gestão ambiental local”** elucidou-se a origem do movimento ambiental e as etapas pelas quais os movimentos sociais e ambientais passaram até sua consolidação na sociedade cametaense. Estabeleceu-se a trajetória do movimento à jusante da UHE-Tucuruí que, a nosso ver, gerou a grande motivação para a organização dos movimentos ambientalistas em Cametá e no baixo Tocantins.

Analisou-se de que forma esses movimentos influenciaram na institucionalização da gestão ambiental municipal, no seu fortalecimento, e na sua descentralização, com a criação de órgãos ambientais, núcleos de meio ambiente etc. Apresentou-se as características principais do município de Cametá, área de estudo da presente pesquisa, bem como de algumas de suas localidades (Ilhas de Parurú, Jorocazinho de baixo, Manoel Raimundo), como ponto de referência para o entendimento do movimento ambiental.

No terceiro e último capítulo, intitulado “**As implicações do movimento socioambiental no uso do território em Cametá**” fez-se uma análise de como estes movimentos são importantes na compreensão daquilo que se denomina gestão territorial, ou ordenamento do território, denominação trazida por planos regionais de desenvolvimento para o Baixo Tocantins: Igarapé Mirí, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba e Baião. As políticas territoriais para o Baixo Tocantins correspondem diretamente ao Plano Diretor Participativo e ao PPDJUS (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí). Procurou-se mostrar como ocorreu a influência dos movimentos nesses dois planos regionais, principalmente no PPDJUS, que em tese trouxeram uma grande inserção no local, nas populações residentes nos municípios do Baixo Tocantins.

Para o alcance dos objetivos e buscar respostas às problemáticas levantadas, tornou-se necessário à elaboração de procedimentos que foram seguidos de forma sistemática, como levantamento das bibliografias relacionadas ao tema da pesquisa; levantamento e estudo de documentos em órgãos públicos e entidades diversas e pessoas ligadas ao estudo como leis relacionadas à institucionalização da gestão ambiental no município de Cametá, atas de reuniões do Conselho de Meio Ambiente, atas de reuniões das associações estudadas, gravações em áudio e vídeo sobre os seminários que envolveram a discussões sobre a questão ambiental em Cametá, bem como relatórios desses encontros, folders, documentos digitalizados haja vista a necessidade de comprovação através dessas informações do que o trabalho se propôs e evidenciando os fenômenos aqui discutidos por meio de uma base concreta de dados.

Obviamente, como aparato para a comprovação das discussões foram usadas técnicas de entrevista formais (abertas) com as entidades governamentais e não-governamentais ligadas à pesquisa e à problemática, para investigar quais as contribuições dos diversos atores como as associações, colônia de pescadores, gestores municipais, câmara de vereadores, ONGs, ribeirinhos, dentre outros para a implementação da gestão ambiental em Cametá. As entrevistas

abertas constaram de perguntas relacionadas a origem do movimento ambientalista em Cametá, sobre quais atores estavam envolvidos na organização e que participaram desse movimento, que resultados alcançaram durante e após o movimento, qual o papel de cada entidade envolvida no início do movimento ambiental, dentre outras perguntas.

As entrevistas foram assim determinadas pela forma como se procurou elucidar as questões da problemática deste. Como havia dúvidas quanto a participação efetiva ou não de atores ligados a área rural buscou-se entrevistas bem específicas para as entidades e pessoas da zona rural do município. Nelas se procurou saber quais resultados efetivos os acordos de pesca e de caça trouxeram, por exemplo; e quais as reais contribuições do movimento iniciado após a barragem de Tucuruí para as localidades onde vivem, enfim se o movimento trouxe, de uma forma geral, verdadeiras transformações em seu modo de se relacionar com os recursos existentes. Ao total foram 10 entrevistas, entre prefeito, ex-prefeitos, diretores de ONGs, presidentes de associações, pescadores, um fotógrafo/cinegrafista, ex-secretário de meio ambiente, ex-integrante e integrante do corpo técnico da Secretaria de Meio Ambiente.

Portanto, a pesquisa ora aqui desenvolvida, analisou a gestão ambiental no município de Cametá-Pará a partir de meados da década de 1980, mais especificamente após a construção da UHE-Tucuruí, até o ano de 2004 (ano de realização da I Conferência de Meio Ambiente de Cametá e Formação do I Conselho Municipal de Meio Ambiente, um momento ímpar na gestão socioambiental em Cametá), motivada pela constatação de que a gestão ambiental enquanto uma gestão socioambiental fez-se dentro do contexto pós-barragem, portanto sua origem histórica, e se desenvolveu nos anos seguintes no modelo do que se chamou, durante a pesquisa, de **socioambientalismo**.

1. OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E A GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

1.1. O surgimento do Ambientalismo no Brasil

No Brasil, o início dos movimentos ecológicos era de fato ecológico (e somente isso), uma visão natural somente embasada numa arraigada preservação natural, retardando por aqui uma conscientização que na Europa passou a ser mais presente na sociedade, entre cientistas, empresas, enfim, a “classe mais educada” Viola (1991), toma consciência dos problemas que tem em sua dimensão da compreensão de que deve haver uma transformação nos meios de produção e de consumo e de uma forma geral na organização social (CASTELLS, *apud* BERNARDES, FERREIRA, 2005).

McCormick (1992, p. 15-16), explica que essa compreensão teve uma contribuição significativa das descobertas científicas com um maior deslumbramento da estrutura da natureza. Ainda segundo McCormick, “a verdadeira revolução ambiental só aconteceu depois de 1945, com o período de maiores mudanças se verificando a partir de 1962” (1992, p.16).

Dentro do movimento ambientalista mundial Viola (1991, p. 1) identifica três abordagens que irão influenciar os movimentos nacionais: o grupo de interesse, o novo movimento social e o movimento histórico.

O grupo de interesse teria nascido nos Estados Unidos e define o ambientalismo como um grupo entre outros no sistema político e emerge por meio de uma demanda de proteção ambiental - logicamente originada pelos problemas de poluição industrial - e que é canalizada através dos mecanismos regulares do sistema político, sem apresentar-lhe nenhum desafio. Alguns dos autores desse enfoque como Harvey e Tucker, citados por Viola (1991), consideravam o ambientalismo como um movimento elitista. Desta forma, a intenção do

grupo de interesse seria dar importância apenas às organizações ambientalistas não-governamentais, pois dispõem de recursos diretos para influenciar o sistema político (VIOLA 1991, p. 1-2).

O movimento ambiental americano se dividiu entre os preservacionistas e os conservacionistas (McCORMICK, 1992, p. 30):

Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso (...) e os últimos, explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável. A visão dos primeiros era talvez filosoficamente mais próxima do ponto de vista do protecionismo britânico; os segundos se fundavam na tradição de uma ciência florestal nacional da variedade alemã.⁶ (McCORMICK, 1992, p. 30)

Na abordagem do ambientalismo como novo movimento social que se caracterizou por apresentar o debate por meio de autores neomarxistas como Offe, Melucci ou radicais ecologistas como Galtung (Viola, 1991) as transformações na estrutura social (forte expansão do setor serviços que absorve mão-de-obra altamente qualificada) têm favorecido a emergência de novos movimentos sociais (basicamente pacifismo, feminismo e ecologismo) que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação valorativa diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na qualidade de vida e na descentralização. Esta abordagem foi desenvolvida principalmente na Europa Ocidental (VIOLA 1991).

Entretanto, o enfoque do novo movimento social dá relevância apenas aos setores radicais do ambientalismo que se auto-identificam com o ecologismo⁷ e associa estreitamente seu desenvolvimento com a emergência dos partidos verdes. O enfoque do novo

⁶ Esta definição americana, a propósito, representa a diferença entre os conceitos de preservação e conservação que trabalharemos no decorrer da dissertação: a primeira por abordar a proteção natural considerando o homem como o causador da quebra do chamado “equilíbrio”, com um caráter explicitamente protetor, foi responsável pela criação de parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos (McCormick, 1992, p. 30); a segunda, identificada como uma intermediação entre o preservacionismo e o desenvolvimentismo é umas das principais atribuições da maioria dos movimentos ambientalistas e base das políticas de desenvolvimento sustentável (políticas que buscam um modelo econômico de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras).

⁷ Em complemento, McCormick (1992, p. 22) relata que no ambientalismo Britânico a evolução das descobertas científicas sobre a natureza levou a uma rigorosa proteção da vida selvagem e criação de áreas rurais de lazer como fuga à vida urbanizada. Nenhuma área natural seria usada se não para esse fim; mas também “preservando o campo em seu conjunto, em áreas nas quais a propriedade permanecia em diferentes mãos e onde as pessoas moravam e ganhavam a vida” (McCORMICK, 1992, p. 25).

movimento social é contraposto ao do grupo de interesse: este assume a estabilidade da ordem social e pretende-se neutro do ponto de vista valorativo, aquele assume a crise da ordem social e tem um forte e explícito conteúdo normativo (VIOLA 1991, p. 2).

Bem diferente das duas anteriores, o enfoque do ambientalismo como movimento histórico considera que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido a quatro fatores principais: crescimento populacional exponencial, depleção da base de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (VIOLA 1991, p. 2).

Viola (1991) acredita que a principal idéia deste enfoque se refere:

A uma crucial transformação está ocorrendo no Ocidente desde fins da década de 1960: a emergência de valores pós-materialistas (Inglehart, 1977 e 1990; Watts e Wanesforde, 1981; Muller-Rommel, 1985; O’Riordan, 1981). O setor mais educado da população começa a demandar qualidade de vida (sendo a proteção ambiental um componente fundamental) ao invés de expansão indiscriminada do consumo de bens materiais, uma vez que a satisfação das necessidades materiais básicas já está plenamente satisfeita (VIOLA 1991, p. 2).

Segundo Viola (1991), o enfoque do movimento histórico vê nas organizações não-governamentais e grupos comunitários dedicados à proteção ambiental uma parte de um movimento mais amplo que inclui: setores do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério da sustentabilidade, grupos e instituições científicas e o esforço de pesquisa se coloca no rumo da sustentabilidade, setores da estrutura estatal (particularmente agências ambientais) que consideram a proteção ambiental como uma dimensão fundamental da ação de governo, agências intergovernamentais orientadas para a sustentabilidade planetária.

Assim, esse parece ter sido o direcionamento que o movimento ambiental brasileiro tomou da década de 1990⁸ em diante (LEIS, 1996; SANTILLI, 2005), pois:

⁸ Conforme será discutido à diante.

Já não se falava mais em proteção ambiental de forma isolada (...) esboça-se um novo debate sobre o tipo de desenvolvimento sustentável desejável, no qual começa-se a cobrar nitidez às três posições (...): estadista, comunitária e de mercado” (LEIS, 1996, p. 109).

Considera-se ainda que o movimento ambientalista desenvolveu-se num contexto internacional, mas a sua especificidade depende das nacionalidades e de uma estrutura política com o grau de abertura ou fechamento do seu sistema político; estabilidade ou instabilidade dos alinhamentos políticos; presença ou ausência de aliados e grupos de apoio; unidade ou divisão dentro das elites; capacidade de formular e implementar políticas por parte do governo; abertura e receptividade do sistema político nacional com relação ao sistema internacional (KITSCHOLT, 1986 e 1989 *apud* VIOLA, 1991, p. 3).

Através destas formulações podemos dizer que em cada uma das vertentes apontadas por Viola encontra-se um pouco daquilo que se desenvolveu no Brasil em relação aos ambientalistas. Por isso, o autor faz as seguintes considerações:

Durante a fase fundacional do ambientalismo brasileiro houve uma influência parcial e difusa do ambientalismo norte-americano e europeu: as idéias e retórica foram introduzidas, muitas vezes sem nenhum sentido crítico; a capacidade organizacional e de definição de agenda (particularmente forte no ambientalismo norte-americano) foi deixada de fora por parte dos brasileiros. A definição ampla de problemática ambiental (luta pela preservação de ecossistemas naturais, pelo uso racional dos recursos naturais e contra a poluição urbana e rural), que era muito clara no ambientalismo norte-americano por volta de 1970, teve um impacto mínimo no ambientalismo brasileiro (restrito ao RS). [...] dominou no ambientalismo brasileiro uma definição estreita da problemática ambiental que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais (VIOLA 1991, p. 8).

Sobre a influência parcial do movimento internacional na fase formativa do ambientalismo brasileiro, Leis (1996, p. 97), apontam uma recepção brasileira acrítica por dois aspectos: crescimento populacional e o uso conservacionista dos recursos naturais e explica:

A capacidade organizacional e de definição da agenda do ambientalismo do primeiro mundo não influenciaram muito as associações brasileiras. (...) elas não perceberam a especificidade da deterioração ambiental brasileira em relação ao déficit de saneamento básico (essa questão não estava incluída no programa ambientalista do Primeiro Mundo por que já tinha sido resolvida previamente) (LEIS, 1996, p.97-98).

Entretanto, o movimento ambientalista assumiu em seu início um caráter fundacional com formação de grupos de discussões, movimentos nas Universidades, fundação de ONGs diversas, mesmo que se concentrando no centro-sul do país.

Na fase fundacional surgem duas importantes organizações ambientalistas brasileiras: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBNC), no Rio de Janeiro, no ano de 1958 e que segundo Viola (1991) tinha como objetivo principal “trabalhar em prol da preservação da fauna e da flora, particularmente daquelas espécies ameaçadas de extinção” (VIOLA 1991, p. 4). Já no ano de 1971, em Porto Alegre se forma a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) com objetivos assim discriminados segundo Viola (1991, p. 5):

Defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e a poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica (VIOLA 1991, p. 5).

O mesmo autor estabelece alguns comentários a cerca das duas organizações:

A FBNC nasce vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza (fundada na Suíça em 1974), uma organização muito peculiar, que combina elementos intergovernamentais com elementos não-governamentais [...] A atuação da FBNC na década de 1960 foi de escopo muito limitado, pois não existia nem sequer uma preocupação marginal com a problemática ambiental na opinião pública brasileira. [...] A diferença da FBNC, do perfil preservacionista, a Agapan tem um perfil ambientalista amplo com definida influência do novo movimento ambientalista norte-americano desenvolvido na segunda metade da década de 1960 [...] (VIOLA 1991, p. 4-5).

A atuação da Agapan, liderada por José Lutzenberger, influenciou a aprovação da lei do uso de agrotóxicos como relata Santilli (2005, p. 27):

A Agapan [...] apresentou denúncias contra os riscos para o meio ambiente e saúde humana da utilização excessiva de agrotóxicos na agricultura, que culminaram com a aprovação, no Rio Grande do Sul, em 1983, da primeira lei estadual que regulamenta o uso de agrotóxicos. (Um ano depois, Santa Catarina, Paraná e São Paulo aprovaram leis estaduais semelhantes, mas a lei nacional de agrotóxicos só foi aprovada em 1989, seis anos após a lei gaúcha) (SANTILLI, 2005, p. 27).

Apesar da forma como o movimento ambientalista foi iniciado, com o golpe militar as iniciativas dos ambientalistas são amortecidas não havendo liberdade e espaço político para o debate. No entanto, durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) ocorreu a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, organizada pelas Nações Unidas, cujos resultados foram a Declaração sobre Ambiente Urbano e a instauração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Este acontecimento internacional, em nível nacional culminou com a criação do primeiro órgão de meio ambiente, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), no ano de 1973 (SANTILLI, 2005, p. 28).

Inclusive durante o período da ditadura militar os projetos desenvolvimentistas foram alvos de contestação dos movimentos ambientalistas e dos movimentos sociais. Por isso, o modelo existente nos ideais de expansão da fronteira amazônica por meio da criação de rodovias, do incentivo a atividades agropecuárias e projetos desenvolvimentistas passou a ser considerado uma ameaça ao modo vida dos povos da floresta.

Na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, projetou-se mundialmente a necessidade de tomadas de posição dos países, em especial dos industrializados, frente ao modelo de desenvolvimento vigente, caracterizado pelas ações econômicas que consideravam os recursos naturais como fonte inesgotável de riqueza, levando à degradação ambiental e humana (SOARES, et al 2004, p. 2). De maneira geral, a preocupação com a Amazônia e o crescente número de ONGs no Brasil demonstrava claramente o interesse das entidades internacionais na preservação dos recursos na Amazônia.

Em meio a esse processo em que a Amazônia foi inserida, sendo alvo de vários interesses tanto internos quanto externos, pode-se afirmar que no Brasil o impacto da Conferência de Estocolmo foi bem abaixo do esperado não despertando o devido interesse com a questão ambiental brasileira, e preferiu ignorar os problemas que começam a se mostrar

cada vez mais graves e perturbadores aos que diretamente conviviam com os espaços naturais e dependiam dos recursos e também aqueles que mesmo em áreas urbanas, passavam a enfrentar típicos problemas deste espaço geográfico.

Importante destacar que a posição brasileira em Estocolmo não foi derrotada, pois a intenção brasileira era a de priorizar o desenvolvimento e o progresso através da indústria em detrimento da proteção ambiental. A responsabilidade pelo controle da poluição industrial é centralizada no Estado (NEDER, 2002 p. 34). Neder relata a mudança do Brasil ao admitir que o ambiental não se resumia a uma fonte de recursos naturais, mas é suporte de vida – ótica biocêntrica (NEDER, 2002, p. 34). No entanto, a falta de vinculação das políticas de insalubridade, periculosidade, higiene e saúde com as políticas ambientais (NEDER, 2002; LEIS, 1996) foram presentes na política brasileira para o meio ambiente.

Sobre a atuação brasileira e de outros países na Conferência de Estocolmo, Guimarães (1991) comenta:

A conferência da ONU em Estocolmo em 1972 teve um impacto mínimo na opinião pública brasileira, se comparado não apenas com os países desenvolvidos, mas também com outros países do Terceiro Mundo como a Índia e a Venezuela. O país vivia num clima político-cultural muito repressivo, e o governo brasileiro tinha liderado na conferência muitas das batalhas contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental. Além disso, a política econômica estimulava diretamente a transferência para o Brasil das indústrias mais poluentes que enfrentavam uma opinião pública crescentemente adversa no norte (GUIMARÃES *apud* VIOLA, 1991, p. 5).

Durante o período militar ocorreu a fundação de unidades de conservação (UCs) especialmente entre as décadas de 1970-80. Mas segundo Neder (2002, p. 29), esta atenção com as unidades de conservação ocorreu com a intenção de reproduzir a ótica cultural dos países industrializados onde a natureza deveria permanecer intacta, e, portanto sem a presença humana, utilizando o conceito de preservação.

Há uma consideração nas políticas públicas destes que são praticantes de tal política onde a gestão dos recursos naturais, a legislação e os órgãos ambientais são identificados por características que revelam o seu grau de independência e, portanto com

diversas prioridades que levam a execução de ações isoladas, descoordenadas e conflitantes ou simplesmente setoriais. As múltiplas lógicas presentes nestas políticas impedem uma integração de ações para a aplicação de instrumentos para a gestão ambiental e políticas públicas adequadas (NEDER, 2002, p. 30-31).

Bernardes e Ferreira (2005, p. 38) demonstram essa preocupação com a Amazônia na medida em que ela se torna uma área de interesse internacional e concentra cerca de 30% a 40% das florestas tropicais do mundo, detendo o maior banco genético do planeta. Para os autores, a biodiversidade se transforma em questão essencial na seleção de políticas para o uso do território dos recursos amazônicos e se assumem diferentes ações sobre as referidas atuações sobre estes recursos.

De outro lado, a intenção de “economicizar a ecologia“ ou limitar o uso econômico dos recursos (NEDER, 2002, p. 37) não será defendida pelos movimentos ambientalistas e as diversas ONGs existentes.

Viola (1991, p. 6) fala do surgimento de grupos que passam a fortalecer no Brasil os movimentos ambientalistas, especialmente na primeira metade da década de 1980 nas regiões Sul e Sudeste:

É muito difícil avaliar com precisão o número de grupos ambientalistas, entre outras razões porque muitos deles têm uma vida curta (menos de um ano), emergindo em torno de uma questão que adquiriu visibilidade na sociedade. Muitas vezes, os grupos fracassam na necessária tarefa de traduzir um momento de sensibilização da população, na aquisição de uma mínima estrutura organizativa que dê continuidade ao trabalho. Considerando-se os grupos que têm pelo menos um ano de existência, podemos dizer que havia aproximadamente 40 grupos ambientalistas em 1980, na sua quase-totalidade localizados nos seguintes estados: RS, SP, RJ, MG, PR, SC. Em 1985, o número de grupos ambientalistas tinha crescido extraordinariamente, chegando a aproximadamente 400 (com pelo menos um ano de existência) (VIOLA 1991, p. 6).

A pressão destes grupos ajudou muito na conquista de espaços cada vez mais democráticos para a questão ambiental e facilitou o trabalho das diversas organizações que reforçaram suas críticas às políticas de desenvolvimento pelo seu caráter de

insustentabilidade. Sobre essas inserções e debates a cerca da questão ambiental, Neder (2002, p. 41) destaca o embate entre a sociedade civil e o Estado:

Essas formas de ação criaram um embate na sociedade civil e no Estado em torno das tentativas de inserir nas prioridades da agenda desenvolvimentista, uma sub-agenda que reúne ações descentralizadas em campos tão diversos como saneamento básico e ambiental, conservacionismo clássico sobre parques, reservas e santuários ecológicos, recursos hídricos em regiões metropolitanas e a necessidade de ação vigorosa do poder municipal sobre habitação, uso e ocupação do solo urbano e rural (NEDER, 2002, p. 41).

Salienta-se, portanto que a mobilização social e os movimentos ambientais são contribuintes para a existência de um espaço mais democrático e propício as discussões a cerca das questões ambientais. Mas, além destes fatos que foram de muita importância para a formação de uma consciência e a produção de conhecimentos e discussões sobre o meio ambiente no Brasil, os diversos órgãos governamentais que passaram a ser criados, também contribuíram para o avanço das políticas ambientais que temos na atualidade, inclusive com a formação de uma das legislações mais avançadas do mundo, embora sendo pouco aplicada;

Dessa forma, mesmo com a imagem negativa deixada na conferência de Estocolmo e que as instituições brasileiras fossem muito bem controladas e centralizadas, como foi salientado, ocorre a criação da SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente mesmo que em meio a um certo desinteresse com as questões ambientais (MAIMON, 1992, p. 61; SANTILLI, 2005, p.28). Entretanto, mesmo que de forma marginal, forma um grupo significativo de técnicos e dirigentes do movimento ecológico.

Maimon (1992, p. 62), ao se referir ao II PND destaca a importância da temática ambiental a qual foi pela primeira vez citada no referido plano no ano de 1975 e compreendia três linhas de ação: política ambiental na área urbana e definição de áreas críticas de poluição, política de preservação de recursos naturais e política de proteção à saúde humana.

Parece que há um terreno propício à existência de uma “conscientização” ambiental e sua difusão é o marco principal da década de 1980. Sobre essa alteração no

ambientalismo brasileiro a partir da década de 1980, Leis (1996, p. 100) nos fala da passagem de uma *matriz bissetorial* – dialética entre Sociedade Civil e Estado, que não permite uma expressão mais autônoma em relação ao biocentrismo, que apesar de minoritárias, circulavam pelo interior das mesmas culturas européias e americanas que influenciavam os círculos locais – para uma *matriz multissetorial e complexa* (VIOLA e BOEIRA, 1990, *apud*: LEIS, 1996), emergente em meados da década de 1980, compostos (além dos dois acima citados) de mais três setores: o socioambientalismo; os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental e um reduzido setor do empresariado que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental.

Juntamente a esse processo têm-se a entrada da questão ambiental na arena política com a criação do Partido Verde - PV. No entanto, parte mais de um “consenso do movimento ambientalista do Sul-Sudeste sobre a necessidade de intervir diretamente no futuro Congresso Constituinte e conseguindo organizar-se com sucesso⁹, elegendo deputados estaduais e vereadores. Para Maimon (1992, p. 62) “o crescimento da consciência ecológica, terá uma influência direta na formulação da legislação ambiental, afetando indelevelmente a constituinte”.

De fato, isto ocorre com criação da Política Nacional de Meio Ambiente (1981), pautando-se em normas de intervenção com a implantação dos EIAS/RIMAS. Com a Lei nº. 6.938/81 cria-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA - e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA - procurando integrar e coordenar a política ambiental em nível federal, estadual e municipal (MAIMON 1992, p. 63).

⁹ Segundo Leis (1996, p. 101) apesar de surgir com muita força em 1986, o PV, desaparece do cenário nacional no período de constituição do ambientalismo multissetorial. O PV não se tornou atraente para a maioria dos ambientalistas brasileiros por que propôs uma representação política unilateral que reproduzia discursiva e esquematicamente a complexidade das políticas verdes européias, mas na prática não tinha conseguido abandonar a dialética que correspondia ao ambientalismo bissetorial da fase anterior.

Foi em 1981, que a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras se tornaram legalmente obrigatórios com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (SANTILLI, 2005, p. 29).

Podemos considerar o ponto culminante da política ambiental no Brasil a promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988, pois ela representa um marco na legislação ambiental considerando as terras de patrimônio nacional e penalidades, bem como penalidades de reclusão aos responsáveis por danos contra o meio ambiente (MAIMON, 1992, p. 63). Segundo Cunha e Coelho (2005), a Constituição de 1988 tem um cunho descentralizador e marca uma mudança significativa na abordagem da problemática ambiental no Brasil onde a participação da sociedade passou a ser mais estimulada. Este fato foi comprovado quando da adequação das unidades de conservação ao modelo de desenvolvimento sustentável, concebendo a proteção natural com os modos de vida de populações tradicionais (CUNHA. COELHO, 2005).

A viabilização do CONAMA, com a propagação da problemática ambiental (mesmo com resistências ligadas às estruturas burocráticas) pelo corpo estrutural do Estado, mais a conexão entre as agências ambientais estatais e a comunidade científica e incipiente interação entre agências ambientais estaduais foram uma premissa de mudança, segundo Leis (1996, p. 103-104), do padrão de atuação da SEMA¹⁰ e que em 1989, com a fusão de órgãos de floresta, pesca e borracha¹¹ (LEIS, 1996, p. 104; SANTILLI, 2005, p.30) faz criar o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Lei 7.735/89, enquanto órgão responsável pelas Unidades de Conservação. Essa fusão foi também resultado de pressões nacionais e internacionais provocadas pelas queimadas na Amazônia e

¹⁰ Resultado da existência cada vez maior de um ambientalismo multissetorial e complexo (VIOLA e BOEIRA, 1990, *apud* LEIS, 1996, p. 101).

¹¹ Extinção dos Órgãos: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe); Superintendência da Borracha (Sudhevea); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (SANTILLI, 2005, p. 30).

pela morte de Chico Mendes, que de forma lenta iniciou uma reforma conceitual-organizacional na questão ambiental (LEIS, 1996, p. 104).

As poucas, mas iniciais transformações na política ambiental revelam segundo Maimon (1992, p. 64) uma legislação brasileira com:

Forte conotação biótica, omitindo a presença do homem na problemática, uma vez que o meio ambiente é representado pelo conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica (MAIMON, 1992, P. 64)

Mesmo assim ainda persistiam preocupações com a proteção do território amazônico, quando o Governo Federal lança na década de 1990, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

O atual período (de 1988 em diante) é marcado pela democratização e descentralização das atribuições ambientais (CUNHA, COELHO, 2005). E em resposta às pressões internacionais o Governo Federal organiza o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) para a Amazônia, e após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) cria, em 1993, o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA) e de acordo com Cunha e Coelho (2005, p. 54) este ministério “assumiu compromissos com as recomendações da Rio-92 e com a construção das Agendas 21 e das agendas ambientais institucionais e comunitárias”.

A capacidade da atuação do Estado na área ambiental baseia-se na idéia de responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e municípios e entre esses e os setores da sociedade. Neste intuito houve a promulgação da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, e mais tarde a formação do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), órgão do Ministério do Meio Ambiente que tem por missão contribuir como agente financiador e de participação social, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

De modo geral a eficácia das políticas ambientais depende de uma legislação atualizada e de uma integração cada vez mais consistente entre a união, os estados e os municípios para a consolidação da Gestão Ambiental com políticas permanentes; e por fim, com recursos humanos e financeiros para a real existência de uma política ambiental deixando para trás a visão de outrora, de caráter (inicial) estritamente preservacionista e voltado a ações de comando e controle.

Por isso, dentro da evolução de um movimento ambientalista considerado complexo/multissetorial (VIOLA e BOEIRA, 1990, *apud* LEIS, 1996), a qual, já demonstra a partir de meados de 1980 uma iniciante flexibilização das relações estatais com as organizações da sociedade civil, no que diz respeito à profissionalização de entidades ambientalistas (LEIS, 1996; SIRKIS, 1992, *apud* McCORMICK, 1992), maior interação das agências nacionais e estaduais com a comunidade científica; ampliação dos setores do ambientalismo brasileiro, uma complexidade por meio de grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental, de forma interdisciplinar; o setor empresarial mesmo que um reduzido setor, não deixa de ser estratégico (contribui para a nova fase: desenvolvimento sustentável) pautando seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental (LEIS, 1996). E por fim o socioambientalismo, que “abrange uma vasta¹² variedade de organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicatos, que têm incorporado a questão ambiental como uma dimensão importante de sua atuação” (LEIS, 1996, p. 105).

¹² Segundo Leis (1996): movimento dos seringueiros; movimentos indígenas; movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra; movimentos dos atingidos por barragens, etc.

1.2. Os Movimentos Socioambientais: do Ambientalismo ao Socioambientalismo¹³

Conforme já foi inicialmente debatido o movimento ambiental no Brasil tem um divisor de águas a partir da década de 1980, na qual houve a incorporação de outros setores na questão ambiental brasileira que não incluía mais somente a prerrogativa do Estado com a Sociedade civil organizada. Assim, aos poucos setores do meio acadêmico, da iniciativa privada, com perfil mais profissional das entidades ambientais atingem no movimento ambiental brasileiro um nível complexo, pois influenciam “as agências estatais de meio ambiente, o poder legislativo, a comunidade científica e o empresariado. (...) um novo estilo administrativo no país, que combina a eficiência e o interesse social de longo prazo” (LEIS 1996, p. 102). Junto a essas transformações no ambientalismo brasileiro se insere o socioambientalismo “constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação” (LEIS, 1996, p. 101).

Pode-se dizer também que a trajetória do ambientalismo foi influenciada pelas transformações nos órgãos, instituições ambientais federais e estaduais. Somando-se a tudo isso se verificou o surgimento de uma nova concepção dos rumos que o movimento ambiental brasileiro iria tomar a partir daí: o socioambientalismo, conforme explica Silva (2001, p. 210): “do final dos anos 80 até hoje, é notável a mudança em curso na cultura política para incorporar a ‘questão ambiental’, que, especialmente no Brasil, se transformou em uma ‘questão socioambiental’”.

A origem do movimento ambientalista no Brasil tem uma íntima ligação com os movimentos sociais¹⁴. Assim, a conscientização dos problemas ambientais ganhou bastante

¹³ Este trabalho parte da premissa de que o Socioambientalismo é um movimento que nasce de uma articulação política entre movimentos sociais e ambientalistas e que ocorreram no contexto do processo de redemocratização do Brasil a partir da década de 1985 criando sua própria história e definiu conceitos e paradigmas que lhe são próprios (SANTILLI, 2005).

força com a existência desses movimentos. Essa aliança teve uma grande influência do processo de redemocratização do Brasil iniciado na década de 1980, reforçando as reivindicações dos movimentos sociais que culminou com o fim do regime militar em 1985. Dentre os movimentos sociais mais significativos, tem-se o denominado Movimento dos Povos da Floresta¹⁵ que caracterizava a luta dos seringueiros, índios e populações tradicionais da Amazônia contra o modelo de exploração dos recursos naturais, que por sua vez ameaçava a forma de produção, a qual se baseava no extrativismo dos mesmos.

Na verdade há um entrelaçamento de movimentos na medida em que um influencia o outro, isto é, os movimentos sociais passam a incorporar o temário ambiental e os movimentos ambientais passam a considerar as questões sociais. Essa união passa a representar um importante rumo às questões ambientais, pois articulou todo um aparato de novos atores sociais que passaram a reivindicar seus direitos e também começaram a se organizar para tal. Os povos da floresta são os primeiros a iniciar reivindicações contra a forma de exploração dos recursos florestais, reivindicando principalmente a criação de reservas extrativistas.

Santilli (2005, p. 32) fala da importância da ligação entre esses movimentos dos povos da floresta com os ambientalistas:

Nasceu então, uma aliança entre os povos da floresta – índios, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais, que têm o seu modo de vida tradicional ameaçado pela ocupação desordenada e predatória da Amazônia – e os ambientalistas, que passaram a apoiar a luta política e social dos povos tradicionais, que vivem especialmente do extrativismo de baixo impacto ambiental. O extrativismo foi redescoberto como uma atividade não-predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas.

¹⁴ O movimento social parte da concepção de sociedade civil, como locus dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais (GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. 2004, p. 01); deve ser entendido também, como resultado da organização da sociedade rural, principalmente as populações tradicionais ligadas às florestas, aos rios, povos indígenas e que passam a se unir e manifestar-se contra a qualquer forma de ameaça a sua reprodução social, econômica, ambiental etc.

¹⁵ Seringueiros, índios, populações tradicionais.

Indubitavelmente, nesse movimento se destaca um dos mártires do meio ambiente, Chico Mendes¹⁶, seringueiro, o qual foi um dos primeiros a reclamar a criação das reservas extrativistas, algo inovador para a época, quando então fundador do Conselho Nacional dos Seringueiros e militante sindical.

A base de reivindicações do movimento ambientalista parte principalmente da criação das reservas extrativistas e ganham notoriedade nacional e internacional principalmente após a morte de Chico Mendes. Assim, considera-se que a organização¹⁷ em movimentos ambientais e o engajamento dos novos atores (Índios, extrativistas, seringueiros, etc.) estavam diretamente relacionados à expulsão das famílias que viviam do extrativismo, com a chegada dos *paulistas* (novos fazendeiros sulistas que participaram do processo de expansão da fronteira amazônica) e transferência dessas famílias para as periferias das cidades especialmente Rio Branco onde passaram a viver em áreas de invasão (SILVA, 2001. p. 203).

Santilli (2005, p. 33) explicita a criação das reservas da seguinte forma:

A proposta de criação de reservas extrativistas – desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros visando promover o casamento entre conservação ambiental e reforma agrária – passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia. [...] as reservas extrativistas se baseiam no conceito de que são bens de domínio da União (de forma que evite a sua venda e lhe dê as garantias de que só gozam os bens públicos) e de que a transferência do usufruto para os moradores da reserva extrativista se faria pelo contrato de concessão de direito real às entidades representativas de moradores da reserva.

A criação das reservas extrativistas nos mostra algo além do simples desejo dos seringueiros. Denota um sentido que é sócio-ambiental, pois “homens, mulheres e crianças se dirigiam para os seringais a serem convertidos em pastos e impediam com a própria vida a

¹⁶ Seringueiro, vindo do Nordeste no auge do segundo ciclo da borracha, ajudou nas conquistas dos seringueiros em relação à criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais nas cidades de Sena Madureira, Rio Branco e Brasiléia, ambas no Estado do Acre enquanto líder sindical e posteriormente com a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros em favor da criação das reservas extrativistas (SILVA, 2001).

¹⁷ É importante destacar que na Amazônia, as organizações que se formaram e que deram tanto o apoio quanto o respaldo ao movimento social e ambientalista estão relacionadas à Igreja Católica, aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Colônias de Pescadores, e as Diversas Associações tanto Ambientais, quanto as ligadas aos movimentos dos ribeirinhos, pequenos agricultores, mulheres, etc.

derrubada da floresta, principal fonte de sobrevivência” (SILVA, 2001, p. 204). Isto expressa a unidade de duas lutas - a dos ambientalistas e a dos extrativistas – onde essa unidade foi expressa em 1985, com o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília (SILVA, 2001, p. 204).

Houve também incidências internacionais no plano local/nacional no movimento ambiental. Externamente não existia uma preocupação com as sociedades subdesenvolvidas e a sua situação; passa a existir de fato uma preocupação externa com as questões ambientais no Brasil, com principal foco na Amazônia, ou como diz Becker (2004, p. 3-6), a região se configura como uma nova geopolítica, ou seja, como fronteira do capital natural em nível global, partindo de um projeto internacional e de uma integração desta ao continente sul-americano:

Até recentemente, dominava no projeto internacional a percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação a ser preservada, tendo em vista a sobrevivência do planeta, devido aos efeitos do desmatamento sobre o clima e a biodiversidade. A base dessa percepção teve como origem, em grande parte, a tecnologia dos satélites, que permitiu pela primeira vez uma visão de conjunto da superfície da Terra e da sua unidade trazendo o sentimento da responsabilidade comum, assim como a percepção do esgotamento da natureza, que se tornou um recurso escasso. [...] A natureza foi então reavaliada e revalorizada a partir de duas lógicas muito diferentes, mas que convergem para o mesmo projeto de preservação da Amazônia. A primeira lógica é a civilizatória ou cultural, que possui uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida, o que dá origem aos movimentos ambientalistas. A outra lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia (BECKER 2004, p. 3-6).

A importância do movimento parte de uma conjugação de forças sociais e ambientais seja contra a pobreza existente (com a aplicação do extrativismo, por exemplo), seja contra a forma de exploração da natureza representando a aliança do movimento social dos seringueiros com o movimento ambientalista, onde este último passou a adotar o debate a cerca da reivindicação das reservas extrativistas.

Dessa forma a primeira lógica internacional levantada por Becker anteriormente, a “civilizatória ou cultural”, teria sido uma herança do movimento dos seringueiros, conforme explica Silva:

Outra herança do movimento dos seringueiros foi a experiência única que somou às tendências de articulação internacional que se expandiam no final dos anos 80. Enquanto em 1989, as primeiras eleições diretas para a Presidência da República e a promulgação de nova Constituição chamavam a atenção para a construção de um novo Brasil, democrático, a repercussão do caso de Chico Mendes sinalizava para o significativo e contraditório diálogo entre o local e o global. Os canais de diálogo abertos diretamente entre Xapuri e instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), agências multilaterais (...) tudo isso influenciou o crescimento da tendência de interferência da sociedade civil e de movimentos comunitários nos grandes espaços de decisões políticas (SILVA, 2001, p. 209).

Neste trabalho considera-se que o Movimento Ambientalista brasileiro toma um significado diferente do movimento internacional que esteve presente no Brasil até a década de 1980, o qual primava pelo preservacionismo e não se reportava às populações que dependiam diretamente dos recursos existentes. Assim, o Movimento Ambientalista a partir de 1980, contou com a presença de novos atores políticos nacionais, como os seringueiros, índios, castanheiros, enfim populações da floresta, que mais tarde será tratado no município de Cametá, estado do Pará, com as populações ribeirinhas.

A partir da união dos movimentos sociais com os movimentos ambientalistas ocorre uma importante modificação na forma de concepção do discurso presente no movimento ambientalista até então.

Destaca-se, pois, que o movimento ambientalista veio do chamado primeiro mundo, mas especificamente na Europa Ocidental (PÁDUA, *apud* LEIS, 1991, p. 136) e se mundializou fazendo com que a maioria dos países começasse a aderir à idéia e trazendo consigo ONGs ambientalistas que são um ponto importante no estabelecimento do movimento ambiental, e ao mesmo tempo, reforçava o discurso da existência de um preservacionismo “exagerado”, radical. Não é objetivo deste trabalho tratar as ações mais específicas das ONGs no movimento ambiental no Brasil; pensamos que esta questão é problemática, pois na maioria das vezes, algumas ONGs ambientalistas representam interesses de corporações internacionais com grandes visibilidades sobre os recursos naturais de países como o Brasil, pois atualmente, as ONGs tem deixado de lado os protestos e as militâncias, para o

financiamento de projetos de natureza diversas na sociedade brasileira o que para Gonçalves (2004), é um perigo.

Mesmo assim, ocorre a difusão de novos valores. Sobre estes valores, Bentes (2005, p. 2) diz que:

Os movimentos ambientalistas surgiram da crescente consciência social de que, em vez de vida e bem-estar social superiores e apesar dos vários benefícios, a industrialização, baseada na ciência e nas tecnologias modernas, provoca doenças e desastres ecológicos, podendo, inclusive, inviabilizar a vida no planeta, pois degrada e polui o meio ambiente. Entretanto, o modo científico desenvolvimentista de pensar e utilizar recursos naturais foi mais além, inventando, produzindo e massificando tecnologias que objetivavam não apenas altos níveis de lucros econômicos, mas, igualmente, domesticar o que os cientistas percebiam como natureza e modos de vida "selvagens", causando os níveis mais intensos de degradação dos solos, destruição de rios, de florestas e das redes subterrâneas de água, bem como de poluição do ar, dos rios e dos oceanos. A ciência desenvolvimentista promoveu tecnologias predatórias, [...] implica desflorestamento, mas foi propagandeada como um método "superior", capaz, inclusive, de civilizar a "hostilidade" da natureza e o "primitivismo" e o "atraso" dos métodos de plantio-manejo ecológico praticados por outros povos. Desflorestar tornou-se "ato civilizatório". A resultante degradação ambiental, intensificada nos países do oeste europeu e em parte de suas colônias pela revolução industrial, foi ofuscada pela crença científica na existência de uma ordem natural mecânica e material.

São as idéias contrárias ao modelo de exploração predatória que irão permear o discurso dos movimentos ambientalistas anterior à junção do movimento dos seringueiros ao ambientalista.

E por isso mesmo, o desmerecimento com o “primitivo” ou desses modos de vida “selvagem” de que fala Bentes pela experiência que já acumularam, muitas vezes fazia com que muitos ambientalistas desacreditassem nas intenções das populações da floresta quando da sua organização faziam crer que tais populações agrediam a natureza na busca por sua alimentação, ou com o ambientalismo envolvido na lutas dessas populações visto até mesmo com intenções burguesas¹⁸ (SILVA, 2001). A postura política do movimento dos seringueiros muitas vezes provocou equívocos, ao projetar Chico Mendes como um grande

¹⁸ O movimento ambientalista dos povos da floresta em seu início foi visto com alguma desconfiança pela esquerda, motivado pela crença no ambientalismo enquanto coisa de classe media já satisfeita em suas necessidades básicas (SILVA, 2001, p. 207)

ambientalista, quando na verdade, segundo Silva (2001, p. 208), “defendíamos a nossa vida, da qual a floresta é parte intrínseca assim como nos é indispensável a permanência das condições de sua produtividade”, fazendo pensar Chico Mendes ou criá-lo como ambientalista nato, abandonando as lutas sindicais.

No entanto, Chico Mendes soube fazer a distinção entre o sindicalismo e a desconfiança de parte da esquerda com o ambientalismo, sabendo delinear “a construção de novos costumes e espaços de ação política, em que o socioambientalismo é, sem dúvida, um pilar fundamental” (SILVA, 2001, p. 208). E demonstra, ainda na década de 1980, que os cuidados na consideração dos avanços tecnológicos como resultado somente positivo pode ser um grave erro; não se pode crer na industrialização como o estágio mais avançado de desenvolvimento humano que só será atingido apenas pelos povos mais fortes e tecnicamente capazes (BENTES, 2005, p. 2) e é em Chico Mendes e no movimento dos seringueiros que as populações excluídas provaram que a partir daquele momento lutar a favor da conservação da floresta, passaria a inserir em suas reivindicações a problemática social junto á ambiental.

Vimos anteriormente o início dos movimentos ambientalistas onde estes tinham uma tendência ao ecologismo puro, no qual suas idéias e seus discursos se relacionavam a preservação do meio ambiente sem questionar o desenvolvimento científico e industrial depredador, mas que principalmente excluía a dimensão humana tanto nas questões ambientais, quanto na concepção de desenvolvimento a todo custo sem a avaliação dos impactos ambientais e sociais. Nesta perspectiva, Neder (2002, p. 32) diz que problemas relacionados ao aumento constante do uso dos recursos naturais através de tecnologias bem sofisticadas e com um alto consumo de energia e de bens industrializados apresentam uma grave vertente nos países desenvolvidos, pelo grande desperdício e produção de resíduos. Já questões relacionadas ao crescimento demográfico, pobreza e exaustão das terras (NEDER,

2002, p. 32) estavam intimamente ligadas à problemática ambiental nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Nesse aspecto, a análise do processo de urbanização e industrialização do Brasil influencia no surgimento e/ou o aumento dos movimentos ambientais bem como dos sociais e que também se relacionam de certa forma com os projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Pádua (*apud*, LEIS, 1991, p. 145) diz que tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais houve um grande impacto daquele processo e seus custos sociais refletem o modelo de desenvolvimento brasileiro, que em sua maioria repete o modelo ocidental – alto consumo de energia e recursos naturais.

Quando se fala, portanto, do ambientalismo brasileiro estamos nos referindo a todo um conjunto de atitudes desenvolvidas no Brasil que tinha como um dos objetivos a introdução dos ideais ambientalistas externos e que de certa forma ajudaram a construir o ambientalismo brasileiro, mesmo que influenciado pela ótica desenvolvimentista (e nesse caso, o aspecto econômico era centro da questão) se mantivesse longe de pensar o homem e suas ações diante dos espaços construídos e principalmente dos espaços naturais. Considerando este último, a inserção da sociedade e de seus problemas, os quais não seriam somente os ambientais, seria a idéia que construiu a noção de socioambientalismo.

Para Castells (*apud* BERNARDES e FERREIRA, 2003, p. 143) o ambientalismo representa:

As formas de comportamento que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante (CASTELLS *apud* BERNARDES e FERREIRA, 2003, p. 143).

A visão de Castells não foi uma postura adquirida pelo movimento ambientalista no Brasil, em seu início, devido ao contexto em que foi inserido e da forma como foi trazido para cá.

Quando ocorreu o nascimento de órgãos ambientais brasileiros e a aprovação de leis do meio ambiente, como as do zoneamento industrial, da criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, Leis nº. 6.803/80 e nº. 6.902/81, respectivamente, no período ditatorial, se verificou que nas leis ambientais permanecia uma orientação preservacionista voltada para a proteção de ecossistemas e espécies, mas sem considerar definitivamente uma dimensão social e valorizando ações de repressão às práticas predatórias contra o meio ambiente (SANTILLI, 2005 p. 29).

Houve, portanto, a inserção e a “institucionalização” nos movimentos ambientalistas de aspectos humanos na busca de uma equidade social e não apenas a ambiental ou a econômica. Para muitos seria a concepção do Desenvolvimento Sustentável (oriundo do “Relatório de Brundtland”¹⁹) que é exatamente a concepção da proteção à natureza, mas sem retirar dela os homens e as mulheres que em seu espaço vivem e exploram recursos e dos quais são dependentes, implantando um modelo de real valorização, respeito, ao conhecimento e a relação de sobrevivência com os recursos da floresta pelos homens e mulheres (SILVA, 2001).

A questão se remete a construção do socioambientalismo e que por isso vai além do ambientalismo por passar a questionar a ausência (ou a existência de pessoas em áreas de abundância natural) dos diversos atores e sua respectiva sobrevivência no espaço natural e construído e passando a conquistar mais espaço nas temáticas ambientais e planos de governo.

Assim a perspectiva humana passa a ser fundamental na consolidação do movimento ambientalista se tornando uma aliança estratégica deste com os movimentos sociais (SANTILLI, 2005). Na Amazônia isto será materializado na articulação de índios e populações tradicionais que também contou com o apoio internacional e marcou o socioambientalismo brasileiro com a “Aliança dos Povos da Floresta” (SANTILLI, 2005). O

¹⁹ O Relatório de Brundtland foi elaborado pelas Nações Unidas e intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi o primeiro relatório internacional a utilizar e defender o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, denunciando a rápida devastação ambiental e que poderia levar ao fim dos recursos ambientais de todo o mundo (SANTILLI, 2005, p. 30).

socioambientalismo é, portanto, a junção de grupos diversos em termos culturais (índios, seringueiros, castanheiros, pescadores, etc.), mas que se complementam por sua interatividade e dependência dos recursos naturais e também por enfrentarem problemas comuns em relação á degradação dos recursos existentes em seu espaço de vivência.

Vale a pena salientar que mais do que uma união estratégica, a ligação entre os movimentos social e ambiental, partiu antes de nada da necessidade de superação de uma determinada situação em que cada ator se encontrava. Os índios na busca de demarcação de terras; os seringueiros, buscando manter seu meio de sobrevivência e todos no alcance de um modelo econômico mais viável a preservação da floresta e sua valorização econômica bem como sua utilização de forma sustentável.

Becker (2004, p. 3) demonstra uma dinâmica mais recente na região e que expressam os resultados alcançados pela organização da sociedade:

O ponto de partida para se fazer essa análise é o reconhecimento de profundas mudanças estruturais [...] Todos sabem como o projeto de integração nacional acarretou perversidades em termos ambientais e sociais. [...] Outra mudança importante é a da economia, que passou da exclusividade do extrativismo para a industrialização [...] Por outro lado, organizou-se a sociedade como nunca antes verificado. Os grandes conflitos de terras e de territórios das décadas de 1960 a 1980 constituíram um aprendizado político e, na década de 1990, transformaram-se em projetos alternativos, com base na organização da sociedade civil. É extremamente importante lembrar que hoje, essa sociedade tem voz ativa na Amazônia e no Brasil, inclusive muitos grupos indígenas. Essa organização da sociedade política trouxe, por sua vez, mudanças no apossamento do território, com a multiplicação de unidades de conservação federais e estaduais, assim como também com a demarcação de terras indígenas (BECKER, 2004, p. 3).

Becker e Gomes (1993), dizem que o período de globalização da economia colocou a problemática ecológica como uma questão de sobrevivência da própria humanidade e que a Amazônia tornou-se o símbolo maior desse desafio. Torna-se necessária a desnaturalização do conceito de ambiente, admitindo que o mesmo seja resultado da interação da lógica da sociedade com a lógica da natureza, devendo-se romper com a falsa separação entre desenvolvimento técnico científico e ecologia.

Em outras palavras, a desnaturalização do conceito de ambiente significa a percepção dos movimentos ambientalistas enquanto expressão da problemática ambiental em correlação com os problemas sociais e ambientais de todas as populações, inclusive daquelas excluídas, como no caso dos povos da floresta entre outras populações tradicionais.

Nas palavras de Almeida (*apud* SANTILLI, 2005, p. 32) “se por um lado as organizações internacionais passaram a desenvolver o conceito de desenvolvimento sustentável, os seringueiros, por outro lado, emergiram como atores políticos nacionais“. Almeida (*apud* SANTILLI, 2005, p. 32-33) ao se referir à fala do primeiro presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, relata:

Os seringueiros saíram debaixo da folha [...] e o faziam reivindicando a criação de reservas extrativistas para que pudessem continuar a coletar a seringa, colher a castanha, pescar, caçar e utilizar os mil recursos da floresta, de suas águas e de seu solo (ALMEIDA *apud* SANTILLI, 2005, p. 32-33).

Podemos dizer que ajudaram de forma decisiva no fortalecimento e consolidação do socioambientalismo: a aliança dos movimentos sociais com os ambientalistas junto às lideranças manifestadas nos dois movimentos como é o caso de Chico Mendes e da ex-ministra do Meio Ambiente e atual Senadora (PT-AC) Marina Silva; a proposta de criação de reservas extrativistas pelo movimento social dos seringueiros, onde por meio destas buscavam promover a inter-relação entre a conservação ambiental e a reforma agrária; a idéia das reservas extrativistas passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para Amazônia (SANTILLI, 2005, p. 33).

Parece nítida, portanto a ligação entre a questão ambiental e justiça social que passaram, então a promover os “Povos da Floresta” e o movimento socioambientalista (SANTILLI, 2005, p. 35). Na consolidação deste, a Senadora (PT-AC) e ex- Ministra do Meio Ambiente Marina Silva (2001.p. 206) relata sobre a experiência e a vivência deixada por Chico Mendes:

Uma das principais heranças deixadas por Chico [Mendes] e o movimento dos seringueiros daquele período foi o exemplo de que as questões sociais e ambientais caminham juntas ainda mais quando se trata da realidade brasileira. [...] O grande mérito de Chico foi insistir no caráter social e humano na defesa da floresta. Essa defesa tinha um sentido que não podia ser visto fora de nossas próprias vidas [...] (SILVA, 2001.p. 206).

Santilli considera que a principal tese do socioambientalismo se baseia no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só terão efeito social e sustentável e político se forem incluídas as comunidades locais promovendo uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (2005, p. 35).

Alguns fatos concretos aconteceram com a articulação dos movimentos sociais com os ambientalistas e representaram também um marco na consolidação do socioambientalismo. Um dos principais foi a articulação feita no movimento de resistência à construção da primeira barragem do Complexo do Xingu chamada de Kararaô (atual Belo Monte) e que resultou no Encontro de Altamira, em 24 de fevereiro de 1989, em Altamira, Pará e que suspendeu – mesmo que temporariamente – a construção de tal hidrelétrica; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi outro movimento social que segundo Santilli (2005, p. 37) “soube incorporar o componente ambiental às suas lutas sociopolíticas” e foi uma resistência contra a inundação das terras usadas por camponeses e se aliou ao movimento ambiental.

Podemos concluir que o socioambientalismo aspira participação do homem e a valorização tanto das questões ambientais quanto das de justiça social e as que envolvem as populações tradicionais no tratamento da problemática ambiental. E o socioambientalismo passa agora a “representar uma alternativa ao preservacionismo ou movimento ambientalista tradicional” (SANTILLI, 2005, p. 40) que de maneira geral considera as populações tradicionais como um ameaça a conservação ambiental. Em suma, concordamos com as palavras de Santilli (*apud* SANTILLI, 2005, p. 41):

O socioambientalismo é uma invenção brasileira, sem paralelo no ambientalismo internacional, que indica precisamente o rumo de integrar políticas setoriais, suas

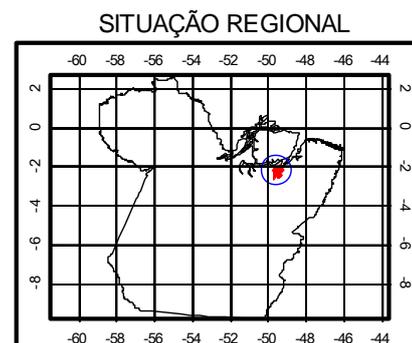
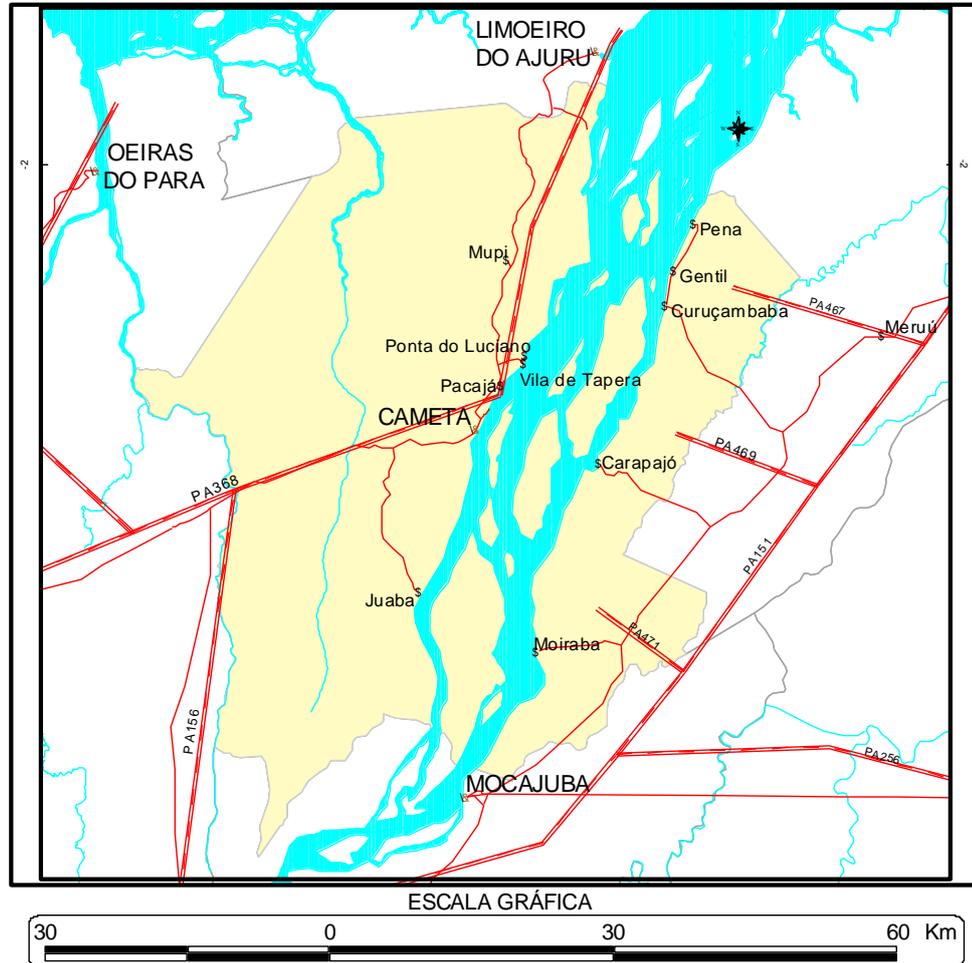
perspectivas e atores, num projeto de Brasil que tenha sua cara e possa, por isso mesmo, ser politicamente sustentado (SANTILLI, Márcio *apud* SANTILLI, 2005, p. 41)

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS E A GESTÃO AMBIENTAL LOCAL

2.1. Breve caracterização do Município de Cametá

O Município de Cametá pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 02°14'32'' de latitude sul e 49°29'52'' de longitude a oeste de Greenwich (PROJETO GESPAN, 2004, *apud* CORDOVIL, 2008). Possui uma área de 3.022 km² e limita-se, ao norte com o Município de Limoeiro do Ajurú, ao sul de Mocajuba, a leste com Igarapé Mirí e a oeste com Oeiras do Pará (Brasil, 2005, p. 22), conforme Mapa 01.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ



Fonte: SIGIEP, 2001. Data: 02/09/2007. Elaborado por: SILVA, M. S.

Mapa 01²⁰: localização do município de Cametá. FONTE: Cordovil, 2008.

²⁰ Mapa retirado de CORDOVIL, J. C. da S, 2008.

A vegetação principal é do tipo palmeiras representadas em grande quantidade pelo açazeiro²¹ (fruto responsável pela base de vida da população ribeirinha) e o buritizeiro²². Estão atualmente bastante explorados, sobretudo os açazeiros, porque seus produtos - fruto e palmito – desempenham importante papel na economia local (Brasil, 2005).

O açazeiro, que é a espécie em maior quantidade nessas áreas, ao ser cortado tem como consequência econômica a redução na produção de frutos na safra seguinte. Do ponto de vista ambiental, com o corte dos açazeiros aparecem espécies invasoras sem valor econômico e ocorre a degradação dos solos pela lixiviação.

O município de Cametá possui uma população de 110.323 habitantes (IBGE, 2007). A população reside na área urbana corresponde a um total de 47.984 habitantes. A população rural corresponde a 62.339 habitantes (IBGE, 2007).

Deste total da área rural mais de 50% encontra-se nas ilhas, distribuídas em 122 localidades com 523 comunidades cristãs (Prelazia de Cametá, *apud*: Brasil, 2005). São de aproximadamente 35 mil pessoas, denominadas de ribeirinhos e que produzem econômica e socialmente pela extração e comercialização de frutos de açá e pescado (BRASIL, 2005).

O território municipal é formado por 10 distritos: a sede municipal com o mesmo nome do Município (Cametá), Carapajó, Curuçambaba, Joana Coeli, Juaba, Moiraba (São Benedito), Areião, Vila do Carmo do Tocantins, Porto Grande, Torres de Cupijó (BRASIL, 2005), conforme figura 01.

²¹ *Euterpe oleracea*

²² *Mauritia flexuosa*

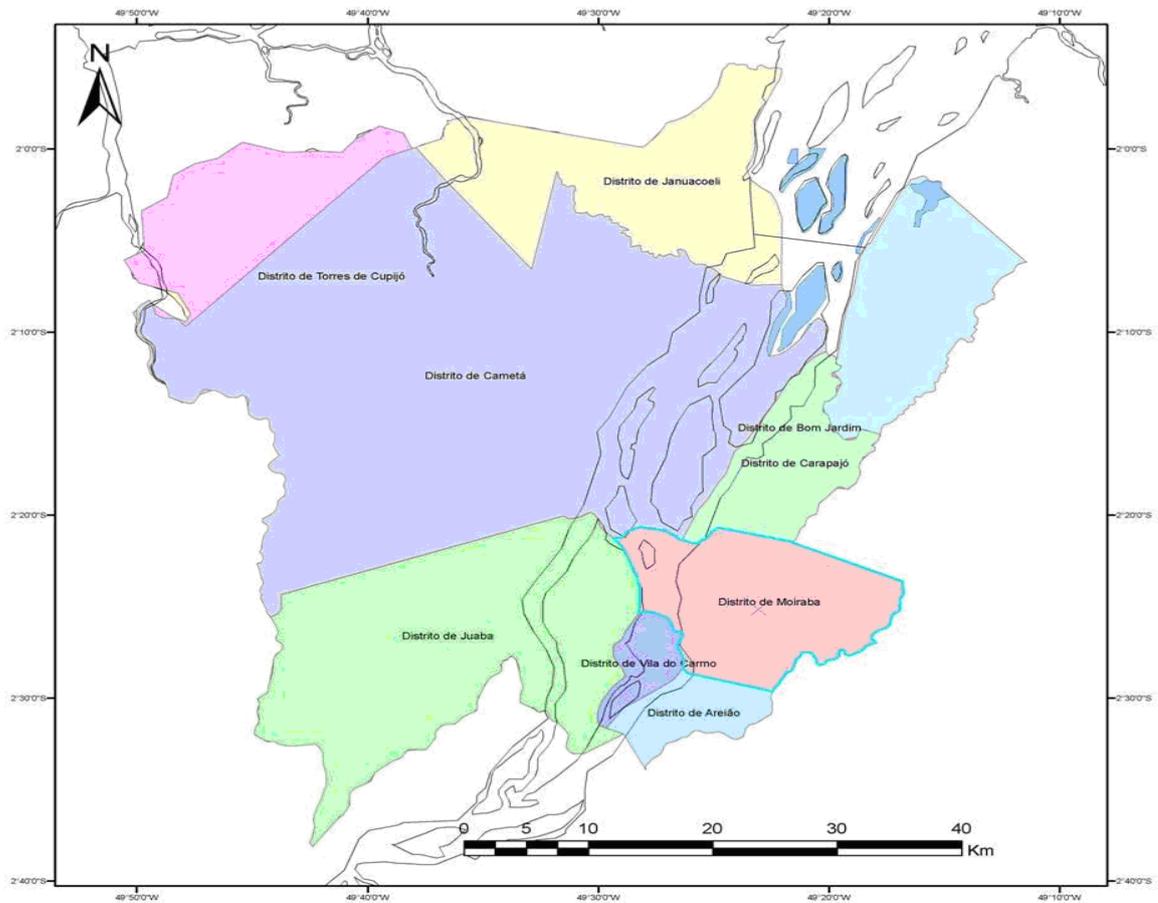


FIGURA 1: Distritos do Município de Cametá. Fonte: Plano Diretor, 2006

A economia extrativista está baseada na agricultura familiar, no extrativismo e na pesca artesanal e apresenta fortes oscilações entre o período de liberação da pesca e safra do açaí, quando a população tem seu maior rendimento, e o período do defeso do pescado e entressafra do açaí, quando ocorre uma queda vertiginosa da renda.

O município de Cametá apresenta um cenário caracterizado por três grandes problemas ambientais, segundo diagnóstico realizado pela Eletronorte (PPDJUS, 2002) que são: a pesca predatória, o desmatamento desordenado e o represamento do Rio Tocantins para a construção da hidrelétrica.

Nas ilhas de Cametá, o açai passa a ser reconhecido como uma atividade principal no seu período de safra que, em geral, corresponde produção entre os meses de agosto e novembro. Nesses meses, a pesca não desaparece, mas os chefes das unidades familiares avaliam que o peixe fica muito mais escasso, obrigando os pescadores a se deslocarem para lugares cada vez mais distantes (Brasil, 2005).

No período do defeso, a queda na rentabilidade das famílias é compensada pelo seguro-defeso que complementa com um salário mínimo mensal a renda para cada pescador ou pescadora. Como a pesca não é totalmente fechada, há um limite legal de captura de cinco quilos por pescador/dia não podendo comercializar as espécies proibidas pela portaria (Brasil, 2005).

Dentre os principais produtos agrícolas temos: pimenta-do-reino, açai (e palmito), lavoura branca (arroz, milho, feijão, mandioca), farinhas, hortaliças, cacau (nativo), laranja, banana, essências florestais, seringa (base maior na agricultura família). Destes há uma especialização de perenes na produção de cacau (PARÁ, 2009, p. 43). Tem-se também a produção de hortigranjeiros (couve, coentro, alface, cheiro verde, maxixe) e apicultura (mel). Outras atividades econômicas são desempenhadas: extrativismo: madeira-em-tora e lenha, andiroba e copaíba; pesca artesanal: peixe e camarão e criação de suínos e aves (PLANO DIRETOR, 2006)

O município de Cametá tem uma importância muito grande no contexto do baixo Tocantins, pois os equipamentos urbanos tendem a se concentrar em sua área territorial. Talvez isto ocorra pela dimensão geográfica do município, com vários distritos, inclusive, outros que estão a se formar. Hospitais regionais e universidades é um exemplo de concentração de equipamentos na cidade de Cametá. Destacamos ainda a importância na questão ambiental, pois é daí que saem as lideranças dos movimentos, sindicatos, colônias de

pescadores que constantemente são requisitados para incentivar e ajudar nas organizações dos outros municípios do baixo Tocantins.

2.2. A origem do Movimento Social em Cametá

Os movimentos ambientalistas têm se definido como parte importante na constituição dos movimentos sociais. Como integrante de tal, o movimento ambiental passa a compreender a importância de uma maior interatividade com os demais movimentos sociais, repensando possibilidades antes mesmo questionáveis, considerando uma aliança com todos os setores sociais e empresariais, criando a possibilidade de uma institucionalização cada vez maior do próprio movimento ambiental.

Em particular, o ambientalismo brasileiro teve em sua concepção uma particularidade que veio das contradições geradas no meio social a partir das políticas neoliberais, e não só isso, pois a caracterização de uma sociedade excluída também demanda em grande parte pela falta de interesse político para uma melhor aplicação das políticas públicas na gestão dos recursos naturais, bem como das populações presentes junto aos mesmos.

De outro lado a institucionalização do movimento ambientalista provém ao mesmo tempo de uma preocupação com a qualificação profissional²³, se adequando, por exemplo, ao modelo de financiamento das diversas entidades multilaterais, caso das ONGs, como uma reivindicação constante por melhores condições de vida das populações.

²³ Segundo Gonçalves (2004, p. 141), predomina nos últimos tempos, uma tendência à profissionalização, competência e agenda positiva das diversas Ongs e às vezes é deixado de lado o amadorismo e a militância, característicos dessas organizações.

No entanto, os movimentos sociais e o movimento ambiental não ocorrem de maneira uniforme dentro do espaço nacional. Em se falando de Amazônia e especificamente do município de Cametá, no estado do Pará, esta diferença é bem mais relevante.

Ao que parece, têm-se uma análise concentrada nos fenômenos relacionados aos movimentos a partir de certa porção territorial, onde as evidências demonstram as especificidades mais do Centro-Sul brasileiro de que qualquer outra região; entretanto, não se desconsidera as influências que o restante do território sofreu a partir das incursões dos movimentos sociais e ambientais no Centro-sul do Brasil.

A construção deste trabalho perpassa pela intencionalidade de sempre estar tratando do socioambientalismo e não somente do ambientalismo²⁴. Partimos do pressuposto de que a lógica dos movimentos ambientalistas é a lógica da reivindicação das massas populares por melhorias na qualidade de vida e na questão ambiental que surgira, mas que se insere em outras, primando pela sobrevivência de suas famílias e também sua fixação de fato, no local que sempre viveram com os recursos que sempre dispunham. Podemos afirmar que toda a articulação dos movimentos em Cametá parte de uma noção que está direta ou indiretamente ligada ao conceito do socioambientalismo. É exatamente neste aspecto que Santilli (2005, p. 19) nos fala da origem do socioambientalismo como resultado da fusão dos movimentos sociais e ambientais. E aqui, assim como em escala nacional, trabalha-se tal conceito, demonstrando o quanto se encaixa na análise da origem e desenvolvimento dos movimentos ambientais em Cametá.

Seguindo a construção teórica socioambientalista analisa-se o surgimento dos movimentos ambientalistas em Cametá. Compreende-se o mesmo enquanto uma prerrogativa

²⁴ O ambientalismo brasileiro representa todo um conjunto de atitudes desenvolvidas no Brasil e que tinham como um dos objetivos a introdução dos ideais ambientalistas externos e que de certa forma o ajudaram a ser construído, mesmo que influenciado pela ótica desenvolvimentista e nesse caso, o aspecto econômico era centro da questão.

da mobilização/participação da população nas primeiras reivindicações concernentes as questões ambientais.

No município de Cametá há uma capacidade de organização e articulação das populações, principalmente no que tange a população ribeirinha, como já foi exposto por Souza (2002) e Costa (2006). Souza (2002) sistematiza a luta dos trabalhadores rurais de Cametá para sair da subordinação patronal e em busca de financiamentos para sua atividade agrícola e relata como a zona rural se organizou para tal fato:

Os camponeses do Município de Cametá participaram ativamente de todo o processo de lutas pela democratização do FNO e pelo acesso dos camponeses a essa modalidade de crédito, seja estabelecendo ciclo de reuniões para debates nas delegacias sindicais; seja através de manifestação pública na cidade de Cametá. Participaram ainda da organização de audiência pública com negociações com as instituições de assistência técnica e de crédito no âmbito municipal e estadual e da articulação com as entidades representativas no estado contribuindo assim no processo de organização do novo ciclo de mobilização que se iniciou no Pará e que culminou nos anos seguintes com os Gritos da Terra Brasil, atingindo todo o território nacional (SOUZA. 2002 p. 160).

Esta organização da sociedade, seja dos trabalhadores rurais (STR), seja de pescadores (Colônia de Pescadores de Cametá) tem uma íntima ligação com os movimentos da igreja católica em Cametá, tendo como papel central a formação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou simplesmente Comunidades Cristãs, em substituição as irmandades²⁵. Esta compreensão torna-se necessária neste trabalho, pois a inserção do homem ribeirinho nos movimentos sociais e dentre eles os ambientais é acima de tudo uma relação bem próxima com aquelas que se davam nas comunidades cristãs. Essa relação se aprimora com o tempo e a percebemos na seguinte afirmativa (BRASIL, 2005, p.15):

Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs muitas irmandades transformam-se em comunidades de base. O caráter econômico dos festejos permanece, mas agora os recursos são para a Prelazia de Cametá. O controle passou para a hierarquia eclesiástica, entrando em colisão com os dois sustentáculos

²⁵ “As irmandades eram instituições laicas que se encarregavam de ano em ano da festa do santo da localidade, quando as pessoas faziam suas promessas esperando alcançar uma graça e pagavam a promessa no dia da festa ou mesmo antecipadamente na casa do dono do santo”. Os donos da festa e do santo eram os que promoviam as festas e arrecadavam uma ajuda financeira dos “padrinhos políticos” (figurões da política local) para a realização da mesma (BRASIL, 2005, p.15).

básicos do modo de organizar a vida social em Cametá: os santos padroeiros e os comerciantes patrões, figuras que representavam a segurança para devotos e clientes (BRASIL, 2005, p.15).

O tipo de relação da igreja católica era bem politizada e estratificada, no sentido de que havia a existência de uma dominação por trás das relações estabelecidas entre o povo, o santo e sua festa, pois era o momento mais alto de da vivência social e religiosa. E este momento era repassado naturalmente ao controle daquele que dispunha mais dos recursos para a concretização de tal festejo, ou seja, de alguns bem situados comerciantes que por sua vez, mantinham-se ao lado dos grandes nomes da política local.

Havia uma proximidade e uma “ajuda” mútua entre as irmandades, os comerciantes e as oligarquias locais: os comerciantes, que eram os dirigentes das irmandades, intermediavam o contato do político local com a comunidade, com a garantia de que após ter patrocinado a festa, contaria com os votos do povo. Este é o padrão de organização social que compunha a sociedade cametaense por muito tempo e durou até o início da década de 1990 (SOUZA, 2002). Souza (2002), inclusive cita o fato de os trabalhadores se organizarem ao ponto de conseguir “articular uma luta popular com a luta na esfera institucional” (p. 195), se referindo á vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) no pleito de 2000. Logicamente, buscaram-se outros modos de dominação política, mesmo com as articulações dos trabalhadores no poder, porém, o modelo econômico de dominação era estabelecido pela relação dos comerciantes aviadores²⁶ que forneciam diferentes produtos para os pescadores e pequenos agricultores, enfim para a população ribeirinha²⁷, das estradas e terra firme.

²⁶ Os comerciantes aviadores eram aqueles que supriam as necessidades dos extrativistas adiantando-lhes produtos que necessitavam para sua sobrevivência e pagava com sua produção. Era uma espécie de crédito sem dinheiro onde o extrativista se vê sempre endividado, cedendo as manobras políticas entre comerciante e o figurão do local (BRASIL, 2005).

²⁷ Os povos ribeirinhos são populações residentes na zona rural de Cametá e correspondem aos habitantes de uma porção de área denominada “ilhas”. São populações que vivem e se reproduzem culturalmente nos arredores do Rio Tocantins e seus afluentes. De acordo com HIRAOKA, (1993, *apud* COSTA, Gilson da Silva, 2006, p. 150), o termo ribeirinho é usado na Amazônia para designar os camponeses que vivem as margens das águas e vivem da extração de manejo e recursos florestais, aquáticos e da agricultura em pequena escala.

Portanto, é a partir do entendimento das relações sociais que antecederam a formação das CEBs e a iniciação dos movimentos sociais, bem como compreendendo o papel da igreja católica exercida e também de sua influência, que temos a possibilidade de compreensão do movimento social, como exemplo de busca da transformação da realidade; uma transformação inserida no contexto da adversidade social proveniente da organização elitista; e, o movimento ambiental entendendo seus aspectos mais significativos. Nosso eixo de análise sempre entrelaçará a relação da sociedade com a natureza, mas, numa perspectiva socioambiental, a qual parece caracterizar o nascimento do ambientalismo no município de Cametá.

Dessa forma, não se pode perder de vista as mudanças ocorridas na sociedade e na sua relação com o espaço que está inserido. Observa-se que após o surgimento das Comunidades Cristãs, o movimento socioambiental²⁸ passou a ter certo reconhecimento da gestão municipal que corresponde ao período de 1993 a 1996, pelo menos no apoio a realização de Seminário sobre a pesca e a preservação, bem como o acompanhamento de outros órgãos como a universidade:

Nós que chamamos as entidades pra cá (Parurú de Janua Coeli)²⁹, a prefeitura, naquele tempo era o João Medeiros que era o prefeito, ele contribui muito com nós, aí a Universidade, pessoal do Poema (...), sindicato, colônia (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA - Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes - , set./2007).

A assertiva é confirmada pelo assessor de imprensa da prefeitura Municipal de Cametá e que participou, e registrou o referido Seminário de que falou anteriormente o coordenador da ASCOMA:

O João (ex-prefeito de 1993 a 1996) foi procurado por uma senhora abençoada chamada Benedita Silva, Benedita Lamparina³⁰, e contou a historia dela (...) dessa vontade que ela tinha há muitos anos como moradora do Parurú de Janua

²⁸ Já se pode dizer que a partir das demandas sociais juntos as ambientais (falta do peixe, falta de postos de saúde, incentivo a agricultura familiar de uma forma geral, caracterizavam um movimento socioambiental, quando da cobrança das autoridades municipais e estas passaram a atuar minimamente e de alguma forma na contribuindo com o movimento socioambiental.

²⁹ Segundo os entrevistados, local onde ocorreu o I Seminário sobre a pesca e meio ambiente em Cametá.

³⁰ Inclusive, esta senhora é ex-esposa do coordenador da ASCOMA.

Coeli, e nunca nenhum prefeito dava ouvidos pra ela (...) que a vontade era trabalhar com a preservação, (...) lá (Parurú) eles já tinham sentido o impacto mas, não era reconhecido pelas autoridades. Que tal fazer o I Seminário de Preservação do Mapará? (...) Convocamos os órgãos competentes: Universidade, SECTAM, IBAMA (...) com a ajuda dela (Benedita) e apoio integral da prefeitura de Cametá nos começamos a fazer isso (...) esse seminário foi feito em 1993, do Rio Parurú e seus afluentes (Assessor de imprensa da Prefeitura Municipal de Cametá, dez./2009).

A intensificação da construção e reforma dos barracões comunitários foi apoiada pelo governo municipal e com isso se intensificou ainda mais toda a vontade de mudança que a igreja católica pretendia. Verificou-se então uma alteração na reprodução social nas comunidades com a construção dos seus barracões de orações, pois este, além dos cultos religiosos (e eles tinham sido construídos para isso) seria também palco de muitas reuniões do movimento ambiental das localidades. Era o lócus de referência para a organização dos diversos movimentos que posteriormente passariam a existir. O espaço físico do barracão, mais a atuação das comunidades cristãs, através da paróquia de Cametá, com o incentivo a formação política/cristã por meio das pastorais, fazem crer que a nova organização eclesiástica desempenhou função ímpar na organização do movimento socioambiental em Cametá.

A igreja passou a atuar através das diversas pastorais constituintes, realizando o movimento que era de evangelização, no entanto:

A população não vivia somente de reza, precisava comer, melhorar a qualidade de vida, trabalho e para isso precisava se qualificar (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes) e secretária da COPACAM - Cooperativa Agroextrativista de Cametá), set./2007).

Uma das mais atuantes era a pastoral da mulher ou movimento de mulheres que ajudou na integração/atuação da igreja ao que mais tarde viria a prestar grande ajuda aos movimentos posteriores, os de cunho ambiental. Tinha-se também a pastoral da criança, da juventude, da pesca e sem dúvida é a pastoral da mulher que irá apoiar o movimento no seu início; isto, mais na origem do movimento ambiental, onde pelo menos nas

comunidades/localidades de Parurú e Jorocazinho de baixo serão as primeiras a juntar-se para fortalecer tal movimento.



FOTO 01: Aspecto da localidade de Parurú
FOTO: Mário Arnaud, setembro de 2007

Em tais localidades, a igreja conseguiu fazer-se mais presente, e mais do que isso, a própria cultura dessas localidades os leva a uma organização social diferenciada do restante do município de Cameté. Um grau de mobilização e organização para conseguir o que almejam. E a única forma de representação, de fazer reivindicações era por meio da atuação da igreja, das comunidades cristãs.

É, vai buscar força (movimento social e ambiental) na paróquia e prelazia (...) engajamento das comunidades (...) é da comunidade que sai os movimentos sindicais, da colônia (de pescadores), da pastoral da criança, movimento de mulheres, movimento jovem, quer dizer, pra mim é de lá que você aprende a ter a coragem de lutar. Nós tivemos muito apoio da nossa paróquia, prelazia (...) dava força mesmo (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes - e secretária da COPACAM - Cooperativa Agroextrativista de Cameté - set./2007)

A politização do movimento enquanto característica da organização das comunidades de Parurú e Jorocazinho surgiu das próprias necessidades de tais comunidades e se confundem com acontecimentos variados a partir da década de 1980 no Município de Cameté:

Algumas pessoas eram mais interessadas, por exemplo, ela (Benedita, do Parurú) era uma pessoa que encampou essa luta (...) lá ela era uma líder comunitária e ela trabalhava também (...) na pastoral (...) trabalhava com as mulheres, com as crianças (...) ela percebia miséria, a fome (...) ela começou a perceber que não era só a pobreza simplesmente, aquilo tinha uma causa e ela foi perceber por que antes o pessoal não tinha tanto problema assim, se alimentava melhor (...) e o setor de baixo é mais organizado, tem mais associações organizadas legalmente, todo ano eles fazem a declaração deles (...). O movimento se confunde com a formação do PT (...) 1982 e veio do movimento da igreja (...) naquele momento buscava esse campo da preservação, antes ocorria o movimento da igreja. A cidade sente o impacto quando há o êxodo do campo para cidade, pois sentiu as perdas no campo, rio; a colônia lutava também pra se estabelecer com uma direção feita por pescadores, era controlada por conservadores e começa a se libertar a partir de 1990 pra cá (...) o STR também era uma entidade totalmente atrelada as elites conservadoras de Cametá, aí os trabalhadores tiveram lutar pra pegar o poder e fluir melhor esse movimento. A Lamparina (Benedita, do Parurú) queria tirar os poços das mãos dos conservadores, ninguém é mais dono dos poços, ele pertence aqueles que moram e pescam no rio. Isso fez nascer o movimento (...) o movimento se acentua com a barragem (diretor do IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade – Cametá, set./2007).

Podemos entender então porque o movimento nasce desse momento de reestruturação da igreja em Cametá. As pastorais foram criadas para dar aos fiéis toda a base para a formação política, consciência dos seus direitos, capacidade de organização em associações, formar lideranças entre outros. No entanto,

A questão da evangelização não foi deixada de lado, ao contrário, continuava com muito fervor, o princípio da igreja era o cuidado com a vida humana, portanto, para ter boa educação, saúde, um meio ambiente de qualidade era necessário valorizar e zelar pela vida (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes - e secretária da COPACAM - Cooperativa Agroextrativista de Cametá - set./2007).

Sobre a atuação religiosa, que sempre esteve atrelada a discussão ambiental, explica a sócia da ACOPREMARJ:

O que eu vejo sobre o meio ambiente... É uma consciência de nossa própria fé, por que se nós acreditamos que Deus fez esse mundo maravilhoso pra nós, nós temos que ter consciência que nós temos que preservar se não que tipo de natureza ou de meio ambiente nós vamos deixar pro nossos que vem aí (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes- e secretária da COPACAM - Cooperativa Agroextrativista de Cametá - set./2007).

O trecho demonstra uma visão mais progressista da igreja e isto se tornou o ponto de apoio e originou grande parte do movimento social em Cametá, ao ponto que as

lideranças dariam continuidade ao trabalho de evangelização (não atuavam como padres), formação, articulação e organização política.

Esta mudança ocorrida dentro da igreja e que se insere como componente de uma transformação ainda maior com relação à estrutura social é observada pela realização dos cultos, da catequese, e principalmente pela formação política dos fiéis cristãos, com debates de temas não necessariamente religiosos, porém, com intenção de esclarecimento, discussão, formação de opiniões cada vez mais críticas, enfim, uma constante, na busca de melhorias nas condições de vida.

Experimentou-se a partir disto a politização das organizações existentes em Cametá, a exemplo da colônia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as diversas associações ambientais ou não, e que:

Tem conseguido intervir na vida política da região (...) fruto de um razoável capital social acumulado na construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos e tradicionais. Organismos de classe como a Colônia de Pescadores Z-16, fundada ainda na década de 1920 e o STR que data dos anos 1960, bem como uma rede de associações, no decorrer desses anos vêm impulsionando mudanças qualitativas no que se refere a organização de sua base social, conquistas de créditos e financiamentos de projetos agrícolas e ambientais, bem como vitórias eleitorais sobre antigas e tradicionais oligarquias (COSTA, 2006, p. 153).

O significado das lutas sociais das localidades de Parurú, Jorocazinho de Baixo, Manoel Raimundo e seus desdobramentos, nos levam a pensar o movimento social no Município de Cametá em constante ligação com a igreja. O perfil dos movimentos que sempre estiveram ligados ao surgimento das comunidades cristãs vai adquirindo a tendência de transformação, pois são variados os interesses que estes passam a assumir diante da supervalorização do potencial político de alguns atores sociais, como os pescadores e trabalhadores rurais organizados e de sua afirmação enquanto identidade.

Em verdade, o movimento social em Cametá não difere muito na sistemática de sua construção daqueles dos seringueiros no Acre - para depois então formar o movimento dos povos da floresta, e, que reuni uma variada lista de reivindicações, dentre elas aquela que

deu suporte ao início do movimento socioambientalista, principalmente após repercussão nacional e internacional da morte de Chico Mendes -, do movimento de Altamira, também de cunho socioambiental, onde a questão ambiental emerge com grande volume em decorrência de movimentos sociais.

Na Amazônia, então há uma diversidade de movimentos. São movimentos singulares em sua expressão, pois tem uma íntima relação com as externalidades; a organização é local, mas é resultado da ação de empreendimentos, direta ou indiretamente, ligados as barragens, caso de Cametá, do movimento de resistência à construção da primeira barragem do Complexo do Xingu, a Hidrelétrica de Belo Monte, ou as políticas que dizem respeito ao uso de recursos florestais, avanço do desmatamento, como os do Acre. Os movimentos são diferenciados, mas muito próximos em relação às políticas, ações ditas públicas, de transformação do espaço regional, onde os movimentos sociais imprimiram uma grande influência para o surgimento do movimento socioambiental na Amazônia, e no caso estudado, no município de Cametá, uma condição inegável.

2.3. O Movimento Ambiental em Cametá e a sociedade civil organizada

Observa-se que o Município de Cametá possui muitas particularidades no que tange sua organização social, pois tem a participação da igreja enquanto impulsionadora de organização social em movimentos, e esta enquanto prerrogativa para o debate a cerca do surgimento dos movimentos sociais e ambientais. Notamos o quanto o município de Cametá está(eve) atrelado a um tipo de relação em que se tornava extremamente dependente de favores políticos, delegando a outros o papel de uma maioria; o modo de reprodução social esteve sempre atrelado à vontade dos políticos e as suas “políticas” para as localidades interioranas e para a cidade. Salienta-se ainda que grande parte das políticas públicas foram dirigidas a sede municipal (cidade de Cametá) e as principais decisões políticas e econômicas

de interesse direto da população, eram então determinadas por um aparato ideológico formado no celeiro eleitoral na zona urbana, e na zona rural, se reproduzia a ordem aristocrática, elitista, não atendendo as demandas rurais, sendo esta encarada como celeiro eleitoral da classe política do município.

Nesse aspecto, Costa (2006), nos fala sobre a origem e atuação desses políticos na ruralidade do município que:

Pela herança histórica de abandono e corrupção em que vive Cametá, desde o período colonial em que as oligarquias conservadoras dominam o poder local e impedem o desenvolvimento do município, em especial da zona rural antigo celeiro eleitoral (COSTA, 2006, p. 284-285).

Queremos demonstrar que este tipo de reprodução social remonta a antigas formas de fazer política em Cametá (domínio das oligarquias locais) e permearam por muito tempo a existência da sociedade cametaense e continuam disseminados até hoje, mesmo que sob outras formas de dominação, como demonstra Costa, na descrição das ações políticas em Cametá.

A vida dos pequenos agricultores, ribeirinhos, extrativistas e pescadores não mudou com o “Governo Popular”³¹ (...). Apesar de membros e lideranças camponesas terem assumido as posições de comando da esfera pública municipal, isto não significou a saída da subordinação, uma vez que a população não decidiu democraticamente as políticas locais e os rumos do governo (COSTA, 2006, p. 285).

Apesar de o governo petista não ter atendido as expectativas da população rural a contento, a quebra, em parte, desse paternalismo, aquele mais conservador foi um marco importante para o entendimento da mobilização ambiental em Cametá, principalmente na zona rural e ribeirinha, local onde podemos visualizar toda a origem do movimento ambiental em Cametá.

É válido dizer que não só os movimentos ambientais sofrem as influências da formação das comunidades cristãs. Está intrínseco ao movimento da igreja o engajamento de

³¹ Governo Petista de 2001 a 2004.

diversos atores sociais, dentre eles pescadores, pequenos agricultores, comerciantes e os ribeirinhos que em sua maioria farão parte, mais tarde do movimento socioambientalista. Citamos também o exemplo da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá e do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá).

A Colônia e o STR sempre funcionaram atrelados às elites conservadoras de Cametá (SOUZA, 2002; COSTA, 2006). Assim, cada uma dessas entidades procurava se libertar desta dominação buscando colocar pessoas identificadas com as causas, colocando no comando das associações, pescadores e agricultores, imprimindo na gestão desses movimentos um novo modelo e pessoas que realmente sentiam na pele o significado das dificuldades vivenciadas por essas duas classes.

Por tudo isso, as discussões a cerca da origem do movimento ambiental é antes de tudo uma mobilização social bem pertinente, pois se tratava de uma mobilização nascida da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Quando da formação das Comunidades Cristãs ou CEBs, o principal foco tornou-se a problemática social como um todo e o principal agravante desta foi exatamente a construção da Barragem em Tucuruí.

Contudo, mesmo antes da construção da UHE, os movimentos das comunidades atrelaram-se a de instituições diversas, na intenção de demonstrar e conscientizar a população sobre os problemas a serem gerados caso a usina viesse a ser construída. A igreja foi uma das principais envolvidas, enviando técnicos³² da Prelazia de Cametá, destacando-se à época, o papel da senhora Aida Maria³³, que também fazia parte da prelazia representando a mesma no movimento, através da Pastoral da Terra e que mais tarde viria compor a CPI da barragem, enquanto Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

³² Os técnicos eram engenheiros agrônomos contratados pela Prelazia de Cametá, realizando trabalho agrícola com as comunidades e no período de inauguração da UHT-Tucuruí, foram indicados pela Prelazia para integrar a Comissão Social, inclusive a Sra. Aida Maria (socióloga), mas, foram barrados no ato, que era um levante contra a construção da Usina. Estes técnicos foram os responsáveis pelo trabalho de conscientização em Cametá sobre os possíveis malefícios trazidos com a construção da barragem (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA - Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

³³ Segundo informações do representante do MAB-Cametá (set./2007).

Este momento pós-barragem intensifica o surgimento de novas territorialidades iniciado pelo movimento da igreja, a qual influencia diretamente na formação dos Partidos dos Trabalhadores em Cametá (PT). Este por sua vez levanta a bandeira do movimento ambiental no pós-barragem. Ocorre também, o fortalecimento de entidades como Colônia, STR, que até este momento já haviam se libertado do poder das oligarquias locais. Uma coincidência muito feliz foi a fundação do IBAMA em Cametá no ano de 1993, órgão que prestou todo apoio ao iniciante movimento ambiental.

As entidades eram ligadas as oligarquias, que oprimia as pessoas. Os sindicatos eram atrelados ao governo. Isso tudo foi reprimido, eles foram criados pra se libertar (...), por exemplo, eu vivi nesse tempo, as colônias trabalhavam para o patrão, então quem pegava os financiamentos grandes eram os comerciantes que tinham barco, geleira etc. hoje a colônia passou a ser realmente dos pesadores. Tem uma luta muito grande, antiga de preservação (...) e povoamento do rio, desde quando houve o fechamento da barragem. Depois conseguimos ganhar a colônia, ela realmente tá nas mãos dos pescadores, onde preserva os poços de criação. E o sindicato era atrelado ao governo. E hoje não existe mais isso (ex-prefeito de Cametá, gestão 2001-2004, Nov./2009).

O discurso que permeou a construção da UHE- Tucuruí (e não deixa de ser uma justificativa) é freqüentemente apresentado por autoridades dos mais diversos escalões governamentais, se referindo a ela como um modelo para o desenvolvimento hidrelétrico. No entanto, compartilhamos da opinião de Bertha Becker sobre o que ela chama de os efeitos da “modernização conservadora” que se encaixa muito bem na interpretação do que representou e representa a construção da UHE- Tucuruí:

A modernização conservadora criou um espaço tecnicamente homogêneo - facilitando a interação de lugares e tempos - mas também um espaço fragmentado porque a apropriação do território e a alocação de recursos foi fortemente seletiva, resultando em conflitos que se constituíram em embriões de novas territorialidades (BECKER, 1991, p. 50).

Tentamos entender a fundo todas as questões que levaram a formação do movimento ambientalista em Cametá. Esta problemática não deixa de ser resultado da construção da barragem: era “bom” para o Brasil na época, mas não trouxe nenhuma melhoria para as populações à jusante e nem a montante à barragem. Após as observações colocadas

neste trabalho e com as entrevistas feitas pelo autor, chegamos a três pontos comuns e explicativos:

1- toda a trajetória do surgimento da mobilização ambiental, sob quaisquer formas, deu-se na área rural de Cametá, especificamente na área ribeirinha, nas localidades de Parurú de Janua Coeli, Manoel Raimundo e Jorocazinho de Baixo, todas no distrito de Janua Coeli a partir da década de 1990; estas localidades podem ou não ter sido as primeiras a serem atingidas, mas de fato foram as primeiras a se organizar e a se mobilizar diante de tal problemática, pela conexão de atores sociais aí existentes com outras entidades presentes no movimento social em Cametá.

2- a origem deste movimento parte da (nova) organização da igreja católica na região, como incentivadora também de inúmeras outras mobilizações sociais, como a fundação do PT local, fomento a formação de lideranças sindicais e políticas para o STR e Colônia de pescadores.

3- há um consenso de que a problemática social crítica pela qual estavam passando os ribeirinhos veio em grande parte com a construção da UHE -Tucuruí e, sem contar com a ausência da democracia e dominação por uma pequena elite a que sempre estavam submetidos, como demonstrado anteriormente nos dados coletados nas entrevistas.

Já vimos um ponto comum entre os movimentos sociais, a presença da igreja, a qual é a referência maior para a organização dos movimentos ambientalistas.

As comunidades de Parurú, Manoel Raimundo e Jorocazinho de baixo, todas localizada no distrito de Janua Coeli sempre estiveram ligadas ao movimento social da igreja, assim como outras do município de Cametá. Em meio a esse movimento como aqueles formados pelas diversas pastorais, ocorre a incorporação das questões ambientalistas quando se visualiza a grande problemática ambiental, principalmente após a percepção dos males que a construção da UHET- Tucuruí trouxe para Cametá e para o Baixo Tocantins como um todo.

É desde cedo que organização em comunidades cristãs fora uma realidade presente na vida das localidades em Cametá, após a o fim das irmandades, como nota-se no estudo de Amorim (1997, p. 2) sobre a localidade de Jorocazinho de baixo:

Em 31 de outubro de 1981, a pedido dos moradores de Jorocazinho, o representante da prelazia de Cametá, padre José Favacho, legalizou o movimento cristão o qual ganhou o título de CC em nível de prelazia. Outras práticas socializantes foram surgindo, a exemplo do mutirão que tem como defensor o “único e principal Jesus Cristo”. O mutirão se dá de acordo com a necessidade: “se alguém precisa de uma força para qualquer trabalho é atendido”, pois a comunidade se reúne e executa: “é o trabalho feito por amizade, onde tudo é partilhado, a começar pela alimentação” (AMORIM, 1997, p.2)³⁴.

Uma das primeiras situações que demonstrou o impacto da barragem foi a falta de alimento para o povo do rio. Percebeu-se que povo estava adentrando numa crise com relação à falta de peixe. Há de se destacar que a própria população ribeirinha também era culpada, pois, os próprios pescadores eram depredadores, ao utilizarem materiais³⁵ que caracterizavam a pesca predatória. O fato é que após a instalação da UHE- Tucuruí, se percebeu que o rio, a floresta e seus recursos, não eram mais os mesmos. Faltava peixe, as águas dos rios estavam cada vez mais escuras e lamacentas. E quem sentiu isso na pele foi a população ribeirinha.

Desde 90, a gente começou a sentir a faltas das coisas (...) na época era muita “tiração” de acari, era coisa que era do momento (...) depois nós começamos a sentir uma escassez de peixe. Eu lembro que (...) eles davam laço no pau no fundo, eu cheguei a conferir uma vez, vinte e três homens puxando tudo pra terra e aquilo ficava era só uma lama; nessa época, 90, 91, nós começamos a nos preocupar por que era demais a compra de levino, principalmente do acari (...) só ficava aquele barro assim, a água (...) começou a aparecer muita diarreia nas crianças (...) só num dia teve um pescador que bloqueou oito vezes num pedaço de hora, com puçá, aí desse dia assim a gente ficou decepcionado. A Hidrelétrica contribuiu muito, e nossa falta de conscientização ajudou mais e quando começou a exportação de levinos e vários e vários tipos de peixe, pegavam a ninhada toda (...) contribuiu (para a destruição da fauna e flora) (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes) e secretária da COPACAM (Cooperativa Agroextrativista de Cametá, set./2007)

A sensibilização da população ribeirinha e ao mesmo tempo a gravidade da situação pela falta do pescado é demonstrado pelo seguinte trecho:

³⁴ As frases entre aspas são falas das pessoas que a autora entrevistou na localidade de Jorocazinho de Baixo, num relatório de pesquisa enquanto bolsista de pesquisa do Campus Universitário do Tocantins-UFPA-Cametá.

³⁵ Parí fino, espinhel, modo de salteação, diversos tipos de veneno para pesca como: timbó, assacu.

O pessoal vinha lá de fora pegava tudo o peixe e levava... alguns proprietário do rio³⁶ dizia: vocês tem que deixar uma parte desse peixe, mas infelizmente num dava. Ai eles batiam nas crianças que iam lá ver, ou então chamavam de bicho pros cara que iam lá... Aí nós pensou: esses cara³⁷ vem, leva o peixe, não dão nada... Eu inclusive era beneficiado, pois repartiam o peixe comigo, mas não achava certo. Chamamos uma reunião para uma tentar fazer um acordo para preservar a área (Parurú, Manoel Raimundo, furo Curupitomba) e pegar o peixe e distribuir para o pessoal. Mas não teve acordo. Então entrou uma portaria de uma juíza, teve outro documento registrado no Ibama, não pescamos (de forma predatória) nove anos, tá registrado no Ibama (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA (Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

Antes de ocorrer a preservação acima descrita, caracteriza-se a seguir a forma de atuação dos “donos de beiradas”, ou “proprietários do rio”, como citado acima:

Mas houve muita briga lá naquela região (parurú), por que o seguinte: os poços lá, de pesca deles (...), se tu eras um morador de uma ilha daquelas geralmente essa ilha tinha um dono, como se fosse um coronel, como se fosse um feudo...e aqueles moradores que moravam lá dentro das ilhas eram como se fossem os servos desse camarada, aí o que acontecia? Próximo da ilha tinha um poço pesqueiro (...), que tava encostado mais na tua ilha, o poço também era (deveria ser) teu. Ou seja, o pescador não tinha acesso aquele poço, mesmo tando no rio, por que praticamente era como se o rio fosse do cara (diretor do IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade – Cametá, set./2007).

³⁶ Os donos do rio se referem aos donos de beiras dos poços onde se localizavam os cardumes de mapará, sendo que estes eram próximos de suas casas estando localizadas em frente e nas laterais de sua casa/ponte.

³⁷ Referência aos donos de instrumentos de pesca como malhadeiras e de embarcações, que eram como pequenos empresários da pesca, que por terem mais condições tinham esses materiais o que lhes resultava então em uma pesca de grande êxito, inclusive impondo-se aos outros menos favorecidos.



FOTO 02: Exemplo de área onde existia um “dono de beira” em Jorocazinho de Baixo. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007.



FOTO 03: Exemplo de área onde existia tinha um dono de beira em Parurú. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007

Na época da construção em Tucuruí, os atingidos não tinham outra saída se não a ajuda mútua entre si. Castro (apud MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996, p. 164) em suas andanças por Tucuruí relata que:

Havia uma nítida diferença por parte da ELETRONORTE entre propriedade e posse, terminologia desconhecida pelas famílias atingidas. Essa situação refletiu-se imediatamente na solidariedade coletiva dos expropriados que passaram a formar núcleos, associações e sindicatos para lutar por sua causa. A Igreja Católica, através da Prelazia de Cametá teve papel destacado na organização e no encaminhamento das formas de lutas (CASTRO apud MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996, p. 164).

A pastoral da terra era uma das instituições que prestavam ajuda também á época da construção, mas no sentido de contribuir na organização dos pescadores e agricultores a montante e a jusante da barragem, pois quando ela foi construída houve a informação de que com o fechamento do rio, iria se formar um lago e todas as terras precisariam ser desocupadas. A pastoral da terra tinha a função de organizar os moradores da área do lago, enfim, comunidades tradicionais em geral e buscar indenizações perante a ELETRONORTE pela atividade que estava sendo realizada.

O trabalho da pastoral da terra possuía função essencial, pois mais tarde esses trabalhos realizados seriam de grande importância para o fortalecimento do movimento e reivindicações futuras, especialmente se levarmos em consideração que não se realizaram estudos de impacto ambiental e social. Segundo Castro (apud MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996, p. 164):

A preocupação ecológica e o remanejamento dos que seriam atingidos pelo represamento das águas do rio Tocantins não tiveram estudo antecipado. Foram realizados concomitantemente à construção da hidrelétrica (CASTRO, apud MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996, p. 164).

Outra situação que deixou muito a desejar, além da falta de estudo os impactos da hidrelétrica foram as melhorias nas relações empregatícias que o empreendimento em Tucuruí, poderia ter gerado a longo prazo, pois a maioria dos benefícios da energia vai para

empresas de alumínio e para o nordeste brasileiro, onde apenas um insignificante número de empregos é gerado (CASTRO, *apud* MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996).

A população cametaense, localizada à jusante da barragem, nem teve este tipo de esperança: a do emprego. Como foi dito anteriormente, a falta de peixe e as mudanças no modo de vida da população ribeirinha foi que denunciou a gravidade da situação. Dessa forma, a falta de comida entoa um (novo) problema que antes não era tão presente na vida dos ribeirinhos Por mais humilde que fosse a vida dessas populações,

“fome ninguém passava” (pescador da localidade de Joroça Grande, distrito de Janua Coeli, município de Cametá, set./2007.

Assim, a base econômica de Cametá foi duramente atingida pelos efeitos da UHE- Tucuruí sobre o Rio Tocantins. Constatam-se, de acordo com Castro (*apud* MAGALHÃES, BRITO e CASTRO, 1996, p. 163) que estes impactos foram resultados de uma ação proposital por parte do governo federal, quando criou a Eletronorte em junho de 1973 para tal fim.

Assim, durante muito tempo este projeto foi visto, a partir dos impactos causados, como uma causa de algum desastre natural. Este fato é verificado quando do reconhecimento por parte da ELETRONORTE que a geração dos impactos não foi somente a montante da barragem, mas sim a jusante da barragem de Tucuruí. Vale lembrar que os *royalties* eram pagos, segundo previa a legislação, somente aos municípios a montante pela compensação dos prejuízos causados; isto até 2002, pois não se concebia e/ou reconhecia qualquer tipo de impacto aos municípios a jusante da barragem. Portanto, não se pensava que as problemáticas da barragem também tinham afetado a região a jusante, resultando na exclusão destes municípios no pagamento dos *royalties*. Apesar disso, as populações ribeirinhas atribuem substancialmente à barragem as dificuldades em adquirir sua alimentação, as más condições de saúde que se encontravam principalmente as crianças.

A barragem de Tucuruí ajuda a explicar a escassez de peixe: “quando se faz uma barragem na frente de um igarapé, pra trás vai acontecer alguma coisa” essa gigantesca escultura do grande capital prendeu peixes para cima, e a parte de baixo ficou a mercê, eis que se “mudou o curso d’ água”. Além da barragem, o homem possuidor de técnicas modernas desperdiçou recursos e contribuiu para o desaparecimento do peixe miúdo (AMORIM, 1997, p. 4).

Diante de toda esta problemática advinda da construção da UHE- Tucuruí, restou aos ribeirinhos se organizar. É interessante notar nas entrevistas feitas como os mesmos, que não era tão simples se chegar essa organização.

Em primeiro lugar não se conhecia ou não se tinha informações sobre quais procedimentos se podia tomar em relação aos problemas ambientais surgidos na época, não se conhecia nada sobre meio ambiente, o envolvimento no movimento ambiental passou a ser uma necessidade das localidades. Sobre tal situação e sobre a origem do movimento ambiental em Cametá, explica-se

Ele começou (movimento ambiental) em 91(1991), primeiro por que não tinha nenhum movimento ambientalista em Cametá, podia procurar nas secretarias da prefeitura, a questão ambiental não tinha. Inclusive nós procuramo na igreja, nessa época nos procuramos o padre Leônidas, ele nos ajudou muito aqui né... Até já é falecido... Ele nos colocou que não tinha nenhuma questão ambiental no município de Cametá. Ela começou na chegada do Ibama em 93 (1993) e nós aqui... Não tinha conhecimento (da questão ambiental), por que quando nós fomo chamado na câmara de Cametá para denunciar o que eles tava fazendo nas comunidades, e nós chegamos lá nem os vereadores sabiam se era possível fazer uma associação ou tivesse uma discussão ambiental (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA (Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

E,

O que fez pra mim, originar essa luta em favor do meio ambiente, a nível de município mesmo, (foi) mais é a necessidade que o povo sente em preservar porque se não é o nosso fim; é uma necessidade que se viu no município; e até mesmo essa necessidade surgiu, vem de um apelo de que? Em primeiro lugar, do ribeirinho (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes) e secretária da COPACAM (Cooperativa Agroextrativista de Cametá- set./2007).

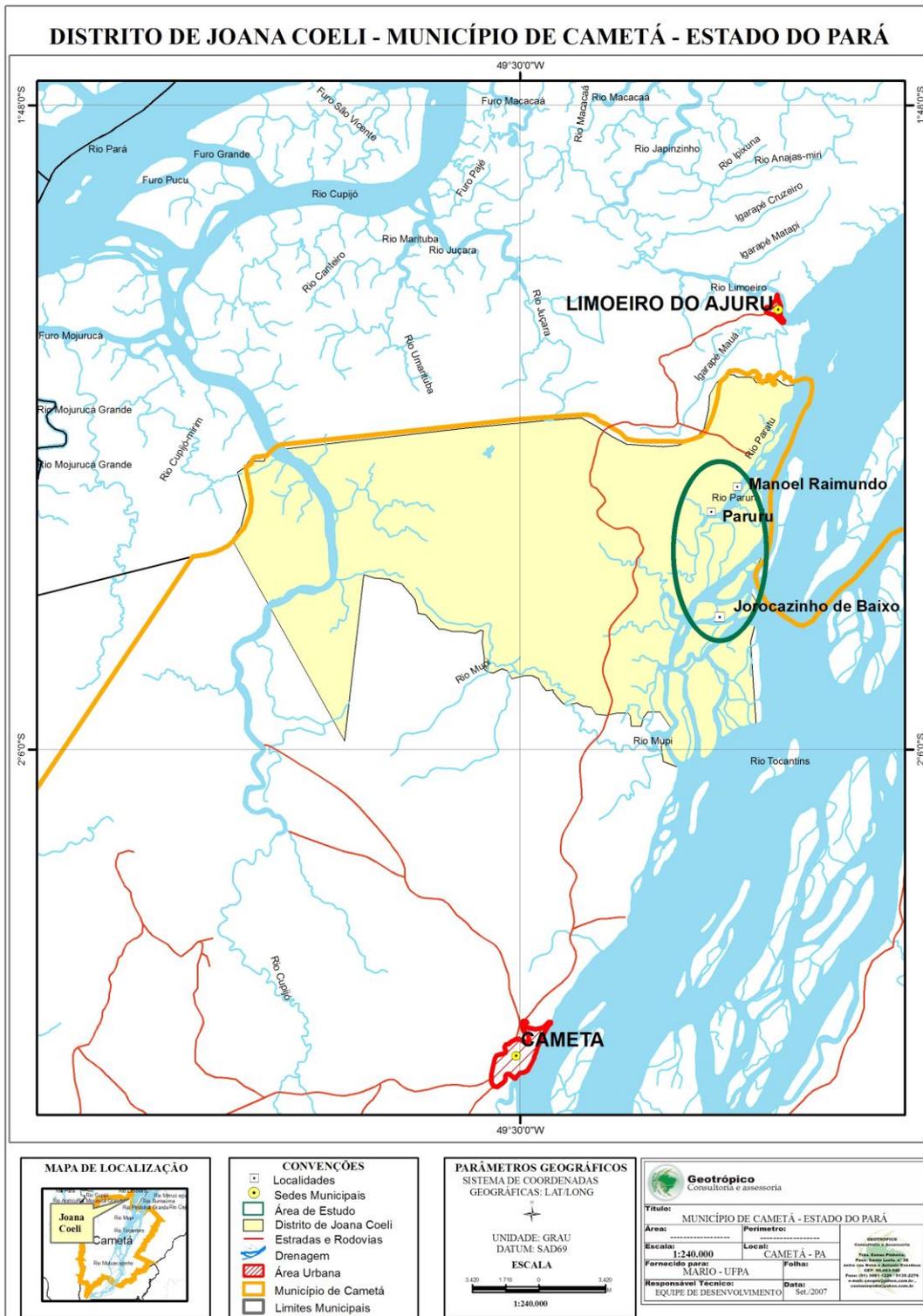
Embora não conhecendo nada, sem saber como interagir com as instituições (que nem existiam na época em Cametá) para uma possível amenização na exploração das florestas e da pesca predatória, houve uma “chamada de atenção” pelas comunidades como Parurú e Jorocazinho, para os que estavam tirando o peixe sem ordenamento. O apoio do IBAMA veio

dois anos após o início do movimento iniciado com o apoio da igreja. E a chegada desse órgão foi fundamental, pois era muito importante a presença institucional no movimento.

Pra nossa sorte, o IBAMA chegou aqui em 93 (1993), e nos deu todo o apoio (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA (Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

O trabalho com a questão ambiental, como o visualizado na localidade de Parurú de Janua Coeli, iniciou necessitando de uma articulação com outras instituições. Na localidade, contaram com a igreja, e tiveram logo o apoio da AMPS (Associação de mulheres que criam e plantam para sobreviver), comunidades locais, IBAMA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá e num momento posterior, com o movimento já iniciado, do IBAMA, da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campi de Belém e Cametá, Prefeitura Municipal de Cametá. Tinha-se claro que a articulação com as entidades já formadas era essencial para respaldar o movimento em Parurú de Janua Coeli.

Nesse aspecto, o primeiro contato para a fundação do movimento ambientalista obedeceu a geografia do lugar, na medida em que primeiramente buscou-se o apoio de outras Comunidades Cristãs (CEBs) vizinhas à Parurú, que representa exatamente o elo de referência das localidades no movimento social.



MAPA 02: Mapa do Distrito de Janua Coeli com a localização de Parurú, Jorocazinho de Baixo e Manoel Raimundo

FONTE: Geotrópico: consultoria e assessoria

Dentre elas, citamos: Comunidade de Manoel Raimundo, contando ainda com famílias residentes no Furo de Curupitomba³⁸, e Comunidade de Jorocazinho de Baixo. Logo após, o apoio de associações locais como a AMPS, e instituições como IBAMA sub-sede Cametá, UFPA, Colônia de Pescadores, etc.

Observa-se que um dos primeiros atos foi conscientizar as comunidades. Neste trabalho de “conscientizar”, as comunidades se reuniam muitas vezes dentro de um mês em razão do povo ter dificuldade³⁹ de entender o que era meio ambiente, assim em meio a grandes barreiras o movimento ambiental foi ganhando contornos nas localidades de Parurú, Jorocazinho de baixo e adjacências.

Tinha mês que nós nos reunimos mais de 50 vezes (...) por que aqui (Parurú) ninguém entendia o que era meio ambiente... se tu chegasse aqui e dissesse: “preto”, você tem que não bater água no rio, por que eles secavam a beira, jogavam até venenos no poço, assim... nos igarapés, colocava matapi⁴⁰ nos igarapé; quando chegava assim eles dizia: poxa tu num quer que eu coma, tu num quer que eu dê comida pros meus filho, mas não é bem por ai...e a gente ia nessa conscientização do nosso povo, em 93 (1993) nós conseguimos o mínimo de nosso povo aqui⁴¹ pra lutar com a gente a respeito da preservação (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA (Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

³⁸ Este furo faz uma das interligações entre as localidades de Parurú, Manoel Raimundo e Jutuba. Da localidade de Jutuba, segue a esquerda para o rio Tocantins e a direita para outras localidades do Distrito de Janua Coeli, dentre elas: Jaituba, Biribatuba, Jorocazinho de Baixo, Jorocazinho de Cima e Joroca Grande. O percurso de uma localidade à outra via Furo de Curupitomba é quase inacessível na vazante da maré, devido ao seu alto grau de assoreamento, ocorrendo praticamente o secamento do furo. Entretanto, é a única opção quando a outra passagem, o furo do rio Parurú, seca completamente. Ver foto 09 e 10.

³⁹ Ao que parece é referência a aceitação da idéia de preservação do peixe no rio Parurú.

⁴⁰ Apetrecho para pesca.

⁴¹ Referência aos dois Seminários que aconteceram em Parurú no ano de 1993, onde discutiram sobre a questão ambiental. A própria comunidade foi quem chamou esse seminário que contou com o apoio da prefeitura de Cametá, UFPA, POEMA, STR, Colônia de Pescadores. Um terceiro Seminário ocorreu em Jorocazinho de Baixo em 1994.



FOTO 04: Aspecto do Furo de Curupitomba. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007



FOTO 05: Observa-se a dificuldade em atravessar o furo de Curupitomba; a viagem, para ser completada necessita de uma força a mais que o motor, para movimentar o barco pelo furo que seca quase que completamente. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007.

Após o Seminário realizado sobre a questão ambiental, não houve um acordo comum sobre a preservação do peixe. Na época, alguns donos de instrumentos e barcos de pesca moravam em Belém, mas a maioria era de Cametá. Esses empresários da pesca, mais os “donos de poço”, que nem moravam na localidade, mas sim na sede, Cametá, não queriam a preservação. Os donos de poço certamente tinham interesse pela venda do pescado.

Nesse período foi que ocorreu uma “intervenção no rio” através da portaria da justiça, comarca de Cametá e do documento do IBAMA (na época, recém chegado), onde por nove anos não se permitiu a captura com apetrechos danosos a pesca. Só era permitido o caniço ou uma pequena malhadeira. Essa foi uma conquista da organização das comunidades com apoio das entidades ambientais e Fórum de Justiça de Cametá.

Nós chamamos os caras: olha vocês não podem fazer isso (pesca predatória); tentamos chamar para um acordo; não teve acordo, o Ibama entrevistou: ninguém mexe aqui (...) nós pode agradecer uma Portaria que a Juíza nessa época liberou pra cá pra interditar o rio, enquanto não tiver um acordo não se pode mexer com o rio (...) isso foi final de 93 (morador e pescador da localidade de Parurú, em Cametá e Coordenador da ASCOMA (Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes, set./2007).

Pela fala do pescador da localidade de Parurú, e Coordenador da ASCOMA (set./2007) o início do movimento ambientalista foi difícil e não obteve tanto êxito no local pela novidade que até então se apresentara aos pescadores: o discurso de conservação. No entanto, costurou-se uma rede de relações na qual a própria comunidade foi buscar o apoio de entidades já instaladas, com algum respaldo na sociedade. Isto, na verdade foi um motivo para tentar mostrar que os “outros” sabem reconhecer o valor do movimento de Parurú, sua legitimidade e o quanto ele estava correto quanto suas previsões. E conseguiram preservar por uma década o pescado e a floresta no rio Parurú como consta a seguir:

Até hoje eles fazem preservação. Em 2003, eles abriram os poços lá (...) dez anos depois, depois daquela luta que eles fizeram e nós também participamos com eles (...) lá eles pegaram peixe pra “caramba”, olha, peixe que nunca mais eles tinham pegado depois da barragem, eles pegaram: tracajá voltou pra lá, igana, o camaleão, até pirarucu eles acharam lá (...) eles pegaram peixe que não acreditavam e também a questão da própria floresta, nesses dez anos que eles não cortaram nada lá (...) a ocuúba, a andiroba cresceu muito, eles tem agora áreas mais fechadas deles mesmos do pessoal que ta na preservação, essa

conscientização do óleo (diesel) no rio, do próprio lixo, sabe, é consequência da luta deles, regularizarem a situação deles enquanto moradores das ilhas é competência da luta (diretor do IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade – Cametá, set./2007).

Com a ajuda externa, alguns resultados tiveram relação com o movimento iniciado pelas comunidades e após o I e II Seminário de meio ambiente em Parurú, quando ocorre a promulgação da Lei nº 1.258/94 de 21 de novembro de 1994 que criou e organizou Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) (Lei Orgânica do Município de Cametá. Câmara dos vereadores, 2007). Segundo o ex-prefeito de Cametá a criação da lei foi um dos resultados do I e II seminário de meio ambiente:

Teve sim influência das comunidades, por que foi uma maneira que nós vimos de ajudar as comunidades a se organizarem e desenvolver o município (...) nós organizamos junto com a prelaia de Cametá 214 comunidades (...) eu construí 74 barracões comunitários no município de Cametá (...) para que a comunidade se organizasse (ex-prefeito de Cametá, gestão 1993 a 1996, fev./2010).

Ainda segundo o assessor de imprensa da prefeitura:

Após o seminário eles fizeram um resumo das propostas aprovadas e foi criada a lei (...) agora teve outras comunidades que não fizeram seminário, fizeram acordo de pesca (Assessor de imprensa da Prefeitura Municipal de Cametá, dez./2009).

A partir das contribuições das comunidades vizinhas a Parurú, outras localidades se organizaram, na tentativa de organizar movimentos a partir da experiência da comunidade de Parurú. A localidade de Jorocazinho de Baixo foi uma das comunidades que concretizou isso. A necessidade de se engajar e organizar nos movimentos ambientalistas também teve motivações locais. A cidade não tinha um tratamento adequado para o lixo urbano e hospitalar. De modo que toda essa produção era jogada no rio e obviamente atingia os moradores ribeirinhos. Se não fosse pela barragem, o movimento ambientalista ia começar de qualquer maneira, pois os ribeirinhos estavam sendo duramente atingidos.

Que começa logo com lixo que tu vê como era, e que a gente sempre lutou lá dentro da cidade, nas reuniões, em plenárias grandes sobre isso. A gente não via nada sobre meio ambiente, por que quando você vê a sacola de lixo no rio, você sabe que de lá não vem, e quando gente cobrou lá, que gente já pegava sacola com sangue, com coisa de soro, que não era daqui; aqui (interior) não tem

hospital, né? (...) então aqui você já tava conduzindo o lixo, queimando, uma série de coisas (...) por que nível de município eu gostaria de separar duas coisas: a zona urbana e a zona rural. Parece que você fala em preservar, era o povo ribeirinho que tinha necessidade. Olhava-se daqui da zona rural é que vai pra zona urbana a produção, o alimento e tudo isso, parece que aqui ninguém é necessário. Por que o abuso (...) pode tá pesca fechada, só falta arrastar malhadeira lá pro IBAMA enxergar; e sempre aqui a gente fica brigando, fazendo de tudo pra manter, pro pessoal não abusar (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes) e secretária da COPACAM (Cooperativa Agroextrativista de Cametá), set./2007).

A organização das localidades de Parurú e Manoel Raimundo trouxe uma condição importante para outras localidades do baixo Tocantins. Acima de tudo, a experiência dessas comunidades será seguida por outras, mas antes tudo, mostrou que a população tinha que despertar para questão principal em evidência: a falta de alimento, exploração desordenada da madeira e a poluição do rio. A barragem foi construída, mas naquele momento ninguém sabia exatamente o que de bom e de ruim ela poderia trazer. Mesmo uma população sendo carente de tudo, não podia perder seu bem mais valioso: sua capacidade de lutar, reivindicar. E vemos que no homem e na mulher ribeirinhos isto vai existir sempre, pois está cravado na sua forma mais simples de reprodução social.

Nesse contexto, o movimento ambientalista em Cametá vai se reproduzir no seguinte modelo: comunidades organizadas são sinônimos de conservação. E toda preservação vai se pautar nos **acordos de pesca e de caça**. Estes acordos representam a forma geográfica de gestão dos recursos ameaçados pela ganância⁴² humana, advinda da construção da barragem de Tucuruí. Os acordos de pesca também foram um dos resultados alcançados após o I e II seminário em Parurú, pois a partir daí, várias localidades realizaram acordos de pesca.

os acordos de pesca surgiram pelo fechamento do rio na construção da usina de Tucuruí. A falta de pescado nos rios fez os pescadores usar todo o tipo de apetrecho de pesca pra capturar os peixes, que eles (peixes) ficaram na realidade ariscos; então passaram a fazer acordo (...) de não usar determinados apetrecho de pesca pra preservar algumas espécies, principalmente no período da piracema

⁴² Esta palavra é bastante usada pelos entrevistados para designar a razão pela quais vários conflitos irão acontecer no seio das comunidades, no início da mobilização ambiental. Mas também, vê-se que a ganância foi resultado da atuação de atores externos que também tinham interesses nos recursos locais.

(chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá, nov./2009).

Os acordos seguirão a sistemática posta anteriormente: as comunidades cristãs é que vão chamar o movimento ambiental, como parte constante na evangelização das pessoas, no que tange o direito a vida (portanto, aos recursos que Deus deixou para sobrevivermos⁴³); em verdade, no movimento ambiental, os líderes comunitários vão usar de suas atribuições para sensibilizar uns aos outros. Os Acordos de Pesca e de Caça foram o meio pelo qual as populações ribeirinhas impediram a “invasão” do seu território por exploradores externos, como madeireiros, pescadores, principalmente.

⁴³ Para alguns entrevistados a uma ligação muito forte entre o que é divino e a natureza. Porém, penso que não é uma visão romântica em sua totalidade, visto que este atrelamento entre Deus e a natureza foi a justificativa para que nas comunidades, nos retiros espirituais, nos cultos e reuniões de intercomunitários, fosse inserida a discussão ambiental, de forma a consolidá-la como uma premissa para uma vida saudável e o cuidado com ela, representando assim, a busca do reino de Deus.



FOTO 06: Acordo de pesca em Parurú e Manoel Raimundo. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007



FOTO 07: Acordo de pesca em Jorocazinho de baixo. **FOTO:** Mário Arnaud, setembro de 2007

Os acordos de pesca representam de fato uma intervenção sobre o território. A ação das comunidades leva a entender o seu poder de articulação e intervenção na localidade, com poder de decisão sobre o uso e o controle dos recursos disponíveis. É uma experiência rica de gestão ambiental a partir de instrumentos e atores fora da realidade institucional. E também, foi uma das soluções contra a retirada desordenada dos seus recursos, frente à problemática causada pela UHE- Tucuruí:

Nós temos agora com 14 anos de trabalho, foi assim... nós começamos aqui (*Parurú*) foi um espanto para as comunidades, por nós não mexemos com isso? Muita gente veio perguntar (*questão ambiental*) só que nós “sabia” da necessidade “nossa” e hoje nós temos mais de 23 áreas que estão no acordo de pesca e questão ambiental⁴⁴ [...] com (*apoio*) a Colônia (*dos pescadores*), IBAMA e as associações das comunidades (sócia da ACOPREMARJ - Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes) e secretária da COPACAM (Cooperativa Agroextrativista de Cametá), set./2007).



FOTO 08: Área de conservação em Parurú M. Raimundo
FOTO: Mário Arnaud, setembro de 2007



FOTO 09: Área de preservação Jorocazinho de baixo
FOTO: Mário Arnaud, setembro de 2007

⁴⁴ Os dados a que se referiu Seu Mílson Andrade foram fornecidos pelo Presidente da Colônia de Pescadores de Cametá Z-16.

É interessante notar que essa sensibilização é logo posta em prática no momento em que os moradores da localidade de Parurú e Manoel Raimundo começam a reivindicar os acordos de pesca. Em seguida tem-se Jorocazinho de baixo, Jaituba e várias localidades do setor de baixo. Inclusive a primeira associação nesse início de movimento não se formou em Parurú, mas em Jorocazinho. Aí se fundou a ACOPREMARJ (Associação Comunitária de Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes), no ano de 1993. Então, constatamos que o auge do movimento ambientalista é a década de 1990, com a organização do movimento em termos institucionais e no plano da sociedade civil.

**ASSOCIAÇÕES CRIADAS APÓS O SEMINÁRIO DE MEIO AMBIENTE NO
DISTRITO DE JANUA COELI-CAMETÁ**

NOME DA ASSOCIAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	OBJETIVO/TRAB. DESENVOLVIDO
Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho e seus afluentes – ACOPREMAJ	1993	Jorocazinho de baixo, Rio Jacurarú, Rio Marcelina e Rampa	Defender o meio ambiente, a fauna e a flora – preservar, reconstruir e vivenciar a natureza
Associação Comunitária de preservação do meio ambiente das localidades de Mupí baixo seus afluentes e Contra-maré – ACPMAMBACM	1993	Baixo Mupí, Jaçapetuba, Arupí e Contra-maré	Lutar pela defesa do meio ambiente e pelo desenvolvimento socioeconômico dos membros e melhoria de vida
Centro Comunitário de PacaJaituba e Jabuti-apepú – CECOJAPA	1994	Rio Pacajaí, Rio Jaituba, Rio Jabuti-apepú	Defender o meio ambiente e lutar por crédito de financiamento.
Associação dos pequenos produtores e criadoras de pequenos animais – ASCRIA	1993	Rio Curupitomba, Rio Parurú e Rio Manoel Raimundo	Defender o meio ambiente e melhoria de vida de seus associados
Associação de Conservação do Meio Ambiente do Rio Parurú e seus afluentes – ASCOMA	1993	Rio Curupitomba, Rio Parurú e Rio Manoel Raimundo	Preservar o meio ambiente e seus recursos com melhoria de vida a seus associados

FONTE: Arnaud, 2009. Trabalho de campo

Estas são algumas associações que foram criadas após o seminário de meio ambiente em 1993, somente no Distrito de Janua Coeli e associações de cunho ambiental. Muitas outras de todos os tipos existem neste distrito, que é o mais organizado em termos de legalidade em Cametá.

As associações⁴⁵ que surgem durante e após esta década se vêm também fortalecidas com o apoio de ONGs, como o IDEAS, Instituto de Desenvolvimento, Educação Ambiental e Assistência Social, fundado em 1992. Depois, mudou de nome em 1996, revendo seu estatuto e chegando ao nome que permanece até hoje: Instituto de Desenvolvimento, Educação Ambiental e Solidariedade. Outra instituição, a APACC (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes) faz um trabalho de formação com as associações e cooperativas existentes no município, sendo também responsáveis pela instalação da Associação Casa Familiar Rural (CFR) em Cametá.

Sobre as ONGs no Município de Cametá faz-se a seguinte observação:

As ONGs surgiram por que o estado não dá conta de atender a tudo que a população precisa. As ONGs elas tem grande importância para o desenvolvimento do município de Cametá. O trabalho que o IPEDE fez, o IDEAS fez, a APACC faz, a Casa Familiar Rural faz, e outras associações ambientais no Município fazem e captam recurso pra fazer ação ambiental e de cunho social mesmo. Na minha opinião quanto mais ONGs o Município tem, mais condições ele tem de se desenvolver (chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá, nov./2009).

Segundo um ex-prefeito de Cametá, as ONGs tem um papel fundamental no governo do Município:

O governo federal não assumia de fato a gestão do povo mais desfavorecido. Elas vieram depois de 88, foi que criaram a primeira ONG aqui em Cametá. Elas vieram com uma necessidade de pegar recurso internacional. Só que elas não podiam gerir aqui por que não tinha uma lei. Depois que veio a lei de 88, eles começaram a trazer esse recurso internacional. Antes vinha pela igreja (...) trazia tudo, através das comunidades e a Prelazia organizava. Elas participavam de vários conselhos, tinham assento no conselho de saúde, da merenda escolar, ate por que nos fazíamos um trabalho de parceria, do meio ambiente (...) eles discutiam junto, as problemáticas deles e também do povo alvo deles. Então elas

⁴⁵ Saliente-se que em Cametá, é muito rico o processo associativo, podendo se verificar que entre os camponeses, encontram-se historicamente organizações desse tipo. Os pescadores têm sua própria organização, assim como as mulheres, etc. (COSTA, 2006 p.153).

traziam contribuições importantes pra lei orçamentária que era uma coisa interessante (ex-prefeito de Cametá, gestão 2001-2004, nov./2009).

O IDEAS cumpre o mesmo papel da APACC, ofertando oficinas, cursos sobre cooperativismo; esta ONG é uma das principais responsáveis pelas organizações das cooperativas junto às associações. É um trabalho que tem trazido bons resultados, em razão de oferecer ao povo ribeirinho uma opção de renda mais justa do que aquela que somente repassa sua produção ao atravessador na feira livre de Cametá. Entretanto, não tem sido um trabalho contínuo. Mesmo essas ONGs contando com recursos estrangeiros, há uma carência de organizar as cooperativas em cadeias produtivas, mas isso depende muito de esforços conjuntos, tanto de entidades governamentais, quanto não-governamentais. Falta suporte técnico em todo o município. Pela sua geografia e pelo crescente e diversificado número de associações, bem como diferenças socioespaciais e culturais⁴⁶, temos uma cartografia desigual na distribuição do saber técnico e na mobilização social.

O diretor do IDEAS fala da experiência da ONG com as associações em Cametá:

Quando a gente tá começando numa entidade, a gente faz alguns projetos para os ribeirinhos (...) pescador, agricultor (...) quando nós fizemos o nosso primeiro projeto pra trabalhar com eles essa questão da formação, do emprego e renda, do meio ambiente, na verdade nós que montamos, como se a gente soubesse da necessidade deles (...) olha o pessoal precisa disso (...) sem ir lá no local e reunir direto com eles e saber o que eles tavam pensando e saber o que eles queriam(diretor do IDEAS - Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade – Cametá, set./2007).

Assim, era necessário o projeto do IDEAS se adequar à realidade dos ribeirinhos.

Não estava errado, portanto a objetividade do projeto, mas sim sua construção metodológica.

Faltava olhar de verdade dentro das atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos, entender sua dinâmica econômica na relação com o espaço e a natureza (enquanto recurso), e compreender

⁴⁶ Existem localidades em que já se observa um grande avanço nas organizações sociais; associações registradas, em pleno funcionamento e com uma estrutura econômico-social razoavelmente adequada. Em outras, há muita dificuldade de articulação pela diversidade de interesses envolvidos nas organizações. Outras, não têm escolas (com a garantia de seus aspectos mais básicos: prédio adequado, carteiras, material pedagógico, transporte escolar e professores qualificados). Este é caso de localidades bem distantes da sede e das principais vilas do município, portanto de difícil acesso. A situação ainda é mais grave com relação à saúde pública. Estes fatores evidenciam a dificuldade de inserção da zona rural como um todo no aparato institucional do trabalho das Ongs.

as relações socioculturais aí inseridas, escolhendo o meio mais adequado de inserção das localidades numa gestão equitativa entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A legitimidade do movimento é compartilhada com a existência das várias associações de meio ambiente trabalhando na perspectiva dos acordos de pesca e de caça, na fundação de cooperativas para a organização do espaço econômico e de um melhor aproveitamento dos recursos naturais; na busca de apoio institucional.

2.4. A institucionalização da gestão ambiental em Cametá.

Vimos que a Lei de criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cametá (SEMA) data de 1994, um ano depois dos seminários realizados na localidade de Parurú de Janua Coeli, berço do movimento ambientalista no município. Tais seminários marcaram a história desse movimento em Cametá, por ser a primeira reação concreta⁴⁷, contra os danos causados ao meio ambiente aquático, florestal e social. Como já foram assinalados anteriormente, essas formas de organização refletiram de modo geral as dificuldades de sobrevivência que as populações residentes às margens do rio Tocantins, povos ribeirinhos, vinham passando; é também um primeiro reflexo negativo resultante da construção da UHE-Tucuruí, que se tornou o principal alvo das reivindicações durante os movimentos socioambientais, bem como a grande culpada da situação a que se chegou aos anos pós-barragem.

A criação de uma Lei desta natureza, logicamente demandaria gastos públicos com contratação de pessoal, salários de técnicos para trabalhar na área, algo que para a época, não foi pensado, ou seja, colocar a demanda ambiental na agenda do governo municipal, pois, a gestão de 1993 a 1996, embora fortemente influenciado pelo movimento na área ribeirinha a

⁴⁷ Lembramos também da interdição do rio Parurú por nove anos sem a atividade pesqueira predatória, se utilizando de materiais como caniço e pequenas malhadeiras, resultado do movimento ambiental local, IBAMA e Fórum de Justiça de Cametá.

partir dos dois seminários sobre a pesca e meio ambiente realizados em Parurú de Janua Coeli, só criou a Lei da SEMA e nada mais.

Para este trabalho é sempre importante voltar a estes fatos, pois na perspectiva socioambiental, não separamos a análise da gestão ambiental e sua institucionalização dos movimentos ambientalistas característicos da sociedade civil cametaense. Em Cametá, os movimentos tem se concentrado mais fortemente nas ilhas, onde o nível de organização é mais elevado, fato este resultante dos impactos causados pelo represamento do rio Tocantins.

Fazendo uma exposição sobre a trajetória da Institucionalização da Gestão Ambiental em Cametá, lembramos que a questão da legislação foi que desempenhou papel importante na consolidação da mesma considerando que o Brasil passou pelo período da ditadura militar e o nascimento da política ambiental, que segundo Bordalo (2007, p. 118), passa por uma periodização marcada por três fases, a saber:

A primeira, denominada período conservacionista, período em que as ações ambientais foram implementadas entre as décadas de 1930 e 1970; a segunda, a fase político-institucional, ocorrida durante os anos de 1980, e a última fase, já nos anos de 1990, em que a gestão assume um caráter mais descentralizado e participativo.

Com o período ditatorial, percebemos alguns problemas no surgimento da política ambiental no Brasil. As políticas desenvolvimentistas do regime militar (1964-1985) foram contrárias ao ambientalismo internacional: o preservacionismo. Nos municípios paraenses, tal período não teve tanta repercussão, exceto com a construção da UHE- Tucuruí, que fez acontecer toda a organização social gerando a formação dos movimentos ambientalistas em Cametá. Mas esta inserção sobre a usina de Tucuruí esteve mais perto da sociedade organizada e mais longe das instituições locais que ainda não tinham tomado consciência do momento vivido.

Exatamente a segunda fase citada por Bordalo, corresponde ao período de abertura política e término do regime militar. Neste momento temos uma vertente importante para a institucionalização da gestão ambiental municipal: a constituição de 1988. Segundo Arnaud (2007, p. 74), “a partir da Constituição de 1988, vários instrumentos criados facilitaram e, de certa forma, obrigaram os Estados a assumirem papel importante na gestão ambiental”. Não só os estados, mas os municípios, a partir de agora também terão de assumir responsabilidades nas questões ambientais.

Sobre a questão da legislação, queremos demonstrar que para os municípios, ela teve efeito, embora estes demorassem a assumir seus papéis claramente como hoje. Mas, em Cametá, é interessante observar que por mais que até a câmara dos vereadores não percebesse a importância da constituição de 1988 para a gestão ambiental, a sociedade, mesmo sem conhecê-la cumpriu a risca o que ela estava colocando. O início iniciação do movimento ambiental ocorreu sem mesmo estar orientada, por exemplo, na lei orgânica municipal de Cametá.

Compartilhando deste pensamento, a institucionalização da gestão ambiental em Cametá como já vimos, parte sim de um aparato legal, mas acima de tudo da organização da sociedade. No contexto da construção da UHE- Tucuruí, passa despercebido dos órgãos municipais de Cametá a problemática que por ventura poderia ser gerada com tal obra.

Como já foi dito, uma das conseqüências da organização das populações ribeirinhas, em várias discussões, seminários, criação de associações e com o apoio das mais diversas entidades, em 1994 aprova-se a lei de criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cametá (SEMA). Não houve tantos embates entre as comunidades e o poder local (prefeitura municipal), pois como já foi colocado anteriormente, existiu uma contribuição muito grande ao movimento e da prefeitura para com o movimento com a promulgação da Lei de criação da SEMA.

No entanto, no aspecto da funcionalidade, o aparato governamental deixou a desejar, visto que a ação ambiental se restringiu à lei aprovada em 1994. Na gestão do prefeito Emmanuel Cunha, de 1996 a 2000, a Lei de criação da Secretaria de Meio Ambiente não levou à criação de uma Secretaria em si, com organograma, suas respectivas divisões, etc., para poder funcionar como uma secretaria municipal independente; o que se criou de fato foi um Departamento de Meio Ambiente⁴⁸ ficando encarregado pela coleta de lixo urbano. Assim, desde 1994 com a criação da SEMA, não se visualizou qualquer fato que demonstrasse políticas para as questões ambientais do município. Em relação ao movimento que ocorria na zona rural do município, em especial nas ilhas, não houve uma contribuição além daquela já apontada neste trabalho. Basicamente, a atuação governamental se restringiu a criação da lei e a coleta de lixo, como se observa na fala de um ex-secretário de meio ambiente.

O gestor na época (gestão: 1993-1996) começou perceber a necessidade de estar mediando isso (conflitos entre os que queriam preservar o pescado e os que não queriam) e quem poderia estar mediando seria uma secretaria de meio ambiente e aí o amadurecimento, os enfrentamentos, as dificuldades que vieram ocorrendo foi o propulsor desta medida de criação desta secretaria. A secretaria foi criada em lei, porém, a estrutura muito aquém da necessidade (...) o que levou a criação da secretaria de meio ambiente (a lei, no caso) foi esse amadurecimento provocado por esses movimentos reivindicando qualidade de vida, qualidade ambiental (...) Em momentos anteriores ela (SEMA) foi mediando esses conflitos (...) mais tarde uma atividade que ficou dentro da secretaria de meio ambiente foi a coleta de lixo gestão: 1997-2000) (ex-secretário de meio ambiente de Cametá, gestão: 2001-2004, set./2007).

Os anos 2000 já se aproximavam, e o poder público municipal resumia sua ação ambiental à coleta de lixo. A existência de uma Secretaria de Meio Ambiente não significa uma ação governamental efetiva nas questões ambientais. Carlos Bordalo demonstra a experiência de Belém. Percebe-se (como em Cametá), o atrelamento do órgão ambiental a outros da esfera municipal. Bordalo (2007, p. 124-125), relata a trajetória desse processo:

⁴⁸ Embora fosse instruída enquanto uma secretaria de governo, nessa gestão não se criou uma Secretaria de fato, apenas um departamento de meio ambiente, atrelada ainda à secretaria de transporte e obras do município (SETTOB).

A institucionalização da gestão ambiental no município de Belém teve início de forma muito embrionária em 1984 quando da transformação da Secretaria Municipal de Saúde em Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente (SESMA). Nessa secretaria, foi criado o DEMA, responsável pelas ações de fiscalização das fontes de poluição ambiental... Em 1988, o Departamento de Meio Ambiente foi transformado em Departamento de Saúde Ambiental (DESA). (...) foi criada pela Prefeitura de Belém, pela lei nº. 7.700 de 06 de maio de 1994, a Fundação de Bosque, Praças, Parques e Jardins do Município de Belém. (...) em outra lei, a nº. 7.729 de 09 de setembro de 1994 houve a mudança de nomenclatura para Fundação de Parques e Áreas Verdes de Belém. Em 1997 o Departamento de Meio Ambiente da SESMA foi transferido para a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (SEURB). Entretanto a criação da SEMMA só ocorreu em 31 de janeiro de 2003 (lei nº. 8.233)... passou a funcionar como órgão da administração pública direta e representante, no município de Belém, do SISNAMA (BORDALO, 2007, p. 124-125).

Como foi exposta por Bordalo, a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém só se efetivou após vários processos em que as questões ambientais foram tratadas em conjuntos com outras políticas públicas, não havendo uma particularidade no tratamento dos problemas ambientais do município de Belém. Neste aspecto, a experiência de Cametá se aproxima daquela que aconteceu em Belém. No aspecto das ações que se efetivaram há um grande distanciamento em suas experiências. Mesmo atrelado a outros órgãos, o Departamento de Meio Ambiente não limitou suas ações. Políticas foram implementadas, na questão orgânica o município deu condições mínimas de a gestão ambiental avançar em sua legislação, nas ações locais e na melhor estruturação dos órgãos.

Então em momentos anteriores a 2001, os gestores não perceberam a necessidade de dar infraestrutura, de dar suporte para que a secretaria pudesse atuar de forma que desse conta da política ambiental no município. A partir de 2001, nos começamos a perceber essa falha. Essa equipe veio pensar ampliando as atividades da política ambiental em Cametá. Em 2002 foi criado um organograma, com três departamentos, 2001 foi só pra planejamento, a institucionalização da política municipal de meio ambiente, que ainda pra os dias de hoje, para o momento, ainda esta aquém, precisa de outro documento que abarque o que hoje existe de necessidades par política ambiental em Cametá, precisa ser reformulado (ex-secretário de meio ambiente de Cametá gestão: 2001-2004 set./2007).

As reflexões levantadas neste trabalho sobre o município de Belém e a sua gestão ambiental foram propositais, na medida em que este município influenciou (em termos sistemáticos e metodológicos) bastante a institucionalização da gestão ambiental em Cametá, por esses dois municípios estarem passando naquele período pelas gestões do Partido dos

Trabalhadores (PT), e terem firmado um convenio de cooperação governamental em várias áreas inclusive a ambiental.

Quando ocorreu a promulgação da lei de criação da Secretaria de Meio Ambiente em 1994, pode-se considerar a atuação das diversas entidades do município na contribuição a existência dessa lei.

A coleta de lixo não fazia sentido, enquanto atribuição da SEMA. Era contraditório uma secretaria que tinha como base a preservação do meio ambiente, e contribuir apenas com a coleta de lixo da cidade.

Em 2001, um dos primeiros atos em contribuição à gestão ambiental local e um avanço muito grande no processo de institucionalização da gestão ambiental foi a aprovação da Lei nº. 009-A/2001 de 23 de junho de 2001 que institui a Política de Meio Ambiente no Município de Cametá. É um primeiro ato que corresponde diretamente a instalação da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Ocorre na SEMA uma reorganização a partir de 2001:

Em momentos anteriores à 2001, os gestores não perceberam a necessidade de dar infra-estrutura, de dá suporte para que a secretaria viesse atuar de forma que desse conta da política ambiental do município, então é essa necessidade que nos encontramos em 2001, criando uma equipe e um organograma em 2002 para a secretaria de meio ambiente. Em 2001 foi só planejamento e a promulgação da Política Municipal de Meio Ambiente, que ainda nos dias de hoje esta aquém, precisa de outro documento que abarque as necessidades da política ambiental em Cametá. Aquele documento de 2001 precisa ser reformulado. Em 2001, nós passamos a montar uma equipe de técnicos para dar estrutura, espaço físico, para dar estrutura a secretaria de meio ambiente, a política ambiental no município, tinha que ter um equipe como mínimo de infra-estrutura que era pra gente começar (ex-Secretario de Meio Ambiente de Cametá, gestão 2001-2004, set./2007).

Ainda em 2001, outro fator importante na sociedade cametaense foi criação do Fórum Ambiental de Cametá (FAC), movimento surgido de entidades não-governamentais que tinham alguma dificuldade de inserção nas questões ambientalistas em termos governamentais e que foi articulado de forma paralela à gestão institucional; posteriormente

há uma inserção de órgãos governamentais. A SEMA vai reconhecer este movimento na medida em que trabalha junto ao FAC, o apoio para seu próprio estabelecimentos na sociedade, visto que em 2001, a secretaria estava passando por mudanças na sua estruturação orgânica-funcional já mencionadas neste trabalho.

Dando ênfase às mudanças que deveriam ser realizadas na SEMA de Cametá temos como resultado das ações mencionadas pelo ex-secretario de meio ambiente (gestão 2001-2004, Set./2007): combinação de uma gestão comprometida com as diversas entidades envolvidas com as questões ambientais; o cumprimento da Política Municipal de Meio Ambiente em Cametá; a efetiva reestruturação de técnicos cada um em seu departamento correspondente; aquisição de espaço físico adequado.

A partir das propostas acima apontadas, em 2003 a SEMA já contava com o seguinte organograma:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMMA - CAMETÁ-PARÁ

1- SECRETÁRIO
1.1- DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO
-DIVISÃO DE PESQUISAS, PROJETOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-DIPPUC
-DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL-DILLMA
-DIVISÃO DE PARQUES, PRAÇAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL-DIPPEA

Em 2005, há uma pequena reestruturação na SEMA, com a criação do Departamento de Apoio Técnico. Este departamento assumiu as seguintes atribuições (Lei Orgânica de Cametá, 2005):

Coordenar e subsidiar a equipe técnica, na elaboração, organização e realização dos seus trabalhos, bem como na implantação de projetos que vise a melhoria da área afim, buscando parceria com outros órgãos e segmentos.

É possível fazer um paralelo entre a institucionalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o movimento ambiental. Este último, segundo a experiência adquirida pelo autor na passagem pela instituição, tem contribuído para gestão dos recursos naturais, mas tem limitações e esbarram na questão institucional. A SEMA é um exemplo, para fazer alguma coisa em relação a isso. Os movimentos ambientalistas têm uma dinâmica, mas que é particular ao seu modo de organização, isto é, centralizados nas comunidades.

Em situações descentralizadas ocorrem os acordos de pesca e de caça, existe preocupação em preservar algumas espécies, mas estes acordos ocorrem de maneira centralizada nas comunidades. Queremos dizer, as comunidades enfrentam dificuldades que se pautam no respaldo institucional. Eles fazem gestão, faltam-lhes os instrumentos institucionais, legislação, que faça com que as comunidades possam atuar legalmente, dentro da institucionalidade.

Além disso, os movimentos sofrem com a carência de material, de recursos humanos, de equipamentos que possam contribuir de forma científica com essas comunidades.

E fazer com que a legislação ambiental se adeque à realidade ribeirinha e, que passe a reconhecê-los enquanto uma gestão que é benéfica ao município, ou, um exemplo de gestão a ser incorporado e fortalecido junto ao órgão ambiental.

2.5. Gestão municipal descentralizada: instituições e sociedade civil na construção da gestão ambiental local

O ano de 2004 pode ser considerado como um momento muito importante da gestão ambiental em Cametá. Durante todo esse período os técnicos da Sema-Cametá fizeram junto às entidades que já vinham trabalhando com a questão ambiental uma forma de gestão

mais equitativa com participações e decisões tanto na esfera do governo municipal quanto na sociedade civil. Embora, do ponto de vista financeiro, às vezes fosse problemática a relação Prefeitura/ SEMA, o poder local tinha o compromisso de buscar parcerias, convênios e fortalecer o movimento ambientalista já existente.

Dessa forma, foram organizadas estratégias que levassem há uma descentralização da gestão ambiental em Cametá. A partir daí é que se concebe a descentralização e se estabelece meios de verificar como as municipalidades se relacionam com os outros entes, numa gestão territorial.

A Política Ambiental no Brasil vinha sofrendo grandes mudanças ligadas a gestão ambiental nos vários níveis institucionais e nas esferas governamentais. Sabe-se que desde o início as políticas ambientais eram realizadas em grande parte pelos órgãos federais. As ações dos governos estaduais se limitavam a alguns temas e somente uma parcela dos Estados tinha atuação na área ambiental.

A partir da Constituição de 1988, os Estados e municípios passam a ter novas atribuições de facilitação para a implantação de sua política ambiental. Isto marcou de forma significativa o início da descentralização das ações relativas à política ambiental bem como os Estados passaram a se organizar e a se estruturar, ampliando e consolidando sua atuação na gestão ambiental. Para os municípios, a descentralização significa uma pressão sobre os recursos naturais com a instalação de instrumentos de novas interpretações para os municípios que se referem a “instrumentos de gestão urbana, consórcio intermunicipais, planejamento municipal entre outros elementos fundamentais ao ordenamento territorial” (PALHETA DA SILVA, 2007, p. 41).

Podemos considerar este fato primordial em relação à descentralização da gestão ambiental. Os mais variados projetos de ordenamento territorial dos municípios passam pela idéia da participação democrática, ou de uma gestão mais descentralizada. A crescente

problemática ambiental não era acompanhada no mesmo ritmo pelas ações dos órgãos responsáveis. De maneira geral, a questão envolveu a falta de articulação entre o Governo Federal e os Estados que os impossibilitava de realizarem uma ação eficiente no combate aos problemas ambientais, ficando bem distante, por exemplo, dos municípios que eram os primeiros a sentirem os impactos e os últimos a decidirem sobre quais políticas gerir para o meio ambiente fazendo com que a população local passe a conviver não só com problemáticas ambientais, mas também econômicas e sociais.

Isto se deu em Cametá com a construção da UHE- Tucuruí. Quando do agravamento dos problemas ambientais e mais um conjunto de acontecimentos e dentre eles o processo de redemocratização do Brasil, a municipalização de diversas atribuições do Estado e a maior organização da sociedade civil na busca de soluções dos seus problemas, fizeram ocorrer o redirecionamento da gestão ambiental para os municípios. Assim, em Cametá tais fatos ocorreram de forma diferenciada; ao observar os danos causados por Tucuruí verificamos que as organizações fundadas foram uma atribuição da sociedade e não de Instituições municipais.

Mas no geral, o município, conforme Levy (2002), ainda que com grandes diferenças entre si, têm assumido grandes responsabilidades a partir de um intenso processo de descentralização; e a Constituição de 1988 representa um marco importante nesse processo, refletindo o amadurecimento da sociedade civil e sua luta em favor da democratização, nos anos que precederam a elaboração da carta. Segundo a mesma autora (2002, p. 1), mais recentemente:

Houve o desenvolvimento de uma grande capacidade dos governos subnacionais em enfrentar problemas sociais, econômicos e ambientais e em muitos casos esses governos eram municipais (LEVY, 2002, p. 1).

De modo, ocorre a abordagem da Gestão democrática no município. Palheta da Silva (2000) diz:

Pensar em gestão municipal com a participação da sociedade civil é um desafio aos governos locais. Suas experiências iniciais podem ajudar no melhor entendimento do papel da sociedade civil nas discussões das prioridades municipais e das formas de gestão democrática levando em consideração as diferentes práticas estabelecidas pelos atores sociais nesses municípios (PALHETA DA SILVA *apud* COELHO, SIMONIAM, e FENL, 2000, p. 240).

Em suma, após as reformas realizadas que levaram à consolidação do processo democrático no Brasil, fica evidente que a descentralização tem sido apresentada como uma das tentativas de solucionar e/ou amenizar os problemas ambientais, tentando unir políticas da União, Estados e Municípios, em que o último vem obtendo grande importância na gestão ambiental. Pode-se dizer que no início desse processo vários problemas ocasionaram o não cumprimento de tais metas para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. Certamente, o mais predominante era (ou é) a falta de informações sobre as políticas ambientais que os municípios poderiam executar; ou seja, as municipalidades não conheciam os mecanismos de ações de planejamento e implementação das políticas em âmbito municipal (LITTLE, 2003). A falta de articulação entre os entes da federação ainda se apresentava e se apresenta como empecilho na atuação municipal na gestão ambiental.

No caso de Cametá, uma descentralização que vem se concretizando é aquela que se dá na SEMA para com as entidades. O modo de fazer a gestão é um pouco diferenciado. É a gestão ambiental, uma atribuição do poder público e da sociedade.

A descentralização da gestão ambiental precisa ocorrer integralmente. Esta questão vem sendo ultrapassada num esforço de superação das deficiências existentes nos municípios na realização de uma gestão descentralizada e participativa. Estabelece-se, a partir de agora, um grande desafio aos municípios. Segundo Irigaray (2002, p. 6), para que o processo de descentralização (não apenas administrativa) ocorra com sucesso, será necessário que:

[...] as municipalidades tenham acesso ao arcabouço legal disponível, conheçam suas possibilidades e limites de atuação, que se reestruturam administrativamente e capacitem seu pessoal para desempenhar algumas atividades ainda pouco comuns para a maioria dos municípios, como o licenciamento, monitoramento e a fiscalização ambiental (IRIGARAY, 2002, p. 6).

O fortalecimento da Gestão Municipal não se limita às reformas administrativas e em Cametá, as prerrogativas da gestão ambiental municipal ainda esbarram em pequena escala, é verdade, em tais reformas administrativas, apontadas no trecho acima. Por isso, uma das prerrogativas da descentralização é a participação da sociedade civil no processo de gestão, das decisões e formulações de políticas públicas para o meio ambiente. No caso de Cametá, como já sabemos, o primeiro passo dado foi em relação à questão administrativa com a criação e a regulamentação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), visto que anteriormente existia apenas um departamento de meio ambiente, responsável somente pela coleta de lixo, assim, políticas de fiscalização, monitoramento ambiental eram inexistentes.

Certamente, não devemos considerar que logo no início de suas ações a Secretaria iria atuar na fiscalização e no monitoramento de atividades degradantes, no entanto as políticas implementadas após a criação da SEMA marcaram o início de uma gestão mais envolvida com as questões ambientais do local, ou seja, com a tomada de consciência dos problemas existentes no município, as ações da SEMA passaram a ter um direcionamento e a possuir políticas mais bem planejadas, tendo em vista o trabalho realizado em conjunto com as associações, ONGs Cooperativas do município.

A gama de atribuições municipais atualmente é bastante densa e não envolve apenas a gestão ambiental, apesar de somente agora vir ocorrendo sua descentralização bem depois de outras áreas da governabilidade como a saúde e a educação. Como aponta Irigaray (2002, p. 13):

O município pode suplementar a legislação federal e estadual no âmbito local; ele tem a possibilidade de detalhar as normas de acordo com interesse e peculiaridades locais, desde que não sejam contrariados os princípios estabelecidos pelas leis hierarquicamente superiores (IRIGARAY, 2002, p. 13).

Irigaray (2002) também demonstra também a importância da aplicabilidade da descentralização na gestão ambiental municipal:

A descentralização administrativa da gestão ambiental é hoje um imperativo que pressupõe a capacitação para o desempenho de algumas atividades administrativas que são novas para a municipalidade [...]; passa certamente pela adequação das estruturas administrativas das prefeituras, pela criação e efetivação dos conselhos municipais de meio ambiente [...] fortalecimento das instâncias coletivas e colegiadas já existentes [...] sem os quais dificilmente a municipalidade conseguirá executar uma gestão ambiental eficaz no seu território (IRIGARAY, 2002, p. 11).

Nesse contexto, a questão da legislação representa fator primordial na gestão ambiental, pois ela vai dar suporte de ação em várias atividades e níveis de atuação tanto para a governabilidade quanto para as entidades parceiras, entre elas as não-governamentais. Nesse sentido, a revisão da legislação ambiental tem sido de grande importância na organização do espaço, pois analisando o código de postura municipal, este estudo constatou a existência de alguns problemas, como a não existência de uma lei ou um órgão que aplicasse de fato as punições ou realizasse os procedimentos adequados em situações de agressão ao meio ambiente. A abordagem do código quanto ao meio ambiente estava bastante atrasada em relação aos atuais problemas ambientais que o município vem passando. De forma geral a falta de regulamentação legislativa representa um entrave para atribuições de monitoramento, licenciamento e fiscalização e a descentralização da gestão com a existência de um Fundo Municipal do Meio Ambiente, ou de um Conselho Municipal de Meio Ambiente, por exemplo.

Podemos dizer que após estas observações a gestão ambiental em Cametá passava a se modificar e, verdadeiramente, a ser feita pela primeira vez. Sua continuidade dependia tanto da questão financeira quanto das parcerias efetivadas com outras entidades para seu funcionamento, pois financeiramente, a SEMA contava apenas com os recursos vindos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Nas questões administrativas, no entanto o contato da Secretaria com diversas entidades do município ocorreu com mais intensidade entre 2001 a 2004, uma gestão em que a descentralização e/ou a participação era uma das suas principais políticas.

O trabalho realizado em parcerias com ONGs, Institutos, Cooperativas, Associações, Instituições Governamentais como o IBAMA e outras secretarias municipais resultou num apoio coordenado, que encaminhou as ações da SEMA para a realização da I Conferência Municipal de Meio Ambiente e para a formação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Condeama), acontecimentos históricos na gestão ambiental do município. Assim, a gestão ambiental em Cametá passa a se configurar com instituições governamentais e não-governamentais, na gestão dos conselheiros ambientais.

Neste aspecto, a participação da sociedade na gestão ambiental do município, a qual não se iniciou com a existência da SEMA, é resultado de uma busca constante da própria sociedade organizada em que a gestão do meio ambiente vem desde a existência das primeiras organizações em defesa do meio ambiente até a um vasto trabalho em áreas de manejo florestal, educação ambiental, pesca predatória, com assessoria técnica em pequenos projetos ambientais, etc.

A esta concepção de gestão, pode-se relacionar o conceito de “governance” ou governança. Ele se adapta a esse novo processo de gestão ambiental que vem ocorrendo em Cametá e que segundo Melo (*apud* LEVY, 2002, p.180) expressa muito bem a compreensão das políticas públicas difundidas atualmente: “o termo governança designa formas e mecanismos de coordenação e de cooperação não necessariamente ancorados no uso da autoridade política”.

Assim, Stoker (*apud* LEVY, 2002, p. 180), aponta cinco proposições sobre governança:

1. A governança implica a participação de um conjunto de instituições e atores que não pertencem à mesma esfera de governo;
2. Em situação de governança, as fronteiras e as responsabilidades são menos claras no domínio da ação social e econômica;
3. A governança traduz uma interdependência entre os poderes das instituições associadas à ação coletiva;
4. A governança implica a participação de redes de atores autônomos;
5. A governança parte do princípio de que é possível agir sem se remeter ao poder ou à autoridade do Estado. Este tem por papel utilizar técnicas e instrumentos novos para orientar e guiar a ação coletiva.

Uma contribuição de Nascimento (2007, p. 37) sobre a noção de Governança:

Governança se refere a arranjos institucionais que permitem dotar as instituições estatais de mecanismos que garantam a inclusão de dimensões sociais e políticas; à definição e caracterização dos agentes e atores aceitos (não há mera convergência de interesses que possam ser consensuados) para participação não só na formulação, mas que indiquem os mecanismos institucionais e *modus* do processo de implementação de políticas estatais.

Concretamente, a ação descentralizada envolvendo a gestão municipal em Cametá tem uma íntima relação com esta idéia de governança, através do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e pretendendo dar aplicabilidade ao que se determinou como governança. Ao menos na formatação, o Condeama, instância consultiva e deliberativa da Política Municipal de Meio Ambiente que funciona junto ao órgão ambiental competente, a SEMA, se constitui de entidades governamentais e não-governamentais. Enquanto órgão superior da Política ambiental municipal, o Conselho é que direcionará para os mais diversos interesses as políticas a serem implementadas para o meio ambiente local.

A gestão ambiental municipal, como resultado da política de descentralização é, antes de tudo, uma representação da preocupação do Estado territorial em reorganizar os espaços do meio ambiente, no sentido de gerir territorialidades múltiplas, preparar e organizar o espaço geográfico para as novas demandas que o capitalismo vem exigindo (GONÇALVES, 2004). Naturalmente, os recursos naturais são o principal alvo dessas demandas. Assim, os novos valores de ocupação do território assumem diferentes patamares de exploração ambiental, de acordo com a tecnologia adquirida. De acordo com os diversos interesses dos atores das municipalidades, essa degradação terá diferentes graus de exploração.

Portanto, pode-se dizer que a gestão ambiental em Cametá não era caracterizada pela institucionalização do(s) órgão(s) ambiental (is) competente (s), entretanto, houve uma

intervenção da sociedade baseado na afirmação de que a população ribeirinha se organizou e fez cumprir grande parte de seus desejos, materializados nos acordos de pesca de caça. Reforçando que sem a interação da SEMA com as organizações não-governamentais, que em sua maioria situam-se na zona rural do município, seria muito mais difícil a concretização das atividades a serem realizadas.

A secretaria de meio ambiente surge a partir desses movimentos, acordos, reivindicações, desses enfrentamentos que ocorreram nessas localidades (...), por exemplo, quando pescado sumiu em consequência do represamento da Barragem de Tucuruí, as comunidades se juntaram pra buscar uma maneira de preservar o que ainda existia. Então essa área do Joroca, Parurú foram os primeiros a se mobilizarem, por que próximo aqui de Tucuruí, área próxima da barragem, o impacto foi imediato, as populações nem tempo tiveram pra se juntar e buscar meios alternativos, mas aqui pro Parurú o impacto ainda não foi imediato, mas só que eles começaram a perceber que as consequências iam se estender rapidamente pra ali, bom eles logo se aglutinaram e começaram a buscar formas alternativas, e uma forma alternativa na época foram os acordos de pesca (ex-Secretario de Meio Ambiente de Cametá, gestão 2001-2004, set./2007).

Com a institucionalização da SEMA, houve o fortalecimento da gestão ambiental e, por consequência, das entidades que outrora desempenhavam papel importante na gestão do meio ambiente em Cametá. Por isso, a consolidação da gestão ambiental depende desta cooperação, da revisão do arcabouço legal das parcerias público-privadas e da participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Sabe-se que essa nova gestão traz para o espaço municipal implicações sobre o uso dos recursos, portanto, do território. Resta-nos verificar quais são elas e como vêm reorganizando o espaço de Cametá em termos de acessibilidade aos recursos e verificar a convivência das várias territorialidades existentes dentro da gestão ambiental antes e depois da institucionalização dos órgãos ambientais.

3- AS IMPLICAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NO USO DO TERRITÓRIO EM CAMETÁ

3.1 – Planos regionais para o Baixo Tocantins: Movimento socioambiental em Cametá e a criação do Plano diretor e do PPDEJUS

O Plano Diretor, a Agenda 21, entre outros exemplos de planejamento local tem sido implementados na tentativa de dar conta de serviços públicos para as populações urbanas. É interessante notar que a implementação do Plano Diretor parte de uma construção da legislação federal a partir da criação do estatuto da cidade e no que tange o planejamento urbano, buscando a retomada do processo de redemocratização do Estado (LIMA, 2007, p. 99).

Segundo Lima (2007), o planejamento local é hoje uma premissa do Plano Diretor e da Agenda 21. Em tal planejamento, as concepções a serem executados nos planos são as que demonstram uma prerrogativa do ordenamento territorial. O Plano Diretor é o que mais se adéqua na incorporação do território na concepção de planejamento do local e de instrumentos de participação popular. Na abordagem do ordenamento territorial, o plano diretor tentou executar um planejamento que conceba a participação popular. No entanto, esta é mais uma exigência legal, do que “por uma evolução de sua relevância no processo de conquista de justiça social” (LIMA, 2007, p. 99).

Lima (2007, p. 100), coordenador do Plano Diretor do Baixo Tocantins, o define como “instrumento de planejamento urbano voltado à definição de uma estratégia de ordenamento territorial da cidade”. O plano diretor é uma lei e necessita ser executada, tendo inclusive um prazo final para ser executado (outubro de 2006).

A base legal do Plano Diretor está na Constituição Federal de 1988 (art. 182 e 183) e no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Para abarcar a questão do ordenamento territorial, o Plano Diretor, enquanto instrumento básico do planejamento local deve orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município (PLANOS DIRETORES, 2004). Isto interfere diretamente na gestão ambiental municipal.

A implantação do Plano Diretor, portanto requer toda uma infra-estrutura de governo, secretarias, legislação, suportes técnicos para os órgãos, planejamento interno dos instrumentos de gestão na busca de políticas integradas, e ordenamento territorial, tudo isso, para dar suporte à execução do plano. Quando esta infra-estrutura não esta disponível, o plano deve exigir a concretização da mesma.

Outra exigência é que o plano contemple a participação popular, nas discussões do temas antes de irem para a aprovação da câmara dos vereadores e também na gestão pública na formação dos conselhos municipais, ou seja, uma participação permanente. Portanto estas são as exigências para a implantação do plano diretor.

A execução do plano seguiu uma metodologia sobre o mapeamento das dificuldades dos municípios, estabelecendo os conceitos necessários ao entendimento da problemática local, uma visão sobre o desempenho do espaço urbano ou municipal (LIMA, 2007).

3.1.2. O Plano Diretor de Cametá e o PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí)

O Plano diretor de Cametá foi realizado simultaneamente com mais quatro municípios caracterizando assim os Planos Diretores dos Municípios a Jusante da UHT Tucuruí, a saber: Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú e Mocajuba, todos os municípios do Baixo Tocantins.

As prioridades do plano foram: Sustentabilidade sócio-ambiental, Qualificação educacional, Dinâmica de inserção regional e Desequilíbrios intra-regionais (PLANOS DIRETORES, 2004).

A relação do plano diretor com o PPDJUS é bastante próxima, pois muita coisa que está no plano diretor de Cametá, foi antes pré-estabelecido pelo PPDJUS. Nas apresentações das plenárias do Plano Diretor, verifica-se que algumas propostas estão contempladas no PPDJUS, assim como, dados e diagnósticos importantes.

No diagnóstico de Cametá, realizado pela equipe técnica do Plano Diretor fica bem claro esta afirmação (Planos Diretores dos Municípios a Jusante da UHE Tucuruí - Diagnóstico de Cametá, 2006):

Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Regional já existe: é o PPDJUS – Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí – e a análise aqui desenvolvida o tomaram como referência. Porém o intuito desse diagnóstico é de aprofundá-lo, abordando não somente outras variáveis, mas também fazendo uma reflexão crítico-analítica da dinâmica socioeconômica e territorial dos municípios. Pretende-se, pois, estimular a formulação de políticas econômicas e sociais integradas e atentas à sustentabilidade ambiental que, ao lado do aperfeiçoamento dos canais de controle social e político nos municípios, melhorem as formas de gestão do poder local e garantam suas execuções não fragmentadas, assim contribuindo para alterar as relações entre o Estado e a Sociedade, na perspectiva da construção da cidadania e da qualidade de vida (Planos Diretores dos Municípios a Jusante da UHE Tucuruí - Diagnóstico de Cametá, 2006).

Estando juntas, a luta do movimento social iniciada com o apoio da igreja, que fortaleceu as comunidades e os laços deste com a questão ambiental, revelada pela redução

dos cardumes no rio Tocantins, e a articulação técnica/ideológica e conscientizadora feita pelas ONGs fez com que se intensificasse a pressão dos movimentos sobre a busca de melhorias e alternativas para a situação em que se encontravam as populações a jusante da barragem de Tucuruí. A história nos mostra que nunca ocorreram compensações financeiras a jusante de barragens, no entanto:

O governo por conta das reivindicações do movimento social definiu que os municípios à jusante das barragens deveriam ter um plano de desenvolvimento onde cabesse (sic) investimento tanto a nível federal, estadual e municipal. Uma experiência nova no mundo, pois, os investimentos eram só a montante (...). O PPDJUS foi uma discussão com as comunidades; a Eletronorte contrata a UFPA, para fazer os estudos comprovando que os municípios a jusante foram atingidos. Não foi um plano de cima pra baixo (o PPDJUS) (Agente de integração regional do Tocantins, da Secretaria Estado de Integração Regional, nov./2009).

A construção do PDJUS se caracterizou por ser uma estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável, procurando envolver e comprometer todas as forças e lideranças sociais na busca de novos caminhos e oportunidades. Tem como base o Planejamento participativo, que se caracteriza como:

Processo técnico e político de decisão compartilhada sobre as ações necessárias ao desenvolvimento local, com o envolvimento dos diversos atores sociais na apreensão da realidade, na definição das prioridades e no acompanhamento e execução das ações (PDJUS, 2003).

O PDJUS resultou, em parte, num referencial para negociação e catalisação da vontade política de diversos atores sociais locais, com a contribuição projetos públicos e privados a serem implementados, assegurando a eficiência institucional (PDJUS, 2003). A Eletronorte é a principal parceira neste aspecto, no entanto, o PDJUS se consolidou como um reconhecimento de que a Eletronorte e o Governo Federal erraram na forma de construção da UHE-Tucuruí, referente a não realização de estudos de impactos sobre as populações residentes nas adjacências da usina e na jusante; e assumindo que causaram muitos danos aos municípios à jusante, e não só aos da montante da barragem.

Este reconhecimento veio tarde, em 2002, e a metodologia de apuração do diagnóstico inicial (de 2003), não correspondeu aos anseios da sociedade (coordenador do MAB-Cametá, set./ 2007).

Tem-se que fazer as seguintes observações: em reconhecimento as demandas sociais o governo federal e a Eletronorte buscam compensar os prejuízos as populações a jusante da barragem de Tucuruí, coma apresentação do PDJUS⁴⁹. As organizações sociais, como o MAB, não se satisfizeram com os resultados apresentados, pois acusaram a falta de uma consulta mais incisiva das populações tocantinas atingidas para a elaboração do plano.

Por isso:

Veio primeiro o PDJUS. Há um debate sobre o conceito de atingido⁵⁰ para ELETROBRAS; pra ter direito ao recurso, tem que ser reconhecido como atingido, essa luta começa daí. Eles fizeram uma pesquisa que constatou na pesquisa em 2001 que fomos atingidos, que fizeram prejuízos; aí eles fizeram o PDJUS. Só que não fizeram como deveria ser; gente que nem era do interior participaram da pesquisa, aí fizeram o plano. Eles garantiriam uma parte dos recursos, mas uma grande parte era pra ser dado por outras entidades (empresários e prefeituras, por exemplo) (coordenador do MAB-Cametá, dez./ 2009).

Os objetivos do PPDJUS se aproximaram e influenciaram os do Plano Diretor, como vemos a seguir (PDJUS, 2003):

1. Aumento da renda e da ocupação produtiva da população regional;
2. Elevação dos níveis de escolaridade da população e redução do analfabetismo;
3. Melhoria da saúde pública;
4. Ampliação da rede de saneamento básico, abastecimento de água e esgoto e coleta e tratamento do lixo;
5. Dinamização da economia regional;
6. Aumento da articulação da economia intra-regional e da consolidação da integração da economia regional aos mercados e às economias estaduais e nacionais, com o aumento da competitividade da economia regional;

⁴⁹ O PDJUS foi apresentado a população do Baixo Tocantins em 2003 em Tucuruí. As informações bibliográficas fornecidas aqui neste trabalho se baseiam neste relatório de 2003, não sendo, portanto, o relatório do PPDJUS, que é resultado da participação popular na formulação desse plano.

⁵⁰ Atingidos pelas barragens, segundo a legislação era somente quem deixou a terra para ser construída a hidrelétrica, ou seja, as populações à montante (coordenador do MAB-Cametá, set./ 2007).

7. Diversificação da estrutura produtiva regional, com o surgimento de novos segmentos econômicos dinâmicos, especialmente a piscicultura;
8. Integração e adensamento das principais cadeias produtivas da região.

Quando as entidades sociais foram chamadas a Tucuruí para conhecer o PDJUS, houve uma discordância dos resultados ali constatados e dos objetivos que estavam longe das reais demandas do Baixo Tocantins. As populações ali presentes eram em sua maioria ribeirinhos de todo o Baixo Tocantins, inclusive Cametá. Estavam reivindicando um plano da qual pudessem participar e dizer em que pontos realmente foram atingidos pela UHE de Tucuruí, explicitando suas reais necessidades. Não era de conhecimentos das entidades de Cametá, por exemplo, a metodologia aplicada, número de entrevistados, locais selecionados e os critérios para a seleção das áreas que seriam alvo das políticas públicas e as da Eletronorte.

Isto nos lembra o conceito de Governança usado anteriormente por Nascimento (2007). A noção de governança do PDJUS (2003) que se “traduz-se pela capacidade do organismo social mobilizar recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros necessários a implementação do desenvolvimento” e ainda pela aceitação das reivindicações da população tocantina para a elaboração de um plano que contemplasse as suas demandas e sua participação no CONJUS.

É nesse contexto que a Eletronorte, após reivindicações dos representantes dos movimentos, refez o caminho da construção do Plano e a sociedade passa a ter o direito de decisão e de apresentar seus próprios problemas, a partir da criação de outro plano: o PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí), concluído em 2004 e com a formação de um conselho gestor do PPDJUS de acompanhamento das obras do plano, o CONJUS. Assim, o PPDJUS altera as relações da Eletronorte com os atores sociais da região, e representa uma conquista dos movimentos sociais do Baixo Tocantins.



FOTO 10: uma das reuniões do CONJUS em cameté
FOTO: plano diretor, 2006

Na época da construção da UHE-Tucuruí a forma que a Eletronorte discutiu com as populações a jusante foi injusta segundo o representante do MAB-Cametá (dez./ 2009). E houve grandes perdas para estas populações, isto mudou toda a dinâmica física e social das pessoas, mexeu com a vida e a reprodução da economia popular dizimando quase que totalmente espécies como o mapará⁵¹, entre outras espécies que são a fonte de alimentação da população ribeirinha.

Na situação atual, o Plano Diretor e o PPDJUS caminham juntos. Várias estratégias contempladas no Plano Diretor vêm do PPDJUS. Uma das razões do Plano Diretor tomar por base os planos e projetos (ordenamento territorial, instrumentalização dos municípios, e de sua gestão para atender demandas tanto no urbano quanto no rural) do PPDJUS, se refere ao fato dele ter sido um instrumento sistematizado e orientado por um conhecimento científico. As cidades foram beneficiadas, com ruas como é o caso de Cameté e tratores para o Município de Baião.

⁵¹ Peixe que vive em altas profundidades, com o secamento, assoreamento do rio, se concentrou nos Poços. Isso passou a ser alvo de cobiça de algumas famílias, “proprietários de rios”. Nesse contexto é que as comunidades organizaram os **acordos de pesca**.

O Plano Diretor adveio de uma lei, mas sua construção foi popular. Na região do Baixo Tocantins ele foi financiado com recursos da ELETRONORTE e estava sendo elaborado à parte, mas como uma demanda do PDJUS. Até a aprovação na câmara de vereadores em Cametá (11 de agosto de 2006) ele foi construído paralelamente. Para o chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá:

O plano diretor já esta funcionando falta instrumentalizar com decreto, lei complementar, outras leis que tem ser criar, lei que tem ser revista, criar secretarias, extinguir secretarias (chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá, set./2007).

As demandas atendidas ainda estão muito aquém do que foi proposto. Como se observa na fala do coordenador do MAB-Cametá⁵²:

Em junho de 2005 a gente cadastrou 200 famílias no MAB e em outubro de 2005, a gente organizou um acampamento na Celpa em Cametá, por que a gente foi amadurecendo essa questão da energia e a gente chegou a um ponto de descobrir de quem faz esse levantamento, fazer um diagnostico da ilha, pra ver onde a gente quer energia (ou onde a Celpa poderia instalar a energia elétrica)⁵³ há todo um processo...E esse processo que devia ser a Celpa de Belém que fazia. Ai a gente articulou, né o MAB de Cametá, Baião, Tucuruí, Breu e Repartimento. E como era difícil, tu que eles não conseguem fazer as coisas, o beneficio que a gente consegue é na briga, ou a gente se dispõe pra lutar, ou então não consegue ser ouvido, né. Então nos fizemos a ocupação dia 18 de outubro de 2005, nos 5 escritórios da Celpa em Cametá, Baião, Tucuruí, Breu e Repartimento, 4 horas da manhã né? Os cinco ao mesmo tempo. Em Cametá nos passamos 8 dias acampado aqui. Inclusive, pra nós foi uma vitória, nós conseguimos, a Celpa veio fazer o levantamento. Foi a primeira vitória com a luta do MAB, mesmo muito cedo né, logo rápido. A Celpa fez o levantamento das famílias acampadas, em torno de 10 comunidades... Depois pra todas as comunidades das ilhas, e depois pra todo município de Cametá. A gente acha que todo município tá levantado, né? É o primeiro passo pra eletrificação rural (coordenador do MAB-Cametá, set./2007).

Neste sentido, o MAB Cametá se mobilizou, para adquirir o relatório das áreas já levantadas pela Eletronorte. O CONJUS, do qual o MAB-Cametá faz parte, é a entidade que define os projetos a serem implantados, fiscaliza, diz se eles estão sendo implementados no

⁵² O MAB-Cametá iniciou seu movimento em 2003, alicerçado nas comunidades do setor médio de Cametá. A base do movimento em Cametá esta na questão do tratamento da água, eletrificação rural, projetos de sustentação (condições de produção e geração de renda) do pescado e de recursos florestais. Neste ano de 2007, trabalha especialmente na questão da redução do preço da energia elétrica, tarifas de isenção para população carente eletrificação rural.

⁵³ Grifo nosso

caso, os de cunho regional e local, exatamente aqueles que contemplem os ribeirinhos. É quem administra o PPDJUS.

Em 2003, fizeram o lançamento do plano (PDJUS) e lá vimos e as autoridades de ensino e pesquisa (também) que o plano não tava bem feito. Houve o questionamento pra mexer no plano, então quem esteve lá, viemos já com esse debate pra fazer, pra popularizar o debate, descentralizar pra melhorar o plano. Aqui em Cametá primeiro em 2003, teve um encontro regional do PPDJUS, onde formou o conselho, CONJUS, e um segundo em Mocajuba e vai ter um terceiro dia 20 de janeiro (de 2010), em Igarapé Mirí, pra ver o que vai esse plano que ate hoje não deu em nada, mas é muita burocracia, na Eletronorte, nas prefeituras (...) que estão inadimplentes, por isso tem uma conversa no conselho, que eu faço parte, a possibilidade da Eletronorte fazer esses convênios via estado, pra vencer essa barra aí da inadimplência das prefeituras. Do PPDJUS, temos poucas coisas, como escolas, coisas mínimas em Igarapé Mirí, Cametá (ruas, cimentos, escolas) mas o nosso debate do MAB, foi pra levar essa prioridade pro ribeirinho que não teve nada, como sistema de tratamento de água e energia e alimentação, são três lutas principais: água, energia e alimentação(recursos, projetos) (coordenador do MAB-Cametá, dez./2009).

Este trabalho não tem a intenção de analisar as ações e os resultados do Plano Diretor⁵⁴. Mesmo por que sua construção é bem recente, assim como o PPDJUS, que para Cametá resultou na construção de dois prédios com duas salas de aula em cada, em duas comunidades, e recursos para a pavimentação de algumas ruas. Sabe-se que as demandas são bem maiores.

Segundo o coordenador do MAB-Cametá (set./ 2007),

Ainda estão sendo implementados muitos outros projetos. É o que prometeram (coordenador do MAB-Cametá, set./ 2007).

É interessante o fato das populações irem buscar o seu espaço na formulação do PPDJUS, participando das decisões que implicarão em suas vidas. Ao que parece se não forem atendidos, tem muitas formas de reivindicar, pois já conquistaram seu espaço. Reconheceu-se que a hidrelétrica trouxe conseqüências ruins para a vida dos ribeirinhos. Este fato é que os torna, junto às instituições públicas ou privadas, gestores do seu território, pois souberam se organizar, buscar os apoios necessários e os mais coerentes possíveis para tal situação.

⁵⁴ A finalização do projeto do Plano Diretor foi aprovada em vinte e quatro (24) de maio 2007, e a criação do Plano pela Lei nº. 086/2007 de dezenove (19) de junho de 2007.

O desenvolvimento dos planos para o Baixo Tocantins trouxe a riqueza das organizações sociais e sua implicação no planejamento do desenvolvimento regional, afetando de forma prática sua elaboração e execução. Contudo, os resultados não são ainda o esperado, mas não deixam os movimentos, de demonstrar a sua capacidade de mobilização, a exemplo dos movimentos ambientais em Cametá, que também deram sua contribuição na participação do movimento.

Fica aqui registrado um momento novo na intervenção para o desenvolvimento regional (PDRS), porém, não menos promissor de transformações como os anteriores, mas demonstram por sua vez, a importância dos movimentos e sua organização no Baixo Tocantins, para com propostas cada vez mais ligadas às reais necessidades de suas populações:

Agora o Governo do Estado (...) em parceria com a Eletronorte, pegaram todos os históricos de pesquisa, o acúmulo de informações que foi feito no PPDJUS, pra incorporar ao PDRT⁵⁵(sic) (Plano de Desenvolvimento Sustentável Regional da Região do Lago de Tucuruí e do Tocantins). Pegamos o que tinha de acúmulo de informações, atualizamos e incorporamos novas demandas no plano geral. Hoje não tem mais PPDJUS e sim o Plano de Desenvolvimento Sustentável Regional do Tocantins; que abrange os 11 Municípios da região do Tocantins, que o PPDJUS eram apenas 8 municípios. Esses municípios iniciaram a luta, e no plano abrange todo mundo até Oeiras do Pará (...) do Acará até Tailândia. O plano do Tocantins entrou logo junto com o do Marajó⁵⁶ por que tinha muitas informações do PPDJUS (...) o plano tá em fase de implementação e daqui pra frente e só tocar o plano. O PDJUS tinha um prazo até 2003; teve um problema por conta da não prestação de contas das prefeituras; o PDJUS passava os recursos pra prefeituras e (...) tinham que fazer as demandas (...) que estavam no plano. (...) muitas prefeituras não prestaram conta, ficaram inadimplentes e (...) no outro ano não receberam mais os recursos, por que estavam inadimplentes; aí os movimentos reivindicam os recursos por meios de associações, sindicatos, mas em lei o repasse era só pelas prefeituras. O estado, vendo a situação inadimplente dos municípios junto a Eletronorte, toma pra si os 11 Municípios (...) o governo federal passa para o estado e o estado implementa as políticas públicas. Tá tudo regulamentado, o PDJUS não teve tanto resultado por conta dessa questão: as patrulhas mecanizadas que foram repassadas não tiveram a

⁵⁵ Na síntese desse plano, a sigla é: PDRS- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins. Este plano parte de uma parceria entre Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) e o Governo Federal, através da Eletrobrás com o objetivo de atualizar e reformular outro instrumento anterior para a região que é o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS), resultado de mobilização de movimentos sociais, entidades de pesquisa da região e das prefeituras de nove (no PPDJUS não entraram Acará e Tailândia) dos onze municípios que constituem a Região de Integração do Tocantins (PARÁ, Secretaria de Estado de Integração Regional: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins, 2009. p. 5).

⁵⁶ O plano do Marajó entrou logo no plano de políticas públicas devido o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Agente de integração regional do Tocantins, da Secretaria Estado de Integração Regional, nov./2009).

manutenção adequada, se acabaram, as casas de farinha, os tanque-rede (...) (Agente de integração regional do Tocantins, da Secretaria Estado de Integração Regional, nov./2009).

Concordamos com Lima (2007), que os Planos Diretores têm no espaço urbano sua base de atuação, ficando difícil de avaliar sua atuação em escala municipal. É evidente que construção do Plano Diretor em Cametá inclui todo o território municipal, mas não depende de si próprio para a realização das reformas. As gestões locais têm papel essencial no cumprimento das ações territoriais, principalmente aquelas estabelecidas no ordenamento e no pacto territorial. Como já salientamos, as instituições não governamentais inseridas na sociedade sob a forma de ONGs, Associações e outras institucionalizadas como os conselhos municipais, como no caso de Cametá, são a garantia de sempre vão ocorrer reações contra quaisquer políticas mal implementadas.

Conferimos esta “fiscalização” das políticas territoriais, uma responsabilidade principalmente as organizações da zona rural de Cametá, que se encontram hoje muito bem articulada, com o apoio de outras instituições não governamentais do município, além da contribuição e participação da “academia para buscar uma agenda de acompanhamento da implementação dos planos diretores a serem propostos para os municípios brasileiros” (LIMA, 2007, p. 106).

É desta forma que se compreendem as implicações sobre o território a partir da implementação do Plano Diretor e do PPDJUS. Vimos que por mais que os resultados destes planos ainda não tenham se materializado da forma como deveriam, sua construção se deu na perspectiva das organizações sociais existentes em Cametá, principalmente aquelas ligadas às áreas rurais do município.

Estas organizações (associações comunitárias que em sua maioria são de cunho ambiental) têm conseguido interferir na gestão do território graças a sua peculiar forma de relação o espaço em que vivem e que dos seus recursos naturais, são historicamente

dependentes. Em razão deste fato, decorreria a explicação para a forma de lidar com o território em que estão inseridas, buscando sempre intervir e mostrar que são os principais interessados na sua gestão. Isto não pode se visto como algo negativo, ou algum tipo de determinismo, pois a princípio, a vivência dessas sociedades tem demonstrado que a relação com seus recursos naturais não têm causado grande impacto. Uma influência certamente herdada em grande parte dos primeiros habitantes da Amazônia e que os condicionou a isso. Contribui em muito para isso, sua forma de organização social, principalmente a que teve contribuição histórica dos movimentos da igreja, onde se constitui o alicerce para as populações organizarem suas vidas, gerir, e proteger o território por eles habitado.

3.2. Movimento socioambiental, Gestão Ambiental e o uso do território em Cametá

No debate estabelecido desde o início deste trabalho, se observou que os movimentos ambientalistas propiciaram a emergência de vários agentes de transformação do seu próprio espaço de vivência. Esta transformação está no bojo do que Becker (1996) chama de parcelas do espaço, ou o território que adquirem determinados direitos e posições no espaço e no território nacional. Partindo desse pressuposto, as intervenções humanas são diversificadas, pois os temos como resultado espaços diferenciados multifacetados pela variabilidade de relações neles estabelecidas.

A compreensão da gestão ambiental de forma mais participativa, leva em consideração que a intervenção de outros segmentos é importante, pois se olharmos o exemplo de Cametá, o que ocorreu nas Comunidades Cristãs, e em seguida com a formação do movimento socioambiental, estar-se-á se referindo às parcelas do espaço e do território que ganham territorialidades distintas na forma de organização dos movimentos sociais e ambientalistas em Cametá.

Ao se discutir a gestão ambiental em Cametá, principalmente sobre a descentralização dessa gestão, a análise dos atores sociais na gestão é de suma importância, pois no caso de Cametá estes vêm assumindo papel fundamental como sujeitos, e talvez, como sujeitos principais desse processo. A base de tal afirmação está no fato de que o início a gestão ambiental em Cametá se fez em parcerias com as diversas organizações da sociedade, com comunidades, por exemplo, de Parurú, Jorocazinho de Baixo e Manoel Raimundo, que em sua maioria, são constituídas por sujeitos ligados aos interesses ambientais que acabam se materializam em ações de preservação da floresta e acordos de caça e de pesca. Atribuímos há um passado recente a colaboração entre as diversas entidades públicas e da sociedade, mas que não foi levado em frente por gestões após os anos de 2004, não significando, entretanto, uma estagnação no processo de gestão ambiental, mesmo que forma diferenciada, pois:

1- a secretaria de meio ambiente, se estruturou minimamente em aspectos físicos e infra-estruturais e sua atuação remete ao trabalho de arborização, jardinagem, podagem, educação ambiental, como se observa a seguir:

Houve um recuo no que diz respeito a discussão com a população, com as instâncias colegiadas (...) em localidades eles têm clamado, tem solicitado pra fazer debates sobre meio ambiente (...) houve um recuo na discussão de políticas ambientais (...) único instrumento que tem se colocado em prática (...) é a conferência (de meio ambiente) (...) cria-se aquele fórum de debate, mas depois esfria (...) não tenho observado mais movimento (...) tive numa localidade e tinha um cartaz; perguntei se o pessoal tinha ido lá feito alguma intervenção eles me disseram não, mandaram só colar, mas é alguma coisa né? Fizeram ali a praça⁵⁷(...) aí de uma forma ou de outra lembraram do verde, muito embora só o gramado, dá-se muita ênfase ao gramado, mas arborização não; e havia espaço até (para plantar árvores) (...) três arvores naquele espaço criaria um microclima muito favorável pra população. Particpei de três planejamentos do atual governo, agora a dificuldade é na execução (...) eu vi trabalho muito bom, no planejamento (...) a questão financeira (...) concepção de governo pela hierarquia maior: gabinete de prefeito tem que ter concepção de meio ambiente, por que aí (...) se o gestor tiver essa concepção (...) todas as iniciativas vão estar sendo contemplada com alguma coisa de meio ambiente (...) tenho verificado um recuo até por conta da concepção de administração (em relação ao meio ambiente) (...) é um modelo de gestão que privilegia as áreas urbanas (...) a infra-estrutura de concreto (ex- secretario de meio ambiente, gestão de 2001-2004, dez./2009.)

O que a secretaria de meio ambiente vem fazendo é fazer uma arborização numa praça, cuidar da manutenção das praças, fazer esporadicamente um trabalho de

⁵⁷ Fica no bairro da Marambaia, na Rua Nova, uma revitalização asfáltica com construção dessa praça em que houve implantação de grama na mesma.

educação ambiental, mas muito tímido, nós precisamos ser mais aguerridos em relação a gestão ambiental em Cametá (chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá, nov./2009).

2- as associações, as comunidades, as ONGs, enfim o movimento socioambiental, independente do apoio da secretaria de meio ambiente e permanece em campanhas pela conservação. É verdade que perderam em grande parte apoios institucionais, pela mudança de governo e com ela a concepção de política ambiental.

Essa participação do poder público municipal junto com as organizações não-governamentais elas foram estagnadas... Pro que a concepção que se instalou em Cametá de como se trata essa questão ela ficou parada. A concepção não permite que as organizações possam crescer, sejam parceiras; todas elas (ONGs) são vistas como algo a parte. É uma questão de visão de gestão (...) com a questão ambiental não há uma inércia, há uma elevação da consciência ambiental nas ilhas. O que tá acontecendo hoje é que algumas entidades que estavam mais na frente elas estão voltadas para outro viés na questão do desenvolvimento; mas têm muitas associações falando dessa questão ambiental, as discussões estão em toda a parte onde a gente encontra: tem gente querendo fazer acordo de pesca, gente querendo não fazer queimada, preservar os igarapés, as nascentes dos rios, preservando as matas ciliares, gente se cuidando com a questão do tamanho do peixe, fazendo adequadamente o manejo de açapais, eu acho que timidamente, mas, está (chefe do 8º núcleo regional da SETRAN-Cametá e ex-integrante da SEMA-Cametá, nov./2009).

Assim, entendemos que o município de Cametá é exemplar na região do Baixo Tocantins. O exemplo de Cametá através da participação da sociedade civil organizada (associações) se deu pela articulação das comunidades com a Igreja Católica, ONGs, Colônia de Pescadores de Cametá Z-16, STR de Cametá, onde estas entidades fazem a interligação das associações com entidades governamentais para o fomento de projetos, programas de financiamentos, cursos e técnicas inovadoras para a produção agrícola familiar, piscicultura com a alocação de recursos humanos e materiais entre outros.

A construção do PPDJUS demonstra as aspirações das populações rurais do Município de Cametá, sobre uma atuação mais eficaz na gestão do território e uma dinâmica mais coerente naquilo que concebemos como desenvolvimento sustentável. Valadares e Teixeira (2007, p. 220), relatam que:

Nessa região, após muita mobilização popular com o envolvimento de ONGs, organizações sociais e organizações municipais etc., foi estruturado um Plano de

Desenvolvimento Sustentável para a região a Jusante da UHT (PDJUS) e organizado um Conselho Gestor (CONJUS) para viabilizar tal plano como parceria da ELETRONORTE.

O princípio da organização social está também relacionada ao território como “abrigo” (SANTOS apud Haesbaert, 2004) para alguns sujeitos, com a proteção minha moradia, uma grande proximidade com o ideal inicial dos movimentos em Cametá, onde tal intervenção pode gerar conflitos, domínios, posses, criar territorialidades etc. Nas palavras de Haesbaert (2004, p. 86) sobre a visão de território e de territorialidade de Sack (apud, HAESBAERT, 2004, p. 86):

[...] nem toda relação de poder é territorial ou inclui uma territorialidade. A territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou um espaço que deve ser concebido e comunicado”, mas ela é “melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada” (SACK apud, HAESBAERT, 2004, p. 86).

Segundo Haesbaert, a territorialidade, para Sack:

Existe também na perspectiva econômica e cultural, no entanto, a dimensão de análise da territorialidade está ligada ao modo como as pessoas usam a terra (econômica), se organizando no espaço e como elas dão significado (cultural) ao lugar (SACK, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 86).

Esta é a idéia de território que mais representa para nós a noção de gestão ambiental, pois leva em consideração a existência dos sujeitos enquanto agentes transformadores e formadores de territorialidades, portanto sujeitos que agem e que modificam os espaços, organiza-os e, no tocante à idéia dos recursos, cria territorialidades, pois são eles próprios que definem seu uso, ou seja, sua gestão, gestão do território.

Podemos elencar as várias funções dos atores sociais na gestão municipal. Como foi exposto as associações parceiras da gestão ambiental municipal (cooperativas, ONGs, STR, Colônia de Pescadores) têm contemplado a participação dos diversos atores em suas estruturas; na verdade, são os próprios sujeitos que buscam essa participação, por meio de sua organização, com o objetivo de reivindicar os seus direitos e de “proteger” os espaços por eles

habitados. É interessante notar também a presença das entidades na abertura que a política de descentralização e sua participação na gestão ambiental fortaleceram a gestão ambiental local.

Os conflitos que surgiram dentro do processo de gestão municipal, devido à diversidade de interesses, segundo Becker (2004), em conflitos e mudanças na geopolítica de diferentes grupos sociais: “os conflitos de interesses têm resultado na desnaturalização da questão ambiental, reconhecendo-se vários sujeitos e projetos diferentes em relação ao meio ambiente” (BECKER, 2004, p. 31).

A apropriação da terra para a agropecuária em contraponto com o vetor ecológico, como meio de proteção ambiental, não é uma realidade no município de Cametá; no entanto, concordamos também com Becker (1996, p. 808), na abordagem sobre o vetor ecológico quando nos fala que é bem intencional essa questão da abertura para o “não governamental”. A partir do vetor ecológico, a fronteira se fragmenta, afetando o controle de parcelas do espaço, isto é o território. Há segundo Becker (1996) uma adequação de modelos hegemônicos aos espaços formados através da bandeira do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, salientam-se ações de diversas entidades não-governamentais, sindicatos, colônias, cooperativas e institutos ambientais na organização das políticas ambientais, representam em verdade uma organização espacial e expressão de suas territorialidades, podendo-se afirmar que algumas delas exercem o poder e o controle do território, com relação aos seus recursos.

Embora isto faça parte da realidade do município, existem localidades em que as pessoas não freqüentam escolas, péssimo e quase nenhum atendimento à saúde, e, portanto, não conhecem e nem participam de quaisquer organizações, ou busca alternativas para a situação em que se encontram. Destacam-se ainda as ações do governo estadual na criação de infra-estrutura rodoviária aproximando o município da Capital e adjacências. Aliás, essa proximidade está mais relacionada a outras localidades, Vilas e Distritos do que à sede

municipal, visto que ela localiza-se à margem contrária da rodovia (margem esquerda do Rio Tocantins).

Some-se a isso a gestão/organização do espaço municipal, a qual vinha sendo minimamente feita pela nova gestão ambiental em Cametá. A tomada de consciência, quanto à prevenção ao agravamento dos problemas ambientais pode ser um diferencial que no futuro poderá ser bastante significativo. Sabe-se, por exemplo, do trabalho de ONGs com a educação ambiental e o nível elevado de relação entre ambos, com muitos benefícios às comunidades em Cametá. Algumas localidades da região vêm conseguindo manter espécies de animais e vegetais até há pouco tempo ameaçadas de desaparecimento. Segundo o PPDJUS (2003) e o relatório do Plano Diretor (2006) é em áreas de acordo de pesca de comunidades ribeirinhas que se encontra em Cametá uma diversificada presença de peixes, bem como é a atividade de conservação que mais tem dado certo. Como verificado abaixo:

Esse pessoal (do interior) era muito carente, e quando construíram a barragem a coisa começou a ficar difícil pra eles comerem, e eles começaram a se organizar. Inclusive foi um movimento que deu certo, houve pega de mapará muito grande, além disso tinha outras espécies de peixe que foram preservados, e de lá nasceu vários, que hoje eles falam acordos de pesca e é o que a colônia trabalha isso junto com o sindicato (ex-prefeito de Cametá, gestão 2001-2004, nov./2009).

Assim, constatamos que o papel da descentralização administrativa, a qual vem ocorrendo em nível nacional e que transfere atribuições para os municípios em várias áreas, dentre elas aquelas ligadas às questões ambientais, têm fortalecido a gestão ambiental dos municípios com a revisão do seu arcabouço legal, descentralização administrativa local e adequação técnica e jurisdicional de suas estruturas administrativas para o desempenho de atividades ligadas a uma gestão que corresponda às demandas de agravamento ambiental e, no caso de Cametá, que busque o controle do território, fortalecendo as ações de organizações não-governamentais existentes no município.

A gestão ambiental municipal além de objetivar a revisão/consolidação da legislação, sua aplicabilidade (licenciamento, fiscalização e monitoramento) e a realização de

uma gestão descentralizada, também tende a levar em consideração a questão econômica no uso dos recursos. A gestão ambiental está voltada para políticas que levem em consideração não só a proteção ou conservação ambiental, mas também o desenvolvimento local, e que ofereçam qualidade sócio-ambiental para a população dos municípios.

Em se tratando deste aspecto, essa questão perpassa também por mecanismos de atuação democrática das gestões ambientais. Uma gestão pública e participativa do meio ambiente, com parcerias que venham contemplar o envolvimento dos diversos atores sociais, evidenciará nos espaços municipais, lugar onde as ações se conceberão de forma concreta, uma ação mais integrada que servirá de estímulo para o desenvolvimento local em seus vários aspectos.

Para isso, tanto a sociedade civil organizada quanto os governos municipais deverão superar as dificuldades, realizar as conferências para a formação dos conselhos de meio ambiente, fundo de meio ambiente, etc.

Porém, desde 2001, com a Política de Meio Ambiente, e de 2004 com a Conferência e a formação do Conselho de Meio Ambiente, não se deu continuidade a incipiente gestão iniciada em 2001. Levanta-se esta questão pela história que os movimentos tiveram e tem em Cametá, do grande avanço da institucionalização da política de meio ambiente, da criação da SEMA, entre outros que definem o nível de engajamento entre poder público e sociedade para se conseguir recursos, aprovar projetos, para fortalecer a gestão ambiental local e proteger o território da exploração desenfreada.

E há de se considerar na atualidade uma não importância⁵⁸, um certo desprezo pela participação e as contribuições das comunidades em seu movimento tão particular e original, que serviram de muita valia para a origem, fortalecimento e desenvolvimento da gestão ambiental no município de Cametá. Sua consolidação é algo para o futuro, na

⁵⁸ A partir de 2005, observou-se um retrocesso na relação instituições municipais e sociedade civil, não impedindo, no entanto a organização e mobilização das associações ambientalistas em prol de sua própria sobrevivência na zona rural do município de Cametá.

atualidade, a instabilidade no comportamento entre institucionalismo e sociedade civil, nos remete a uma gestão embrionária em Cametá, apesar das comunidades exercerem um papel exemplar de gestão dos seus recursos, com acordos de pesca e de caça, preocupando-se também com a situação social, procurando alternativas para manter sua própria existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos movimentos sociais e ambientais no Brasil possui uma dinâmica que vai influenciar no papel da sociedade na gestão do território brasileiro. Essa dinâmica foi uma resposta ao modelo ambientalista internacional e brasileiro. No ambientalismo brasileiro houve uma ferrenha preocupação com a preservação a todo custo, criando assim conflitos de pensamento sobre a questão ambiental. Por outro lado, houve um discurso imposto sobre as bases do desenvolvimento do país. Este não pensava na preservação do território, mas sim em sua exploração.

Qual a intenção de um e de outro afinal? O discurso de alguns ambientalistas que vieram a influenciar muito a sociedade brasileira pregava a intocabilidade da natureza e era bastante influenciado pelo ambientalismo internacional. Uma vez instalado, este discurso foi de encontro à política traçada pelo governo militar (1964-1985). A bandeira deste governo foi querer a qualquer custo o desenvolvimento industrial do país.

Em meio a esse processo, e mesmo durante a ditadura militar o ambientalismo considerado “conservador” foi útil naquele momento (década de 1970-1980) partindo do pressuposto que conseguiu muitos avanços. Graças a pressões desses movimentos, ocorreu um considerável avanço na questão da legislação e, por conseguinte, a criação de uma base legal para a atuação de movimentos ambientalistas.

Uma atuação exemplar foi a dos movimentos de seringueiros na região norte. Na Amazônia o movimento dos seringueiros vem demonstrar ao restante da região como fazer crescer o poder de populações dos excluídas diante do processo de industrialização brasileira. Vem ensinar que as organizações são importantes para o fomento do debate, criação de políticas públicas específicas para essas populações.

Podemos afirmar que o mesmo processo dos povos das florestas referenda o movimento social e ambiental em Cametá. Na Amazônia ribeirinha, este não se deu com toda a dinâmica do movimento dos povos da floresta, pois não se conseguiu visualizar problemas mais sérios, com relação a assassinatos, conflitos entre entidades governamentais e população, mas não deixou a desejar no aspecto das lutas e reivindicações junto às autoridades competentes e aos conflitos ligados ao estabelecimento e consolidação do movimento ambiental em Cametá.

Os movimentos iniciados em Cametá servem de referência para o restante dos municípios a jusante, sendo um dos primeiros municípios a se organizar e reivindicar uma resposta aos problemas que passaram a ter com a construção da UHE-Tucuruí. É inevitável a comparação dos problemas ambientais aos sociais, as quais principalmente a população da zona rural vinha passando. Afirma-se, o quanto se aproxima a análise da questão ambiental dos problemas sociais á época: fuga de peixes, corte desordenado da madeira, poluição dos rios e conseqüentemente, fome, miséria, queda na renda, etc.

As lideranças formadas nesses movimentos que em sua maioria estão ligadas as pastorais, tiveram essa primeira percepção. O povo estava passando fome, crianças iam estudar com fome, completamente indispostas, doenças, mas sem dinheiro para comprar medicamentos, queda na renda, mudanças, muita coisa estava diferente. E perceberam que havia alguma razão para isso e que as mudanças eram bem radicais.

Esse parece ser o ponto inicial da problemática ambiental em Cametá e dos Movimentos ambientalistas. No plano local, há diferenciações no movimento. A organização se estabeleceu mais no interior do município do que na cidade. Não há um favorecimento a um ou outro, mesmo quando igreja passa a trabalhar, através das pastorais, diretamente com a população do campo, ressalte-se a ribeirinha.

Apesar do grande avanço das entidades ambientalistas do interior e da cidade (ONGs principalmente), ganhando certa “independência” do movimento da igreja, não podemos crer que há um desligamento deste com o movimento da igreja. Principalmente quando se trata do interior, os movimentos ambientalistas sempre estão requerendo o apoio da igreja ou é a própria igreja que os organiza⁵⁹.

O movimento ambientalista em Cametá passa a ter uma dinâmica própria, lembrando ainda seu atrelamento à igreja corresponde a idéia do socioambientalismo, o qual remete ao movimento dos povos das florestas no Acre e sua influencia na temática ambiental. Ou seja, a união do movimento social com o ambiental.

Com a construção da UHE-Tucuruí, os movimentos se intensificam e ganham mais respaldo na sociedade cametaense, como também perante as classes políticas estaduais e nacionais. Há uma grande contribuição do movimento para a gestão ambiental de Cametá, pois é com as reivindicações sobre Tucuruí, que serão criados órgãos como a SEMA-Secretaria de Meio Ambiente. A pesquisa mostra que a fundação da SEMA foi resultado dos movimentos ambientais saliente-se, de reivindicações pacíficas diante do poder público municipal. Então, a existência da SEMA, se fez através da sensibilização dos governantes, a partir do movimento ambiental local. Mas, o início do movimento nos rios não foi pacífico, entre os moradores, houve aqueles que custaram a entender os motivos de tal organização. Este fato não interfere tanto na questão, na atualidade.

A institucionalização, portanto da gestão ambiental parte de uma demanda social, mas também de esforço característicos de gestões comprometidas com essas questões.

⁵⁹ A prelazia de Cametá, através de sua Paróquia, tem organizado movimentos em prol do meio ambiente e principalmente com relação ao aumento da violência e da pobreza em Cametá. Só este ano (2007) aconteceram dois movimentos: a exigência do asfaltamento da BR-422 (antiga transcametá) e nacionalmente através da CNBB, com “O Grito dos Excluídos”, que em Cametá, foi organizado pela PJ (Pastoral da Juventude) no dia 07 de setembro, com registros de Violência entre participantes e segundo denúncias de seus participantes (em entrevista a este autor), iniciados por seguranças da prefeitura municipal de Cametá, que impediram a passagem do protesto em “praça pública”, fato este que se comprovado é o pior exemplo de tratamento de um governo, em pleno século XXI, a sociedade civil organizada, e a nosso ver, um desastre na administração de qualquer governo, para uma República que se diz Democrática, caso do Brasil.

Historicamente, o movimento defendeu e incorporou as demandas da sociedade civil, construindo gestão de grandes avanços institucionais à gestão ambiental, como: a criação da Lei e a Implementação da Política Municipal de Meio Ambiente em Cametá (PMMA), regulamentação da SEMA, criação de Núcleos Municipais de Meio Ambiente - Numas (para ser um agente de meio ambiente na comunidade, propondo e levantando demandas), participação e apoio ao Fórum Ambiental de Cametá (FAC)⁶⁰; convênio SEMA-Cametá e MMA/FNMA resultando no Projeto Fortalecer a Gestão Ambiental De Cametá⁶¹, Realização da I conferencia Municipal de Meio Ambiente, com a posse do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).

Ao mesmo tempo em que foi dada uma nova face e o início de uma gestão ambiental caracterizada pela implementação de instrumentos que levaram à existência de políticas de uma gestão ambiental correspondente a constituição de 1988 (concernente às questões ambientais), a SEMA, fez cumprir seu papel naquele momento (ano de 2004, principalmente) enquanto instituição governamental que de forma exemplar, contribuiu com a descentralização administrativa da gestão ambiental, por meio da realização da I Conferência Municipal de Meio Ambiente, na formação do CONDEMA e na participação no FAC (Fórum Ambiental de Cametá)⁶². Na questão institucional, Cametá deu um grande passo para a Gestão Ambiental Participativa e Descentralizada, desde os níveis federais e estaduais para a escala municipal e do município para a sociedade civil organizada. No plano prático, necessita de

⁶⁰ O Fórum Ambiental de Cametá (FAC) compreende um espaço de discussão entre as várias entidades que atuam no município, Composto de esferas governamentais e, principalmente não-governamentais. A SEMA integra o fórum no sentido de buscar proporcionar e articular condições objetivas para o seu funcionamento. A partir de 2004, teve sua atuação reduzida. Este ano foi retomado e agora tem uma coordenação permante (formada em 18 de setembro de 2007), de onde fazem parte o ex-secretario e atual técnico da SEMA, Dael Cardoso; a técnica da SEMA Sara, e o funcionário do BASA Ivan.

⁶¹ Convênio no valor de R\$ R\$ 293.869,00 com recursos do FNMA, para realização dos seguintes passos: Implantação do Plano de Educação Ambiental; realização da I Conferencia de Meio Ambiente (para implantar e fortalecer o funcionamento da instância participativa), realizar Ações de Fiscalização e Licenciamento; executar o Plano de Manejo Florestal e Implementação do Plano de Comunicação Social e Divulgação.

⁶² Foi do FAC que saiu a demanda para realização da I Conferencia Municipal de Meio Ambiente de Cametá.

um amadurecimento enquanto instituição a partir da execução de políticas públicas sobre o espaço municipal.

Verificou-se a comprovação da hipótese de que a sociedade civil organizada por meio dos movimentos ambientalistas tem contribuído na gestão ambiental em Cametá e tem resultados sobre a gestão do território cametaense. Pelo que se caracteriza o setor das ilhas de baixo em Cametá, este fenômeno ocorre em todas as suas formas: poder de decisão (política inclusive, dependo da gestão) sobre a utilização dos recursos (quem vai utilizar), proteção territorial dos recursos, conservação dos recursos, proposições às entidades governamentais, etc. No início da mobilização a intervenção das comunidades foi essencial para a manutenção dos seus recursos pesqueiros, caracterizando uma implicação no território local por meio dos acordos de pesca, na medida em que ocorreu uma intervenção por parte das comunidades em proteger os peixes que ainda restavam após o represamento do Rio Tocantins. O exemplo da localidade de Parurú de Janua Coeli que por mais de nove anos preservou o pescado, conseguindo manter um equilíbrio na obtenção de sua alimentação e sobrevivência de modo geral.

Em termos regionais a inserção dessas organizações tem se dado com frequência pela participação nos planos de ordenamento territorial, caso do Plano Diretor dos Municípios a jusante da UHE Tucuruí e principalmente no Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí (PPDJUS). A participação popular através dos mais variados movimentos da sociedade, incluindo os ambientalistas, é antes de tudo uma luta constante contra o modelo de gestão do espaço regional e favor de uma urgente melhoria na qualidade de vida das populações atingidas pelos projetos federais na região.

No caso do Plano Diretor está contemplada em sua formulação a participação popular nas decisões, no entanto, a questão que se coloca é quando irão se garantir as políticas, com a aplicação correta dos recursos, e que ações estejam sendo executadas e se

estão de acordo com o ordenamento territorial constante no plano. Verificar o comprometimento das gestões locais na realização da reforma em sua estrutura orgânico-funcional entre as apontadas anteriormente deverão ser as próximas etapas da mobilização social.

Com referência ao PPDJUS, pôde-se perceber uma mobilização no sentido de buscar junto a Eletronorte a participação das populações atingidas na formulação do plano. O primeiro diagnóstico (PDJUS) feito pela empresa, não contemplou as reais necessidades dessas populações. É daí que nasce o plano popular, o PPDJUS, sendo finalizado em 2004.

Já salientamos que seria imprudente realizar uma avaliação completa dos planos regionais para o ordenamento territorial dos municípios atingidos. Se não fosse também pelo grau de dificuldade que teríamos e pela razão de não ser o objetivo principal deste trabalho. O intuito deste trabalho foi mostrar que as populações do baixo Tocantins têm se organizado para as exigências atuais, através da organização comunitária, com a igreja, com as pessoas, atores sociais importantes para a continuidade das lutas.

O ordenamento territorial posto nos dois planos certamente tiveram a contribuição das experiências das sociedades ribeirinhas, no âmbito da gestão ambiental que realizaram cada qual em suas áreas. Essas populações têm muito a contribuir e a nos ensinar. Valores morais, de organização política, social, de bem estar, respeito ao meio ambiente. É um exemplo raro de gestões a partir de uma determinada organização social que deram e estão dando certo com ou sem apoio institucional. E por isso tem que ser reconhecidas, em preparação para o que vem pela frente, em sua direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMORIM, Maria. J. P. **Jorocazinho de baixo e seus afluentes (esboço de histórico): preservar, reconstruir e vivenciar a natureza.** Relatório de Pesquisa do Cuntins - Cametá, UFPA. 1997.

ARNAUD, Mário J. de C. **Gestão Ambiental no Município de Cametá.** 2007. in: **Geoamazônia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA.** v.1, n. 1. Belém: PPGeo, 2007.

BECKER, Bertha. **Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia- um poder territorial?** Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 52 (4), 1990, p.117-126.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamound, 2004

_____. **Geopolítica da Amazônia.** Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004 em São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 05/05/2006.

BECKER, Bertha K.; GOMES, Paulo C. da C. **Meio Ambiente: Matriz do pensamento Geográfico.** 1993. In: **As ciências sociais e questão ambiental – Rumo à Interdisciplinaridade.** Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA.

BECKER, B.; NASCIMENTO, J. A. S.; COUTO, R. C. de S. **Padrões de desenvolvimento, hidrelétricas e reordenação do território na Amazônia.** In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de, (orgs). **Energia na Amazônia.** Belém: UFPA/NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA/NAEA, 1996. 2 v.

BENTES, Rosineide. **A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia.** 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200013&script=sci_arttext. Acesso em 05/05/2006.

BERNARDES, Júlia A. FERREIRA, Francisco P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra B. da. GUERRA, Antônio J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** (ORGs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BORDALO, Carlos A. L. Gestão Ambiental no Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará.** Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.

BRASIL, MMA. **Série Sistematização: Comunidades Construindo sua Sustentabilidade - Cametá: as experiências nas localidades de Joroça de Baixo e Cuxipiari Carmo.** Brasília, Subprograma Projetos Demonstrativos-PDA, 2005.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ: **Lei Orgânica do Município de Cametá.** Cametá, Câmara dos vereadores, 2005. (cd-room)

CAMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ: **Lei Orgânica do Município de Cametá.** Cametá, Câmara dos vereadores, 2007.

CASTRO, José Carlos. Hidrelétrica, natureza e cidadania. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos de, (orgs). **Energia na Amazônia.** Belém: UFPA/NUMA; MPEG; UNAMAZ; UFPA/NAEA, 1996. 2 v.

COELHO, M. C. N, SIMONIAM, L. e FENL, N. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de Recursos Naturais,** Vol. 2. Belém: Cejup, 2000.

CORDOVIL, José Carlos da S. **A Amazônia Ribeirinha e as Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Município de Cametá-Pa.** Belém, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade federal do Pará.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia.** Belém, UFPA/NAEA, 2006.

CUNHA, L. H. COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B. da. GUERRA, Antônio J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** (ORGs). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. 2004. **O conceito de movimentos sociais revisitado.** Em tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: E. Bertrand Brasil, 2004.

IRIGARAY, C. T. J. H. **Município e Meio Ambiente: bases para atuação do Município na gestão Ambiental.** Brasília: Embaixada da Itália. Fundação Escola 2002.

LEIS, Héctor R. (Org.) **Ecologia e política mundial.** Rio de Janeiro: FASE em co-edição com Editora Vozes Ltda. e AIRI/PUC/RIO, 1991.

_____. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização.** São Paulo: Gaia: Blumenau-SC: FURB, 1996.

LEVY, E. Ganhar e ganhar: estratégias de negociação bem sucedidas entre os municípios, os estados e a União. In: SPINK. (Orgs). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção.** São Paulo, Polis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/obras/arquivo.152.pdf.htm>>. Acesso em: 15 ago.2005.

LIMA, José J. F. Planos Diretores Participativos no contexto do estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará.** Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.

LITTLE, P. E. (org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: IIEB, 2003.

MCCORMICK, Jonh. **Rumo ao Paraíso**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1992.

MAIMON, Dália. Política ambiental no Brasil – Estocolmo-72 a Rio-92. In: Ecologia e desenvolvimento. APED. Rio de Janeiro, 1992.

NASCIMENTO Durbens M. Amazônia: governança, segurança e defesa. In: ROCHA, Gilberto de M; NASCIMENTO Durbens M; SILVA, Alberto T; FENZL, Norbert; CONDURÚ Marise T. **Governança, integração e meio ambiente na Amazônia**. Belém, NUMA/UFPA, 2007.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental: Estado & Sociedade Civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

PALHETA DA SILVA. João. M. Perfil dos Municípios Paraenses. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.

PARÁ, **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**. Consultoria:UFPA e NAEA. Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR, Resumo executivo, 2009.

PPDJUS, **Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante Da UHE Tucuruí**, Tucuruí, 2003.

PLANOS DIRETORES. **Municípios a jusante da UHE Tucuruí**. Belém, FUNPEA, UFPA, ELETRONORTE, 2004. (cd room).

PLANOS DIRETORES. **Municípios a jusante da UHE Tucuruí**. Belém, FUNPEA/UFPA/ELETRONORTE, 2006. (cd room).

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SOARES, Bernardo E. C. NAVARRO, Marli A. FERREIRA, Aldo P. **Desenvolvimento Sustentado e Consciência Ambiental: Natureza, Sociedade e Racionalidade**. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/> Acesso em: 02/02/2006.

SOUZA, Valdomiro de S. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

VALADARES, Solange.; TEIXEIRA, Rubens. Construção das agendas 21 local, com enfoque regional, no território rural de desenvolvimento do Baixo Tocantins. In: ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.

SILVA, Marina; VIANA, Gilney; DINIZ, Nilo. **O desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

VIOLA, Eduardo. **O Movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável**. XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1991.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
PROJETO DE PESQUISA: GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO TOCANTINS:
DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS À ELABORAÇÃO DO PPDJUS
DISCENTE: MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD
ORIENTADOR: PROFº DR. GILBERTO DE MIRANDA ROCHA

Roteiro de Entrevista: Ribeirinhos

1- Nome

2- Endereço

3- Profissão

4- Em qual movimento, associação ou Ong você participou ou está participando? Qual o nome de sua entidade.

5- Em sua opinião qual a origem do movimento ambientalista em Cametá? Quando começou?

6- Quem ou que organizações iniciaram/participaram do movimento?

7- Na origem do movimento ocorreram influências externas? Quais?

8- Quais os resultados alcançados no decorrer do movimento?

9- Qual o papel das ONGS de Cametá e de fora do município dentro e após o movimento? Quais participaram?

10- Que organizações surgiram na sociedade civil durante e após o movimento?

11- O movimento teve influência e/ou participação de órgãos e instituições governamentais?

12- Quais as conseqüências do movimento para as instituições governamentais? O que mudou?

13- Qual a influência de outros movimentos sociais na origem do movimento ambientalista?

14- Como você avalia a situação atual dos movimentos ambientais e/ou sociais em Cameta? Eles ainda existem? O que restou deles?

15- Em sua opinião em que aspectos as Ongs contribuem e prejudicam a gestão ambiental em Cametá?

17- Vocês participaram da elaboração do plano diretor?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
PROJETO DE PESQUISA: GESTÃO AMBIENTAL NO BAIXO TOCANTINS:
DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS À ELABORAÇÃO DO PPDJUS
DISCENTE: MÁRIO JÚNIOR DE CARVALHO ARNAUD
ORIENTADOR: PROFº DR. GILBERTO DE MIRANDA ROCHA

Roteiro de Entrevista: ex-secretários e ex-prefeitos, ONGs e órgãos governamentais:

1- Nome

2- Endereço

3- Profissão

4- Em qual movimento, associação, entidade ou Ong você participou ou está participando? Qual o nome de sua entidade, sua 1ª participação?

6- Em sua opinião qual a origem do movimento ambientalista em Cametá? Quando começou?

7- Quem ou que organizações iniciaram/participaram do movimento?

8- Na origem do movimento ocorreram influências externas? Quais?

9- Quais os resultados alcançados no decorrer do movimento?

10- Qual o papel das ONGS de Cametá e de fora do município dentro e após o movimento? Quais participaram?

12- O movimento teve influência e/ou participação de órgãos e instituições governamentais?

13- Quais as conseqüências do movimento para as instituições governamentais? O que mudou?

14- Qual a influência de outros movimentos sociais na origem do movimento ambientalista?

15- Como você avalia a situação atual dos movimentos ambientais e/ou sociais em Cametá? Eles ainda existem?

16- Em sua opinião em que aspectos as Ongs contribuem e prejudicam a gestão ambiental em Cametá ?

17- Qual foi a primeira Ong de Cametá?

18- Vocês participaram da elaboração do plano diretor?

17- Como se deu a institucionalização da SEMA em Cametá?

18- Como ocorreu o fortalecimento da gestão ambiental em Cametá?

19- Ocorreu em Cametá a descentralização da Gestão ambiental?